

Utilidade da Informação Financeira na Gestão das PME Cabo-Verdianas:

Um estudo aplicado às PME associadas da AJEC

Adilsa Teixeira Mendes Monteiro

PROJETO DE MESTRADO

Curso: **Mestrado em Contabilidade e Finanças**

Docente/Orientador: Prof^a. Doutora Ana Clara Borrego

Ano Letivo: 2022 | 2023

Utilidade da Informação Financeira na Gestão das PME Cabo-Verdianas:

Um estudo aplicado às PME associadas da AJEC

Adilsa Teixeira Mendes Monteiro

Curso: **Mestrado em Contabilidade e Finanças**

Ano Letivo: 2022 | 2023

Outubro | 2023

*“O futuro
dependerá daquilo que
fazemos no presente”*

Mahatma Gandhi

Agradecimentos

Agradeço profundamente a todos que contribuíram para a realização do meu projeto de mestrado. Esta jornada académica foi gratificante e desafiadora, e não seria possível sem o apoio e colaboração de familiares, orientadora, professores, amigos e colegas.

Em primeiro lugar, quero expressar a minha sincera gratidão à minha orientadora Professora Ana Clara Borrego, pela orientação, paciência e valiosos conselhos ao longo desse processo. O seu compromisso com a excelência académica e o seu apoio foram fundamentais para o sucesso desse projeto.

Agradeço ao meu marido Eder Mendes, à minha querida mãe pelo suporte e apoio incondicional ao longo da minha jornada académica, seus encorajamentos e compressão foram essências para superar os desafios.

Também, sou grata aos meus colegas que compartilharam suas experiências e ideias, enriquecendo assim o meu aprendizado.

Por fim, não posso deixar de agradecer ao Instituto Politécnico de Portalegre por proporcionar um ambiente propício para o desenvolvimento académico.

Este projeto representou um marco significativo em minha vida académico e profissional, estou profundamente grata a todos que fizeram parte dessa jornada.

Resumo

A importância da informação financeira (IF) nas organizações é inegável, especialmente como suporte à tomada de decisões dos gestores. A presente investigação visa conhecer a utilidade/ importância que os gestores das PME que fazem parte da AJEC em Cabo Verde atribuem à IF, bem como identificar variáveis que os possam influenciar. Para o desenvolvimento da investigação foi utilizado a metodologia quantitativa suportada num questionário aplicado aos gestores pertencentes àquela associação. Os resultados da análise estatística aos dados recolhidos permitiram concluir que embora os gestores comecem por afirmar que consideram a IF de muito ou de extremamente importância/utilidade para as decisões de gestão, a maioria acaba por admitir que no processo decisório, embora utilizem a IF, valorizam mais a sua intuição e experiência, a maioria também acaba por admitir que utiliza a IF mais para cumprimento de obrigações fiscais e financiamento, do que para decisões de gestão. Foi, ainda, possível verificar que os gestores com maior nível de escolaridade, aqueles que possuem formação na área de contabilidade, gestão e áreas relacionadas, bem como os gestores contratados atribuem maior importância/utilidade à IF. Acresce que se verificou que os gestores com formação nas áreas referidas e os gestores contratados têm menor tendência a utilizar a intuição nas tomadas de decisão de gestão em prejuízo do uso das IF.

Palavras-Chave: Cabo Verde, Gestor, Informação financeira, PME.

Abstract

The importance of financial information in organizations is undeniable, especially as support for managers' decision-making. This research aims to understand the usefulness/importance that managers of SMEs that are part of AJEC in Cabo Verde attribute to FI, as well as identify variables that may influence them. To develop the investigation, a quantitative methodology was used, supported by a questionnaire applied to managers belonging to that association. The results of the data collected statistical analysis allowed us to conclude that although managers, at the begin, stating that they consider FI very or extremely important/useful for supporting management decisions, at the end, the majority admitting that in the decision-making process, although they use FI, value more their intuition and experience, the majority also end up admitting that they use FI more to comply with tax obligations and financing, than for management decisions. It was also possible to verify that managers with a higher level of education, those who have training in accounting, management, and related areas, as well as hired managers attribute greater importance/usefulness to FI. Furthermore, it was found that managers with training in the aforementioned areas and hired managers are less likely to use intuition in management decision-making to the detriment of the use of FI.

Keywords: Cabo Verde, Financial information, Manager, SMEs

Lista de Abreviaturas

AJEC- Associação de Jovens Empresários de Cabo Verde

ADEI- Agência para o Desenvolvimento Empresarial e Inovação

AICPA- American Institute of Chartered Public Accountants

AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal

GAAP- Generally Accepted Accounting Principles

CNC – Comissão de Normalização Contabilística

DEE-BCV - Departamento de Estudo Economicista e Estatístico do Banco de Cabo Verde

DF – Demonstrações Financeiras

EC – Estrutura Conceptual

H- Hipótese de Investigação

H0 - Hipótese nula correspondente à hipótese estatística formulada

OE- Objetivo Específicos

FASB - Financial Accounting Standards Board

FCC - Fundo de Crescimento e Competitividade

IAS - International Accounting Standards

IASB – International Accounting Standards Board

IASC – International Accounting Standards Committee

IF – Informação(ões) Financeira(s)

IFRS – International Financial Reporting Standards

IFRS SDS - IFRS Sustainability Disclosure Standards

INE – Instituto Nacional de Estatística

ISSB - International Sustainability Standards Board

NCRF– Norma Contabilista de Relato Financeiro

NI – Nomas Internacionais

OPACC - Ordem Profissional dos Auditores e Contabilistas Certificados de Cabo Verde

PME – Pequenas e Médias Empresas

POC – Plano Oficial de Contabilidade

PNC- Plano Nacional de Contas

TIC- Tecnologia de Informação e Comunicação

SEC - Securities and Exchange Commission

SNC – Sistema de Normalização Contabilística

SNCRF - Sistema de Normalização Contabilístico e de Relato Financeiro

UE – União Europeia

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTO	ii
RESUMO	iii
OBSTRACT.....	iv
LISTA DE SIGLAS.....	v
ÍNDICE DE ANEXOS	ix
ÍNDICE DAS FIGURAS	x
ÍNDICE DE TABELAS	xi
ÍNDICE DOS GRÁFICOS	xii
INTRODUÇÃO	1
Enquadramento e Justificação do Tema	1
Objetivos Gerais e Específicos.....	3
Metodologia e Meios Utilizados	3
Limitações da Pesquisa/Trabalho.....	3
Estrutura Geral do Trabalho.....	4
CAPÍTULO I – Contabilidade e sua evolução	6
1.1. História e evolução da contabilidade	6
1.1.1. Normalização e Harmonização contabilística	8
1.1.2. Contabilidade em Cabo Verde	10
CAPÍTULO II – A Contabilidade como sistema de informação	13
2.1. As demonstrações financeiras e suas finalidades	16
2.1.1. Utentes da informação financeira.....	17
2.2. Gestão e a tomada de decisão	18
2.3. Fatores que influenciam a utilização da informação financeira na tomada de decisão pelos gestores das PME	20
2.3.1. As PME na União Europeia	20
2.3.2. As PME em Cabo Verde.....	21
2.3.2.1. Sector Económico Cabo-verdiano	21
2.3.2.2. O Tecido Empresarial cabo-verdiano	23
2.4. Estudo sobre os fatores que influenciam a utilização da informação financeira na tomada de decisões pelos gestores das PME	35
CAPÍTULO III - Metodologia da investigação	39
3.1. Objetivos do Estudo e Hipóteses de Investigação	39
3.1.1. Objetivos do Estudo	39
3.1.2. Hipóteses de Investigação.....	39

3.2. Metodologia de investigação e instrumento de recolha de dados.....	41
3.2.1. Estrutura de inquérito por questionário	43
3.2.2. Tratamento dos dados	43
CAPÍTULO IV- Análise e discussão dos resultados.....	46
4.1. Análise descritiva dos dados	46
4.1.1. Caracterização dos gestores respondentes	46
4.1.2. Caracterização das empresas onde os inquiridos exercem funções.....	50
4.1.3. Utilidade e importância atribuídas à informação financeira	53
4.2. Validação das hipóteses	62
CONCLUSÃO	72
ANEXOS	84
ANEXO 1 – Política de proteção de dados e finalidade do questionário	85
ANEXO 2 – Questionário	86
ANEXO 3 – Outputs do SPSS dos Testes das Hipóteses	91

ÍNDICE DE ANEXOS

ANEXO 1 – Política de proteção de dados e finalidade do questionário.....	85
ANEXO 2 – Questionário.....	86
ANEXO 3 – Outputs do SPSS dos Testes das Hipóteses.....	91

ÍNDICE DAS FIGURAS

Figura 1: Capítulos que compõem a estrutura do trabalho	5
Figura 2: Sistema de informação	13
Figura 3: Papel do sistema de informação contabilística	15
Figura 4: As Ilhas de Cabo Verde	22
Figura 5: Ilhas que compõem as câmaras de comércio do barlavento e do sotavento..	34
Figura 6: Exemplo de uma escala de 5 pontos da likert.....	42

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Principais diferenças entre Normalização e Harmonização contabilística	10
Tabela 2: As 25 Normas de Relato Financeiro do SNCRF	12
Tabela 3: Utentes da Informação Financeira segundo o SNCRF	18
Tabela 4: Definição de PME na UE	20
Tabela 5: Total da população resistente em Cabo Verde nos anos 2010,2016 e 2021 ..	22
Tabela 6: PIB de Cabo Verde (2016-2020)	23
Tabela 7: Evolução do Número de Empresas Ativas em Cabo Verde, por Ilha	24
Tabela 8: Evolução do Volume de Negócios em Cabo Verde (Em contos), por Ilha	25
Tabela 9: Distribuição do Volume de Negócios, segundo a dimensão da empresa e o ramo de atividade	27
Tabela 10: Número de empresas por ramo de atividade e forma jurídica (ano 2020) ..	28
Tabela 11: Número de empresas ativas, pelo tipo de contabilidade, por ilha (2017-2020)	30
Tabela 12: Evolução do Volume de Negócios (Em contos), segundo a Forma Jurídica (2016-2020)	31
Tabela 13: Ficha técnica do questionário do estudo empírico	42
Tabela 14: Teste de confiabilidade de Cronbach	44
Tabela 15: Objetivos específicos e técnicas estatísticas	44
Tabela 16: Distribuição dos gestores inquiridos por escalões etários	47
Tabela 17: Resultados do teste de correlação de Spearman a H1	62
Tabela 18: Resultados do teste de Correlação de Spearman a H2	63
Tabela 19: Resultados do teste de correlação de Pearson a H3	63
Tabela 20: Resultados do teste de U de Mann-Whitney a H4	64
Tabela 21: Resultados do teste U de Mann-Whitney a H5	65
Tabela 22: Resultados do teste de U de Mann-Whitney a H6	66
Tabela 23: Resultados do teste de Qui-quadrado a H7	66
Tabela 24: Resultados do teste de Qui-quadrado a H8	67
Tabela 25: Resultados do teste de correlação de Spearman a H9	69
Tabela 26: Síntese dos resultados das hipóteses de investigação	69

ÍNDICE DO GRÁFICOS

Gráfico 1: Número de PME em Cabo Verde de 2016 a 2020	26
Gráfico 2: Número de PME com e sem contabilidade organizada em Cabo Verde, entre 2016 e 2020	29
Gráfico 3: Evolução de Empresas Ativas em Cabo Verde, segundo a Forma Jurídica (2016-2020)	31
Gráfico 4: Distribuição dos gestores inquiridos por sexo	46
Gráfico 5: Habilitação Literária dos gestores inquiridos	47
Gráfico 6: Existência de conhecimento dos gestores inquiridos em Contabilidade e áreas afins	48
Gráfico 7: Anos de experiência dos gestores inquiridos	49
Gráfico 8: Tipos de Gestor	49
Gráfico 9: Localização das empresas geridas pelos inquiridos	50
Gráfico 10: Forma Jurídica das empresas geridas pelos inquiridos	51
Gráfico 11: Tipo de atividades das empresas geridas pelos inquiridos	51
Gráfico 12: Capital social das empresas geridas pelos inquiridos	52
Gráfico 13: Número de trabalhadores das empresas geridas pelos inquiridos	52
Gráfico 14: Local de elaboração da IF relativamente às empresas geridas pelos inquiridos	53
Gráfico 15: Periodicidade de consulta da IF pelos gestores inquiridos	54
Gráfico 16: Importância que os gestores inquiridos atribuem à IF na tomada de decisões de gestão	54
Gráfico 17: DF mais utilizadas pelos gestores	55
Gráfico 18: Tipo de utilidade que os gestores inquiridos atribuem à IF	56
Gráfico 19: Base para a tomada de decisão dos gestores inquiridos	56
Gráfico 20: Opinião dos gestores inquiridos sobre a dificuldade/facilidade em interpretar a IF	57
Gráfico 21: Opinião dos gestores inquiridos sobre o custo de obtenção de IF atualizada permanentemente	57
Gráfico 22: Opinião dos gestores inquiridos sobre o impacto do atraso na produção de IF	58
Gráfico 23: Atribuo pouca utilidade à informação financeira por só dar informação relativa a momentos passados	59
Gráfico 24: Associa a utilidade da informação financeira à necessidade de atrair investidores	59
Gráfico 25: Necessito da informação financeira para tomar decisões do dia-a-dia da empresa	60
Gráfico 26: Consigo facilmente interpretar as informações financeiras pelo que consigo utilizá-las como base de tomada de decisões	61
Gráfico 27: Importância atribuída pelos respondentes a um plano de formação acessível na área da gestão, contabilidade para os gestores das PME	61
Gráfico 28: Cruzamento das variáveis testadas em H3	64
Gráfico 29: Cruzamento das variáveis testadas em H7	67
Gráfico 30: Cruzamento das variáveis testadas em H8	68

INTRODUÇÃO

Enquadramento e Justificação do Tema

A informação financeira (IF) obtida a partir da contabilidade é tão antiga quanto a própria existência humana, pois os primeiros registos contabilísticos surgiram devido à necessidade dos homens primitivos controlarem os seus bens (Pires, 2010), os homens primitivos utilizavam sistemas de contabilidade rudimentares na contagem do gado, bem como dos seus materiais de caça e pesca (Sá, 1998).

Até chegar aos sistemas de contabilidade atuais e à IF que a partir deles é possível obter, a contabilidade sofreu grandes evoluções que estão relacionadas com a própria evolução do homem (Pires, 2010). Na atualidade, com a globalização e o desenvolvimento das atividades económicas, a necessidade de informar e ser informado adquiriu, ainda, maior importância no contexto empresarial e não só. Os interessados na IF passaram a ser conhecidos como *Stakeholders*, os quais necessitam de uma fonte fidedigna de informação que lhes permita satisfazer as suas necessidades. Para Costas e Alves (2014), a contabilidade fornece informação relevante para que as empresas possam traçar melhor a suas diretrizes, visto que, na opinião de Lejeune (1994), a contabilidade é considerada um sistema onde existem técnicas elaboradas para o registo metódico e ordenado dos factos do dia-a-dia das empresas.

A informação gerada pela contabilidade financeira é denominada, tal como já foi referido, por informação financeira, e é composta pelas demonstrações financeiras, que, segundo Gencia *et al.* (2016), constituem a base do processo de decisão, pois elas permitem analisar a saúde da empresa.

As PME (Pequenas Médias Empresas), ao longo dos tempos, têm assumido um papel importante no desenvolvimento das economias a nível mundial. Segundo o Parlamento Europeu, cerca de 99% das empresas dos países da União Europeia são PME e são as grandes responsáveis pela criação das riquezas dos mesmos. Segundo Cepêda (2017), embora os processos de tomada de decisão nas PME estejam cada vez mais aprimorados, ainda existe falta de informação financeira eficaz para a tomada de decisão. Embora seja notória a importância da utilização da informação

financeira como ferramenta de apoio à gestão de qualquer entidade, independentemente da sua característica ou forma jurídica, em concreto, na esfera das PME pouco tem sido explorado sobre o grau de utilidade que os seus gestores dão à informação financeira, bem como à sua utilização.

Relativamente a Cabo Verde, as PME desempenham um papel importante no crescimento económico do país, na redução da pobreza, na contribuição para a inclusão social, e na melhoria do nível do bem-estar dos cabo-verdianos. Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), existem aproximadamente 11.174 empresas ativas em Cabo Verde, e 68% são microempresas, 28.9% pequenas e médias empresas, que se dedicam, principalmente, à área do comércio, restauração e indústria de transformação.

Em Cabo Verde, onde o sector empresarial é compôs maioritariamente por PME, até o momento, não há conhecimento de nenhum estudo disponível sobre o uso da informação financeira e a sua importância para a gestão daquelas empresas. Porém, existem alguns estudos relacionados sobre as fontes de financiamento para PME, que identificam a falta de contabilidade organizada como sendo um dos fatores que dificulta o seu acesso ao financiamento junto das instituições bancárias (Marta, 2016; Moreira, 2019), o que demonstra a importância da IF para este *stakeholder* (banca) e reforça a importância de estudar esta temática na perspetiva da gestão da empresa.

Através dos dados fornecidos pelo INE, podemos ver o alto nível de insolvência das PME em Cabo Verde, principalmente no ano de 2020, devido à pandemia causada pelo vírus da covid-19, que abalou a economia mundial, na qual Cabo Verde não foi exceção. Embora existam diversos fatores que influenciam o sucesso ou insucesso dessas empresas, alguns estudos apontam para a gestão como fator principal. Para Santos (1996) e Choo (2003), o sucesso das PME depende da informação utilizada pelo gestor, na medida em que lhe permite tomar decisões fundamentadas e minimizar o nível de incerteza. A análise da Informação financeira, para melhorar as atividades das entidades e prever resultados futuros faz parte de boa gestão, ou seja, uma gestão orientada para o sucesso (Amoako, 2013).

Embora seja conhecida a importância das PME para a economia cabo-verdiana, bem como as dificuldades da sobrevivência das mesmas, nenhum estudo, que seja do

nosso conhecimento, foi feito, sobre a utilização da informação financeira pelos gestores das PME daquele país. Tendo em consideração a falta de estudos sobre o assunto em Cabo Verde, torna-se pertinente perceber a utilidade que os gestores das PME em Cabo Verde atribuem às IF, bem como os fatores que influenciam a sua utilização.

Objetivos Gerais e Específicos

Este estudo tem como objetivo geral compreender a utilidade/importância que os gestores das PME de Cabo Verde, que integram a Associação dos Jovens Empresários de Cabo Verde (AJEC), atribuem à informação financeira. Os objetivos específicos desta pesquisa são compreender a importância das IF no processo de tomada de decisão nas empresas alvo deste estudo, bem como identificar variáveis que influenciam a sua utilização, nomeadamente se as características do gestor influenciam a importância atribuída à IF e a sua utilização.

Metodologia e Meios Utilizados

Para a concretização dos objetivos seguimos uma metodologia de natureza quantitativa, com recurso ao método de inquérito por questionário (Raupp e beuren, 2006) e o público-alvo escolhido foram os gestores das PME em Cabo Verde que fazem parte da AJEC, que totalizam 113 associados. Embora a abordagem desta pesquisa seja quantitativa, o questionário aplicado remete para a perceção e opinião dos inquiridos, razão pela qual muitas questões foram formuladas sob a tipologia de escala de *likert*.

Para a elaboração do questionário utilizamos o *Google Forms*, e a aplicação do mesmo foi feita através do *link* enviado por correio eletrónico pela secretaria da AJEC aos gestores das empresas suas associadas, para procederem à sua resposta.

O tratamento dos dados recolhidos foi realizado com recurso ao excel e ao SPSS.

Limitações da Pesquisa/Trabalho

As principais limitações sentidas na realização deste estudo foram as seguintes:

Embora existam estudos sobre esse tema na Europa e em alguns países da África, como a Nigéria e Moçambique, não encontramos nenhum baseado na realidade cabo-verdiana, que nos permitissem compreender melhor a forma de abordar este tema em Cabo Verde.

O processo para a obtenção de dados em Cabo Verde é muito burocrático e que dificultou um pouco a realização deste trabalho no prazo inicialmente estipulado.

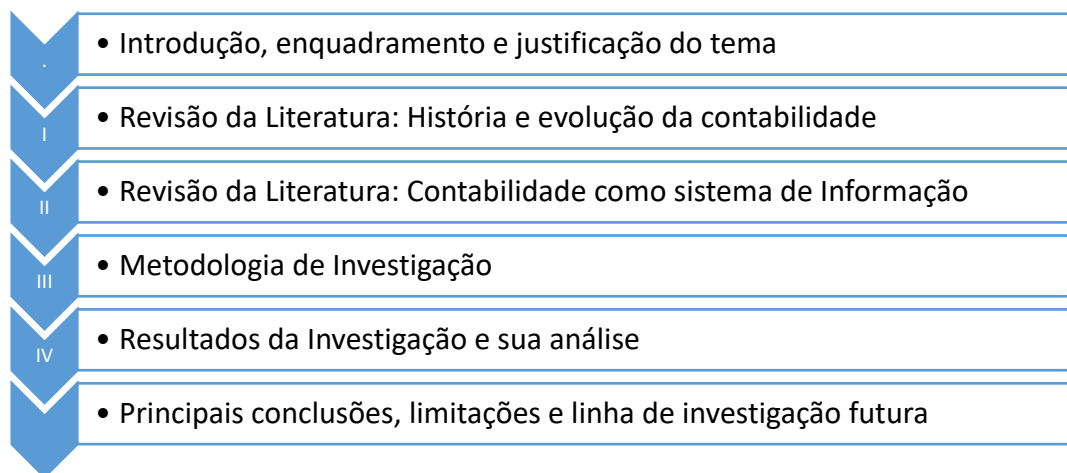
Houve um interesse reduzido dos inquiridos em responder ao questionário, o que deu lugar a uma aceitável taxa de resposta (46%), porém, abaixo das nossas expectativas, apesar da preciosa colaboração da Associação. Apesar da taxa de resposta não ser muito baixa, o número de respostas recolhidas obtidas acabou por ser reduzido, uma vez que a população alvo era de reduzida dimensão. O facto de se ter escolhido os sócios da AJEC como população alvo também condicionou os resultados do estudo, pois o perfil do sócio da AJEC, por se tratar de uma associação de jovens, não representa a totalidade dos gestores de PME de Cabo Verde

Estrutura Geral do Trabalho

O presente projeto de mestrado, além da parte introdutória onde procedemos ao enquadramento e justificação do tema, é composto por mais quatro capítulo (ver Figura 1).

O primeiro e o segundo capítulos estão direccionados para os aspetos teóricos e aos principais resultados dos estudos anteriores relacionados com o tema em estudo. O terceiro capítulo é dedicado à metodologia de investigação utilizada para alcançar os objetivos proposto, bem como a definição das hipóteses de investigação. A análise e discussão dos resultados, bem como a validação das hipóteses levantadas foi feita no quarto capítulo. Por fim apresentamos as principais conclusões sobre o trabalho, limitações e linhas para o desenvolvimento futuro.

Figura 1: Capítulos que compõem a estrutura do trabalho



Fonte: Elaboração Própria

CAPÍTULO I – CONTABILIDADE E SUA EVOLUÇÃO

1.1. História e evolução da contabilidade

A contabilidade é uma parte essencial na gestão financeira das empresas, pois ela constitui um sistema organizado de registo e comunicação de informação financeira. As suas origens remontam a milhares de anos e adaptaram-se ao longo dos anos para as necessidades e as mudanças da economia e das empresas.

Segundo Lima (1945) e Pires (2010), a história da contabilidade é tão antiga quanto a própria história da civilização humana, e referem que os gregos e os romanos criaram métodos contabilísticos simples para controlarem a cobrança de impostos e as finanças do Estado. O grande marco da evolução da contabilidade foi o método de partidas dobradas surgiu durante o período medieval em Itália, tendo *Luca Pacioli* como sendo o pioneiro, descrevendo o método na sua obra de 1494 intitulado de “*Summa*”, que continha um capítulo denominado de *Computis et Scripturis*, que se dedicava à contabilidade (Martins *et al.*, 2022). Nesta fase o desenvolvimento da contabilidade estava mais ligado ao comércio, governo e às instituições religiosas (Lauwers & willekens, 1994; Costa & Alves, 2021).

O método de partidas dobradas, também conhecido como o método da dupla entrada, possibilita o registo dos dois aspetos de uma operação (Caiado, 1997), por exemplo numa venda, regista-se a perspetiva económica (venda) e a ótica financeira (recebimento ou dívida de clientes), aumentando, dessa forma, o tipo de informação que a contabilidade permite obter.

Para Borges *et al.* (1998) e Machado (2000), o surgimento da contabilidade está relacionado com a necessidade de o homem preencher as lacunas da memória, constituindo assim um meio de prova nas transações ou acordos realizados e na simples contagem das riquezas.

Para Lauwers e willekens (1994), durante os finais do século XVIII e século XIX, a revolução industrial teve um impacto muito significativo nas práticas contabilísticas, pois, à medida que as empresas cresciam necessitavam de informação financeira mais exata e isso contribuiu para uma evolução da contabilidade no sentido de dar respostas a essas necessidades (Buesa, 2010; Pires,

2010). Para a evolução da contabilidade, também contribuiu o facto de no século XIX terem sido criados organismos de contabilidade, como por exemplo o *American Institute of Accountants* atualmente conhecido como AICPA (American Institute of Chatered Public Accountants). Outro aspeto importante foi o facto de, durante o século XX, terem sido introduzidas alterações significativas nos regulamentos contabilísticos, como a criação, em 1934, da *Securities and Exchande Commission* (SEC) e do *Financial Accounting Standards Board* (FASB), em 1973 (Zeff, 2014).

A globalização e a internacionalização dos mercados impulsionaram a necessidade de criação de normas internacionais de contabilidade. Em 1973, foi criado o comité Internacional de contabilidade, conhecido em inglês como *International Accounting Standards Committee* (IASC), o qual, em 2001, evolui para o *International Accounting Standards Board* (IASB). Esta comité estabeleceu as Normas Internacionais de Relato financeiro (Markelevich *et al.*, 2015; Reis, 2013). O objetivo da evolução que a contabilidade sofreu nos últimos anos foi torná-la numa fonte de informação entendível internacionalmente.

A contabilidade no século XXI alargou o seu foco, e para além das informações financeiras, começou a incluir, também, informação não financeira, nomeadamente, relatórios ambientais, sociais e de governação. Esta “nova” vertente da contabilidade, que também pode ser denominada por contabilidade sustentável, tem como objetivo medir e comunicar o desempenho não financeiro de uma empresa e o seu impacto na sociedade e no ambiente (Prazeres *et al.*, 2002). A este propósito é importante referir que, em 2021, foi criado o *International Sustainability Standards Board* (ISSB), organismo que desenvolve e aprova as *IFRS Sustainability Disclosure Standards* (IFRS SDS), tendo aprovado já as duas primeiras normas daquela natureza, para entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2024.

Assim, verifica-se que, ao longo da história, a contabilidade tem-se adaptado à evolução do panorama social, económico, tecnológico e regulamentar. Desde as suas origens nas civilizações antigas até ao mundo financeiro globalizado de hoje, a contabilidade tem desempenhado um papel fundamental na promoção da transparência, responsabilidade e na tomada de decisão dos seus utilizadores. De uma forma geral, a evolução da contabilidade foi impulsionada pelo surgimento de novas tecnologias e pelas mudanças dos valores sociais, económicos, de

sustentabilidade e outros, garantindo que ela continua a ser uma ciência essencial no mundo empresarial em mudança; por outras palavras, a contabilidade continua a evoluir em respostas às mudanças na tecnologia, regulamentação e nas práticas comerciais e dos novos desafios da sociedade.

1.1.1. Normalização e Harmonização contabilística

As normas contabilísticas foram criadas no intuito de assegurar maior transparência e comparabilidade da informação financeira entre as empresas. Essas normas fornecem uma linguagem comum para os relatórios financeiros, facilitando, assim, aos investidores, credores e outras partes interessados a tarefa de avaliarem a saúde financeira e o desempenho de uma empresa. Neste tópico do trabalho vamos conceituar a normalização e a harmonização contabilística, destacando as suas principais diferenças, bem como as suas vantagens e desvantagens.

A normalização contabilística traduz-se na criação de uma organização contabilística uniforme, começado pela definição das terminologias e a criação de um plano de contas e regras de contabilização, bem como na elaboração de modelos de demonstrações financeiras uniformemente adotadas (Rodrigues, 2021). Segundo Nabais e Nabais (2005), elas servem de enquadramento para a classificação do registo das transações financeiras, bem como para medir o desempenho e divulgação da informação financeira.

Existem vários organismos a nível mundial responsáveis pela criação e normalização das normas contabilísticas, como é o caso da FASB, que é responsável pela definição dos princípios contabilístico geralmente aceites (GAAP) e o IASB, que estabelece as *International Financial Reporting Standards* (IFRS), esse organismo tem como objetivo desenvolver um conjunto de normas de relato financeiro de alta qualidade, compreensíveis e globalmente aceites, criar normas que permitam maior qualidade, transparência e comparabilidade das demonstrações financeiras e de outros relatos financeiros e estimular o uso e a aplicação rigorosa dessas normas (Choi & Meek, 2005; Silva, 2005).

A harmonização contabilística é um processo de alinhamento das normas, práticas e princípios contabilísticos em diferentes jurisdições, com o objetivo de reduzir as variações na informação financeira, facilitando a elaboração de demonstrações

financeiras consolidadas e a comparação entre empresas de diferentes países por parte dos utentes da informação financeira (Choi & Meek, 2005; Nobes & Parker, 2008). Para Epstien & Mirza (2003) e Furtado (2018) a harmonização contabilística permite a comparação da informação financeira, facilita a elaboração das contas consolidadas, reduz custos e facilita as fusões internacionais.

Um dos organismos importantes no processo da harmonização contabilística é o IASB (Choi & Meek, 2005). Segundo Pires e Gomes (2010), este organismo foi criado em 1973, inicialmente com a denominação de IASC, sediado em Londres e composto por 15 membros, tem como objetivo a criação de normas internacionais de contabilidade e é responsável pelo desenvolvimento e pela publicação das normas internacionais de contabilidade ou IFRS (Silva, 2005).

Segundo Carmona e Trombetta (2008), as IAS e as IFRS constituíram um passo importante no processo da harmonização contabilística, porém os mesmos autores reconhecem, também, que existia muito a ser feito no processo de comparabilidade das normas contabilísticas entre países e regiões.

Para Ball (2006), algumas das vantagens da normalização e harmonização contabilística são a melhoria da qualidade da informação financeira, o aumento da comparabilidade, a redução da assimetria de informação e, por fim, a possibilidade de fomentar o aumento dos investimentos além-fronteiras. De um modo geral essas vantagens têm um impacto positivo no crescimento económico e no comércio mundial. Embora a normalização e a harmonização contabilística apresentem inúmeras vantagens, também enfrentam desafios, tais como as diferenças culturais, os diferentes sistemas jurídicos, as variações no desenvolvimento económico entre países e as resistências à mudança das normas nacionais estabelecidas (Magro, 2014; Camargo, 2017; Furtado, 2018).

Segue-se uma tabela resumo (Tabela 1) com as principais diferenças entre normalização contabilística e harmonização contabilística.

Tabela 1: Principais diferenças entre Normalização e Harmonização contabilística

Aspeto	Normalização contabilística	Harmonização contabilística
Definição	Criar regras, princípios e práticas contabilísticas uniformes que devem ser seguidas na preparação das demonstrações financeiras	Criar processos de alinhamento dos princípios, políticas e práticas contabilísticas
Natureza	Implica criação de regras específicas, detalhadas e prescritivas com pouca margem para interpretação	Implica um conjunto de diretrizes ou princípios que servem de base para a elaboração das demonstrações financeiras, deixando margem para interpretação.
Nível de Consistência	Requer o cumprimento mais rigoroso de um conjunto de regras e práticas contabilística normalizadas	Permite algumas adaptações para acomodar diferenças regulamentares, económicas e culturais
Objetivo	Assegurar a coerência e a comparabilidade das demonstrações financeiras, facilitando a comparação e avaliação das empresas pelas partes interessadas	Facilitar a atividade empresarial a nível internacional, reduzindo a desigualdade em matéria de contabilidade.
Flexibilidade	Oferece uma flexibilidade limitada, pois exige o cumprimento rigoroso de regras e regulamentos.	Mais flexibilidade para adaptar as práticas contabilísticas às necessidades locais

Fonte: Elaboração própria com dados de Lemos (2006)

1.1.2. Contabilidade em Cabo Verde

Dois grandes períodos marcaram a normalização contabilística em Cabo Verde: em 1984, a aprovação do Plano Nacional de Contas (PNC) e, mais tarde, em 2009, a aprovação do Sistema de Normalização Contabilístico e de Relato Financeiro (SNCRF).

No ano de 1984, surgiu o primeiro normativo contabilístico no país, denominado PNC, aprovado pelo Decreto-Lei n.º4/84 de 30 de janeiro; segundo a Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados de Cabo Verde (OPACC), o PNC, embora tenha vigorado até 2008, era muito limitado e não conseguia abranger todos os aspetos da contabilidade, por isso, para a contabilidade das empresas privadas mistas e até mesmo em algumas empresas públicas, com exceção das seguradoras e das empresas de previdência social, aplicava-se o Plano Oficial de Contas (POC) de Portugal.

Segundo Lopes (2011) e Fonseca (2011) o PNC e o POC português não foram desenvolvidos para a realidade empresarial de Cabo Verde, pelo que, em 2009, foi criado, através da aprovação do Decreto-Lei n.º 5/2008, de 4 de fevereiro, o SNCRF,

sendo essa a primeira grande reforma no sistema normativo contabilístico cabo-verdiano, cujo objetivo foi uniformizar as normas contabilísticas do país com as normas internacionais de contabilidade do IASB, melhorando, assim, a qualidade da informação financeira disponibilizada aos *stakeholders*.

O SNCRF é composto por:

- Estrutura Conceptual: onde é definido e estabelecido o ambiente conceptual e orientador do sistema;
- 25 Normas de Relato Financeiro (NRF), divididas em norma relacionadas com a preparação das demonstrações financeiras;
- Normas de relato financeiro para as pequenas entidades;
- Demonstrações financeiras;
- Normas interpretativas;
- Quatro de contas.

A Tabela 2 apresenta as 25 NRF e o seu conteúdo.

Segundo o SNCRF, uma entidade deve apresentar no final de cada período um conjunto de demonstrações financeiras constituído por:

- Balanço;
- Demonstração de resultados por funções ou por natureza;
- Demonstração de fluxos de caixa (estão dispensadas de a apresentar as pequenas entidades em que o volume de vendas do ano anterior seja inferior a 10.000.000 de escudos);
- Demonstração de alterações no capital próprio;
- Anexo.

A Comissão Nacional de Normalização Contabilística (CNNC) é o órgão normalizador do sistema contabilístico em Cabo Verde. Essa comissão foi constituída com a aprovação do Decreto-Lei n.º 43/2008 de 1 de dezembro, e a sua missão é contribuir para a melhoria da qualidade da informação financeira no país e o seu principal objetivo é emitir normas e estabelecer procedimentos contabilísticos em harmonia com as normas internacionais de contabilidade.

Tabela 2: As 25 Normas de Relato Financeiro do SNCRF

Conteúdo	
NRF1	Apresentação das demonstrações financeiras
NRF2	Apresentação das demonstrações financeiras
NRF3	Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas e Erros
NRF4	Divulgação das Partes Relacionadas
NRF5	Acontecimentos após a Data do Balanço
NRF6	Ativos Intangíveis
NRF7	Ativos Fixos Tangíveis
NRF8	Ativos não Correntes Detidos Para Vendas e Unidades Operacionais Descontinuadas
NRF9	Locações
NRF10	Propriedade de Investimento
NRF11	Custos de Empréstimos Obtidos
NRF12	Agricultura
NRF13	Inventários
NRF14	Contratos de Construção
NRF15	Contabilização dos Subsídios do Governo e Divulgação de Apoio do Governo
NRF16	Instrumentos Financeiros
NRF17	Imparidade de Ativos
NRF18	Rédito
NRF19	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
NRF20	Os efeitos de Alterações em Taxas de Câmbios
NRF21	Benefícios dos Empregados
NRF22	Impostos sobre o rendimento
NRF23	Interesses em Empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas
NRF24	Concentrações de Atividades Empresarias
NRF25	Investimentos em Subsidiárias e Consolidação

Fonte: Almeida (2009:28)

CAPÍTULO II – A CONTABILIDADE COMO SISTEMA DE INFORMAÇÃO

Glautier e Underdow (sd) definem sistema como sendo um conjunto de elementos que operam juntos para alcançar um objetivo ou um conjunto de objetivos em que o comportamento de um elemento afeta o sistema na totalidade (Martins, 2001). Para Rodrigues e Rodrigues (2007), sistema é um todo que não pode ser dividido em partes independentes, que só pode ser percebido quando as suas partes estão conectadas e em funcionamento. Os mesmos autores chamam, porém, a atenção para o facto de que aumentos no desempenho de uma parte do sistema separadamente não significa um aumento no desempenho do sistema no seu todo. Para uma melhor compreensão do seu funcionamento, apresenta-se na Figura 2 a representação de um Sistema de Informação.

Figura 2: Sistema de informação



Fonte: koetz e Santana (2009: 49)

Um dos sistemas de extrema importância para o funcionamento das organizações nomeadamente, das empresas, é o sistema de informação.

Segundo Gouveia e Ranito (2004), a informação é indispensável para o correto funcionamento de qualquer organização, tanto a nível operacional (processo de transações, tais como encomendas, compras, stock e vendas) como a nível de gestão (análise e tomada de decisões para planeamento, controlo, supervisão e avaliação). Para Ferreira *et al.* (2017), num mundo tão globalizado e competitivo a necessidade de ter informação atualizada e atempada é indispensável para a sobrevivência de qualquer entidade.

Choo (2003) refere que a informação é um recurso estratégico muito importante para as organizações, pois ela permite uma efetiva combinação e utilização dos fatores de produção, ela pode ser utilizada para gerar vantagens competitivas, neutralizar concorrentes, obter ganhos nos nichos de mercado, ou seja, a

sobrevivência de uma organização depende, em larga medida, do uso da informação (Rascão, 2004). Para Martins (2001), a informação é o ato de transmitir o conhecimento necessário e indispensável para a tomada de decisão em qualquer vertente da vida do homem, ou seja, é tudo aquilo que diminui ou elimina o grau de incerteza do homem na preparação e racionalização das suas ações. Segundo Marques (2010), uma informação para que seja útil tem de ser:

- Adequada: a informação tem de ser adequada a cada negócio, ao nível de gestão, ou seja, a cada posto de trabalho.
- De qualidade: ela tem de ser relevante, objetiva, precisa, fiável, segura e rentável.
- Oportuna: a informação deve ser disponibilizada em tempo útil, de modo a conduzir a um resultado útil.

Para Costas e Alves (2014), a contabilidade é um sistema de informação que hoje, mais do que nunca, todos os gestores devem utilizar para governarem as suas empresas, tendo em vista que ela permite conhecer os recursos à disposição da empresa, as obrigações e os meios utilizados para obter esses recursos. Lejeune (1994) considera a contabilidade como um sistema onde existem técnicas elaboradas para o registo metódico e organizado pela ordem dos factos do dia-a-dia das empresas. Machado (2000) define a contabilidade como um processo que serve para identificar, mensurar e comunicar a informação financeira para os seus utentes.

Para Sá (1999), a contabilidade é uma ciência que estuda os fenómenos patrimoniais, classificando-os, interpretando-os e expondo os seus dados (Lima, 1945). A importância da informação financeira está estreitamente ligada com a necessidade de proporcionar informações credíveis para a tomada de decisões a diferentes níveis aos seus *stakeholders* (Costa & Alves, 2021).

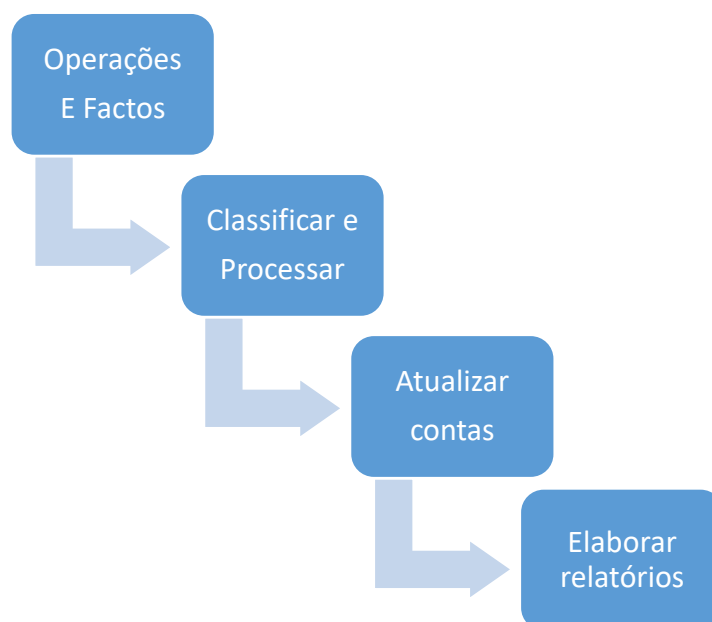
Segundo Warren *et al.* (2009) e Furtado (2018), a contabilidade como sistema de informação consiste no processo de identificar, mensurar e comunicar informação económica de uma entidade às diferentes entidades que precisam de tomar decisões fundamentais. Segundo os mesmos autores, como qualquer sistema de informação a contabilidade regista e processa as situações e os factos patrimoniais ('Inputs') e obtém e reporta as informações através das demonstrações financeiras ('outputs').

Borges *et al.* (2014) apresenta alguns componentes do sistema de informação contabilística:

- Recolha de dados: a contabilidade começa com a recolha de dados financeiros, tais como faturas, recibos e documentos de suporte de outras transações;
- Processamento de dados: os dados recolhidos são processados e convertidos em informação significativa, isto inclui a categorização das transações, o seu registo em diários e os lançamentos em livros de contabilidade (atualmente, os livros de escrituração manual foram substituídos por programas informáticos);
- Análise dos dados: consiste na análise dos dados financeiros para gerar relatórios e extratos, ajudando assim a identificar tendências, anomalias e áreas a melhorar;
- Relatórios: a contabilidade como sistema de informação tem como resultado as demonstrações financeiras, pois elas fornecem um retrato da posição financeira da empresa.

A Figura 3 apresenta esquematicamente o papel do sistema de informação contabilística.

Figura 3: Papel do sistema de informação contabilística



Fonte: Borges *et al.* (2014: 135)

2.1. As demonstrações financeiras e suas finalidades

Cascais e Farinha (2011) definiram as demonstrações financeiras como uma representação estruturada da posição financeira e desempenho financeiro de uma entidade, cujo principal objetivo é de fornecer informação sobre o desempenho financeiro, a posição financeira e as alterações da posição financeira de uma entidade. Para Pinho *et al.* (2010), as demonstrações financeiras devem ser preparadas para responder às necessidades dos seus utentes.

O SNCRF cabo-verdiano contém, tal como já referido, um conjunto de modelos de Demonstrações Financeiras (DF). O § 6 da estrutura conceptual (EC) apresenta as demonstrações financeiras como sendo parte do relato financeiro, bem como os componentes que fazem parte das DF. Segundo o § 9 da EC o objetivo das demonstrações financeiras é de proporcionar informação acerca da posição financeira, do desempenho e das alterações sofrida pela entidade, que seja útil para um vasto leque de utentes para a tomada de decisão (Borges *et al.*, 2014). Ainda no § 44 EC é apresentado um conjunto de elementos que fazem parte das demonstrações financeiras, que são:

- O balanço: o qual, segundo Monteiro (2013), expressa a relação existente entre o ativo (são recursos controlados pela entidade resultado de um acontecimento passado do qual se espera que fluam benefícios económicos futuros), o passivo (obrigação presente resultante de acontecimentos passados de cuja liquidação se espera que resulte um exfluxo de recursos da entidade incorporando benefícios económicos e a situação líquida). No § 45 da EC do SNCRF cabo-verdiano é especificado que os componentes (Ativo, Passivo e Capital Próprio) que fazem parte do balanço são elementos relacionados com a mensuração da posição financeira das entidades.
- Demonstração de resultados: a qual, para Silva e Matos (1993), é um processo dinâmico que mostra o resultado da entidade.
- Demonstração de fluxos de caixa: é um documento indispensável para a gestão de tesouraria e deve ser utilizado como instrumento de deteção de sinais de alerta contra possíveis riscos de fragilidade (Silva & Martins,

2014), ou seja, demonstra a entrada e saída de dinheiro em caixa e depósitos à ordem (Lopes *et al.*, 2013).

- Demonstração das alterações da posição financeira: conjunto de alterações que ocorrem nos componentes do capital próprio da entidade.
- Anexo: para a elaboração do anexo, cada entidade deve criar a sua própria sequência numérica, respeitando as normas referente à elaboração e divulgação do mesmo (Pinho *et al.*, 2010).
- Outras demonstrações e material explicativo que constituam parte integrante das demonstrações financeiras.

As informações contidas nas demonstrações financeiras para serem úteis para a tomada de decisões têm de preencher quatro características quantitativas. Assim, o SNCRF cabo-verdiano nos § 19 a 43 da sua estrutura conceptual apresenta tais características como sendo:

- Compreensibilidade: as informações contidas nas demonstrações financeiras devem ser de rápida compreensão pelos seus utilizadores.
- Relevância: as informações contidas nas demonstrações financeiras devem ter o “poder” de influenciar as decisões dos seus utilizadores.
- Fiabilidade: as informações contidas nas demonstrações financeiras devem ser isentas de erros materiais e preconceito.
- Comparabilidade: a informação apresentada pelas demonstrações financeiras deve ser comparável no tempo e no espaço.

Em suma, as demonstrações financeiras constituem um instrumento fundamental para avaliar a situação financeira de uma empresa, tomar decisões de investimento e assegurar a transparência e a responsabilidade da informação financeira.

2.1.1. Utentes da informação financeira

Os § 7 e 8 da EC do SNCRF prevê que as demonstrações financeiras servem para proporcionar informação útil para a tomada de decisões pelos seus utentes. A importância da informação financeira está estreitamente ligada com a necessidade de proporcionar informações credíveis para a tomada de decisões a diferentes

níveis pelos seus *stakeholders*, (Costa & Alves, 2021). Quem são esses *stakeholders*, ou utentes da informação financeira? A resposta a esta questão é-nos apresentada no SNCRF no § 7 da EC, que são os seguintes (ver Tabela 3).

Tabela 3: Utentes da Informação Financeira segundo o SNCRF

Utentes	Principais Interesses
Investidores	Os investidores de capital são os principais responsáveis por injetarem capital nas entidades. Eles precisam de informação que lhes permita saber no que investir, quando investir, bem como avaliar a capacidade da entidade em distribuir lucros/ pagar dividendos.
Empregados	Eles estão interessados na informação que lhes permita avaliar a capacidade da entidade em geral; saber resultados que permitam assegurar a estabilidade dos seus empregados, ou seja, informação que os habilite a avaliar a capacidade de entidade em proporcionar uma remuneração, benefícios de reforma e outros benefícios.
Fornecedores e outros credores	Eles estão interessados na informação que lhes permita assegurar que as quantias a eles devidas serão pagas até à data do vencimento.
Governo e os seus departamentos	Eles estão interessados na informação que lhes permita regular as atividades das entidades, visando determinar as políticas de tributação e que sirva de base para as estatísticas dos rendimentos do país.
Mutuentes	Precisam da informação que lhes permita avaliar a capacidade da entidade em pagar os empréstimos solicitados e os juros associados aos empréstimos nos prazos previamente acordados.
Público	Precisam de informação que lhes permita avaliar as tendências e desenvolvimentos recentes e leque das suas atividades.

Fonte: elaboração própria baseado no § 7 da EC da SNCRF

Todos os utentes precisam de informação financeira fiável, visto que a qualidade da informação tem um impacto direto sobre as decisões tomadas a diferentes níveis (Almeida, 2012). Para Gencia *et al.* (2016), as informações financeiras são importantes fontes de informação, tanto para utilizadores internos como externos, uma vez que decisões internas, também, são tomadas com base nos mapas e relatórios apresentados pela entidade. Para isso a contabilidade deve ser bem montada, organizada e atualizada (Nabais & Nabais, 2005).

2.2. Gestão e a tomada de decisão

Atualmente, muito se tem falado sobre a gestão de organizações, quer grandes quer pequenas, com ou sem fins lucrativos, governamentais ou não, onde pessoas ou conjuntos de pessoas trabalham para alcançar objetivos específicos. Segundo alguns

autores, um dos fatores que condicionam o alcance desses objetivos é a gestão dessas organizações. Segundo Teixeira (2013), gestão é um processo que permite obter resultado com esforço dos outros, por sua vez, para Carvalho (2016), gestão consiste na execução de conjuntos de atividades utilizando vários recursos de forma sistemática e tomando decisões mais eficientes na realização dessas atividades.

Segundo Jacquinet (2019), gestão é a administração de um conjunto de fatores de produção de uma determinada entidade para atingir os objetivos gerais fixados. Para Botheon (2020) é a realização de metas de uma entidade de forma eficiente e eficaz, através dos processos como planeamento, organização, lideranças, controle, execução e acompanhamento, utilizando os recursos da entidade.

Gestão é um processo que consiste em planejar, organizar, liderar e controlar (Almeida, 2012). Almeida (2012) na sua definição de gestão, apresenta quatro principais funções de um gestor, que se compreendem mais adequadamente utilizando os conceitos de Ferreira *et al.* (2011), são elas:

- O planejar: pensar antecipadamente em objetivos e ações, definir estratégias e procedimentos para alcançar as metas. Para Ferreira *et al.* (2011), planejar significa preparar e apoiar o futuro com programas de ação, onde serão definidos os objetivos que pretendem alcançar e os caminhos e meios a empregar para a concretização desses objetivos.
- O organizar: processo de alocar meios da entidade que lhes possibilitem alcançar eficientemente os objetivos traçados, ou seja, reunir tudo o que seja útil para executar o plano (Ferreira *et al.*, 2011).
- O dirigir: processo que permite influenciar o comportamento alheio mediante a liderança, motivação e comunicação. Para Almeida (2012), liderar consiste em influenciar um grupo ou indivíduo para executar uma determinada função; motivar consiste em fazer com que o indivíduo ou grupo se esforcem para alcançarem os objetivos da organização; comunicar consiste em transmitir ideias e informações sobre o que deve ser feito e como deve ser executada uma determinada tarefa.
- O controlar: verificar se o previsto foi concretizado conforme estabelecido. Para Ferreira *et al.* (2011), o controlo tem por finalidade assegurar que o programa de ação está a ser executado conforme as diretrizes estabelecidas.

Segunda Almeida (2012), a tomada de decisão é o processo de selecionar a melhor linha de ação para atingir um denominado objetivo ou solucionar um determinado problema e Ferreira *et al.* (2011) apresenta alguns tipos de decisões que são inerentes ao gestor, tais como:

- Decisões operacionais: são decisões do dia-a-dia que incidem sobre as atividades rotineiras da empresa;
- Decisões estratégicas: são decisões de alto nível, que exigem, por vezes, um planeamento mais a longo prazo e têm um impacto mais significativo na empresa;
- Decisões táticas: são decisões de nível intermédio, com um planeamento mais de curto prazo.

2.3. Fatores que influenciam a utilização da informação financeira na tomada de decisão pelos gestores das PME

2.3.1. As PME na União Europeia

A comissão europeia na sua recomendação 2003/361/CE, definiu critérios para classificar as PME, os quais não estão dependentes da sua forma jurídica, mas de critérios quantitativos. Como pode ser verificado na Tabela 4 existem três classificações:

Tabela 4: Definição de PME na UE

Categoria de Empresa	Nº de Trabalhadores	Volume de negócio
Micro	Inferior a 10	Menor igual a 2 Milhões de Euros
Pequena	Inferior a 50	Menor igual a 10 Milhões de Euros
Média	Inferior a 250	Menor igual a 43 Milhões de Euros

Fonte: Elaboração Própria

Segundo o Parlamento Europeu, as PME representam mais de vinte milhões de empresas existentes no espaço económico europeu. Também reconhece a dificuldade que as PME apresentam para permanecerem no mercado tão

competitivo e globalizado como o atual, por isso salientou a necessidade de potencializar a capacitação dos seus profissionais na utilização das novas tendências tecnológicas, aprimorando, desta forma, os seus resultados.

Segundo Cepêda (2017), embora os processos de tomada de decisão nas PME estejam cada vez mais aprimorados, ainda existe falta de informação financeira eficaz para a tomada de decisão.

A UE oferece vários programas de apoio e políticas de apoio para ajudar as PME a expandirem-se para novos mercados e adaptar as novas tecnologias. Também, se empenha em promover a digitalização entre as PME, através do programa Europa Digital e os Polos Europeus de Inovação, como o objetivo de melhorar as competências e capacidade digital da PME, garantindo a sua competitividade na era digital (Comissão europeia, 2012).

2.3.2. As PME em Cabo Verde

As PME são essências para o desenvolvimento da economia cabo-verdiana e para a criação de emprego; o governo reconhece a sua importância e tem implementado várias políticas e iniciativas para apoiar o seu crescimento e sustentabilidade, embora persista o desafio do acesso ao financiamento e ao mercado. O país continua a trabalhar na promoção da inovação e do empreendedorismo para garantir o sucesso das PME.

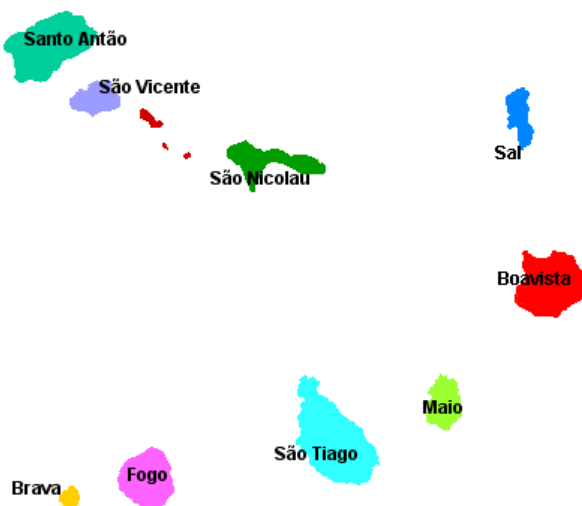
2.3.2.1. Sector Económico Cabo-verdiano

Cabo-verde é um arquipélago composto por dez ilhas (ver Figura 4), das quais nove são habitadas, localizado a 500 km da costa ocidental africana, o qual, segundo o censo de 2021 (INE, 2021), tem uma população total de 491.233 (ver Tabela 5). As ilhas com maior densidade populacional são as de Santiago, S. Vicente e Sal e os recursos naturais no país são praticamente inexistentes.

Cabo-Verde é um país democrático fundamentado nos princípios da soberania popular, na liberdade de expressão e no respeito pelos direitos e liberdade dos seus cidadãos e com uma cultura muito homogênea. O país é considerado pelo Banco Mundial (s.d.) um exemplo de democracia em África, isso deve-se à estabilidade

política existente no país, porém, apresenta alguns problemas económicos e demográficos. O saldo migratório do país apresenta uma tendência negativa, isso deve-se a uma predominância da taxa de emigração relativamente à taxa de imigração.

Figura 4: As Ilhas de Cabo Verde



Fonte: <https://geneall.net/pt/mapa/-305/cabo-verde/>

Tabela 5: Total da população residente em Cabo Verde nos anos 2010,2016 e 2021

Anos	2010	2016	2021
População residente	491.683	521.239	483.628

Fonte: INE (2021)

Relativamente ao Produto Interno Bruto (PIB) de Cabo Verde, o seu crescimento tem sido um pouco lento desde a sua independência em 5 de julho de 1975. Segundo os dados da Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2000 e 2008 o PIB do país cresceu 6.6%, mas, em 2009, a crise europeia impulsionou a recessão da economia cabo-verdiana e fez com que o PIB do país crescesse somente a uma taxa de 1.3%, entre 2010 e 2015.

Os impactos das adversidades que ocorrem no mercado internacional, principalmente nos mercados europeus, tiveram um impacto direto sobre a economia cabo-verdiana devido a um alto grau de abertura do país à conjuntura internacional (Revista ADEI, 2015). Esse ciclo de baixo crescimento do PIB

provocado pelo agravamento da situação económica da zona Euro só foi revertido em 2016 (ver Tabela 6), quando o país começou a apresentar sinais de recuperação e o crescimento foi de 4,7%.

Para a AICEP (2016), as remessas dos emigrantes e os investimentos que os mesmos fazem no país são fatores que impulsionam o crescimento do PIB em Cabo Verde. Segundo o INE (2017), as remessas dos emigrantes, principalmente dos que residem em Portugal, desempenharam um papel muito importante no crescimento e na estabilidade da economia cabo-verdiana.

De acordo com o Jornal Expresso das Ilhas (2020), a Covid-19 teve um impacto bastante negativo na economia cabo-verdiana, levando o país a registar uma recessão do PIB, em 2020, de 14,8% (Tabela 6), uma das maiores na história do pós-independência do país. Segundo os dados do INE, o PIB apresentou uma recessão de 1.3% em 2009, e em 2018 e 2019 a economia cabo-verdiana tinha crescido 4.5% e 5.7% respetivamente.

Em Cabo Verde a taxa de desemprego é bastante acentuado, tendo em conta a dimensão do país. Segundo o INE, o número de desempregados em 2022 foi estimado em 24.420 mil pessoas, o que representa uma taxa de desemprego de 12.1%, a taxa de desemprego por género é de 10,3% para os homens e 14 % para as mulheres.

Tabela 6: PIB de Cabo Verde (2016-2020)

Data	PIB anual (valor em milhões de escudos)	Var do PIB (%)
2020	180 724	-14,80%
2019	213 914	5,70%
2018	201 123	4,50%
2017	172 785	3,70%
2016	165 728	4,70%

Fonte: INE (2021)

2.3.2.2. O Tecido Empresarial cabo-verdiano

Segundo dados apresentados pela INE, de 2021, o tecido empresarial cabo-verdiano tem crescido ao longo dos anos. Em 2019, existiam 11.174 empresas ativas em Cabo

Verde, ultrapassando o número de empresa que existia em 2018 (10.390 empresas) em 784 empresas, e em 2020, o número de empresas ascendia a 11.115, pelo que houve uma diminuição no número de empresas existentes em 59, devido ao efeito da pandemia da covid-19, que levou ao abrandamento do desenvolvimento económico do país (ver a Tabela 7).

Tabela 7: Evolução do Número de Empresas Ativas em Cabo Verde, por Ilha

Ilha	Número de Empresas Ativas				
	2016	2017	2018	2019	2020
Santo Antão	765	764	829	827	862
São Vicente	1 838	1 999	2071	2200	2125
São Nicolau	393	284	139	356	270
Sal	957	1 148	1 247	1297	1 332
Boavista	353	599	591	510	601
Maio	220	123	137	82	117
Santiago	4 244	4 379	4 476	5 008	5 020
Fogo	543	535	725	640	595
Brava	130	101	176	254	193
Cabo Verde	9 442	9 932	10 390	11 174	11 115

Fonte: INE (2021)

O maior número de empresas ativas em Cabo Verde encontra-se localizado na Ilha de Santiago, seguido da ilha de São Vicente e da Ilha do Sal (ver a Tabela 7). Ainda na Tabela 7, podemos constatar que, mesmo durante a pandemia da covid-19, o número de empresas ativas em algumas ilhas de Cabo Verde aumentou.

Relativamente ao volume de negócios das empresas ativas em Cabo Verde, na Tabela 8, podemos verificar que nos cinco anos que antecederam a pandemia da covid-19, o volume de negócio das empresas apresentava uma tendência positiva, isso porque o número de empresas também aumentou, porém no ano 2020 podemos verificar uma diminuição no número de empresas e, consequentemente, uma diminuição do volume de negócio (ver Tabelas 7 e 8).

Tabela 8: Evolução do Volume de Negócios em Cabo Verde (Em contos), por Ilha

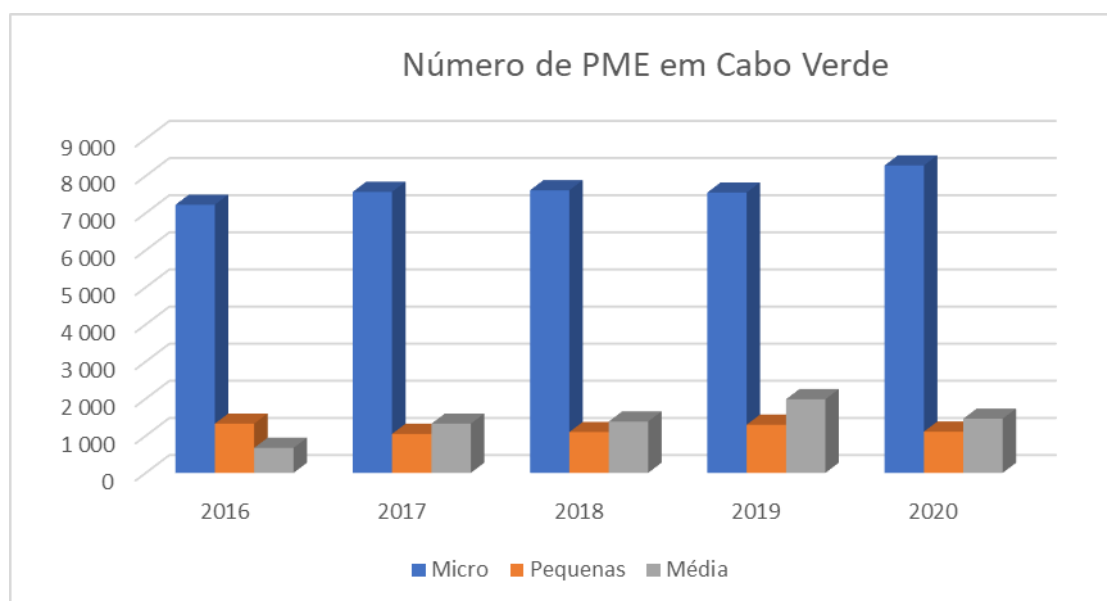
Ilha	Evolução do Volume de Negócios (Em contos), segundo a Ilha				
	2016	2017	2018	2019	2020
Santo Antão	4 116 163	4 550 134	4 803 653	7 299 819	4 503 973
São Vicente	66 101 520	76 099 854	88 386 165	102 036 780	68 050 247
São Nicolau	889 911	1 039 409	1 096 771	1 440 923	1 211 290
Sal	64 765 128	60 497 933	62 600 194	61 903 746	32 106 249
Boavista	6 569 450	8 962 733	9 930 217	10 209 717	5 175 780
Maio	514 548	470 309	302 183	364 588	324 775
Santiago	116 910 503	121 961 555	126 565 677	150 845 713	122 400 507
Fogo	1 910 060	2 301 624	3 032 698	2 829 766	2 587 581
Brava	459 068	370 843	390 637	812 565	533 861
Cabo Verde	262 236 350	276 254 394	297 108 195	337 743 616	236 894 264

Fonte: INE (2021)

No que concerne à dimensão das empresas, constata-se (ver Gráfico 1) a predominância de micro empresas no tecido empresarial de Cabo-Verde, representando mais de metade das empresas ativas no país. Segundo a ADEI (2016), as PME, em Cabo Verde, têm contribuído para o uso dos recursos locais, para a criação de empregos e para o desenvolvimento do país.

Verifica-se, ainda, que, desde 2017, as médias empresas surgem em segundo lugar no número de empresas do país, representando, assim, uma parte considerável das empresas em Cabo Verde e por últimos temos as pequenas empresas. Ainda podemos verificar que, no período em análise no gráfico, só as microempresas cresceram de forma constante ao longo dos anos.

Gráfico 1: Número de PME em Cabo Verde de 2016 a 2020



Fonte: Dados do INE (2021)

Analisados os dados fornecidos pelo INE, podemos verificar a predominância das PME no sector empresarial cabo-verdiano (ver Gráfico 1).

Já verificámos que do total das empresas em Cabo Verde, as empresas classificadas como sendo microempresas predominam sobre as médias empresas que por sua vez predominam sobre as pequenas empresas. Porém, é importante compreender como é feita a classificação das empresas em Cabo Verde, pois ela é distinta da classificação europeia, previamente apresentada.

Relativamente às micros e pequenas empresas, foi criado a Lei n.º 70/VIII/2014 de 26 de agosto para o seu enquadramento. Essa Lei, no seu artigo 3.º, define empresa como sendo uma entidade constituída por pessoa singular ou coletiva nos termos prevista na lei, cujo objetivo é o desenvolvimento das atividades, quer sejam elas de transformação, extração, produção, prestação de serviços ou comercialização de bens.

Esse mesmo artigo define microempresa como unidade empresarial cujo volume de negócios bruto (produto de venda de bens e serviços) não seja superior a cinco milhões de escudos (\$5.000.000) ou empregue até cinco trabalhadores, enquanto para pequenas empresas o número de trabalhadores situa-se entre seis e dez, ou o volume de negócios bruto anual seja superior a cinco milhões de escudos (\$5.000.000) e inferior a dez milhões de escudos (\$10.000.000). Segundo Marta

(2016), o Departamento de Estudo Economicista e Estatístico do Banco de Cabo Verde (DEE-BCV) define que as entidades com o volume de negócios anual bruto superior a dez milhões de escudos e inferior a duzentos milhos de escudos (\$10.000.000) e inferior a cinquenta milhões de escudos (\$50.000.000) ou cujo número de trabalhadores seja superior a dez e inferior a cinquenta, devem ser classificados como sendo médias empresas.

As Tabelas 9 e 10 apresentam, respetivamente, dados sobre o volume de negócios das empresas em Cabo Verde, em função da dimensão e dados sobre o número de empresas por atividade e forma jurídica.

Tabela 9: Distribuição do Volume de Negócios, segundo a dimensão da empresa e o ramo de atividade

Sector de actividade económica	Tipo de Empresa (PME)		
	Micro	Pequenas	Média
	Volume Negócios (Contos)		
A - Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca	17 967	31 432	383 811
B - Indústria Extractiva	298	32 679	218 318
C - Indústria Transformadora	660 971	480 603	4 140 973
D - Electricidade, Gás, Vapor, Água Quente e Fria e Ar Frio	9 995	2 050	125 088
E - Captação, Tratamento e Distribuição de Água, Saneamento, Gestão de Resíduos	13 766	23 813	248 366
F - Construção	188 931	392 598	4 992 251
G - Comércio por Grosso e a Retalho, Reparação de Veículos Automóveis e Motociclos	4 073 493	870 981	24 073 071
H - Transportes e Armazenagem	215 569	200 369	1 635 119
I - Alojamento e Restauração	990 484	717 530	1 804 929
J - Actividades de Informação e Comunicação	71 712	79 873	663 162
K - Actividades Financeiras e de Seguros	3 823	8 452	209 057
L - Actividades Imobiliárias	119 292	108 349	650 929
M - Actividades de Consultoria, Científicas, Técnicas e Similares	339 498	427 147	1 359 407
N - Actividades Administrativas e dos Serviços de Apoio	216 858	229 440	1 475 010
P - Educação	216 603	61 380	280 339
Q - Saúde Humana e Acção Social	218 221	169 043	921 435
R - Actividades Artísticas, de Espetáculos, Desportivas e Recreativas	38 558	44 538	54 182
S - Outras Actividades de Serviços	273 612	90 993	231 648
Cabo Verde	7 669 652	3 971 269	43 467 095

Fonte: INE (2020)

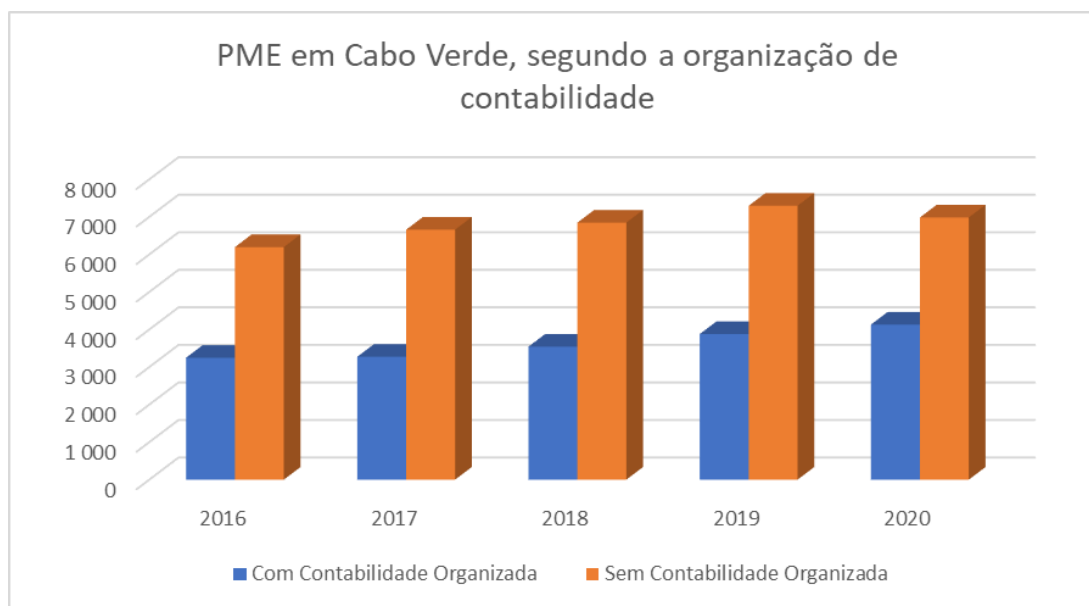
Os dados constantes na Tabela 9 permitem verificar que o sector com maior índice de atividade económico em Cabo Verde é o do comércio, em segundo lugar temos as atividades de Alojamento e restauração. Relativamente às formas jurídicas podemos constatar a predominância das empresas em nome individual e sociedades unipessoais por quotas e, em seguida, encontram-se as sociedades por quotas (ver a Tabela 10).

Tabela 10: Número de empresas por ramo de atividade e forma jurídica (ano 2020)

Sector de actividade económica	Número de Empresas Activas (2020)			Total
	Empresa Nome Individual & Soc. Unipessoal por Quota	Sociedad e por Quota	Sociedad de Anónimo	
Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca	26	21	5	52
Indústria Extractiva	3	5	3	11
Indústria Transformadora	798	292	38	1 128
Electricidade, Gás, Vapor, Água Quente e Fria e Ar Frio	3	5	8	16
Captação, Tratamento e Distribuição de Água, Saneamento, Gestão de Resíduos	8	16	9	33
Construção	229	181	62	471
Comércio por Grosso e a Retalho, Reparação de Veículos Automóveis e Motociclos	3 283	1 134	80	4 497
Transportes e Armazenagem	165	98	26	289
Alojamento e Restauração	1 532	373	50	1 955
Actividades de Informação e Comunicação	56	53	23	132
Actividades Financeiras e de Seguros	2	11	32	45
Actividades Imobiliárias	60	160	89	309
Actividades de Consultoria, Científicas, Técnicas e Similares	267	230	40	537
Actividades Administrativas e dos Serviços de Apoio	166	200	35	400
Educação	154	82	24	259
Saúde Humana e Acção Social	104	90	7	201
Actividades Artísticas, de Espetáculos, Desportivas e Recreativas	79	54	11	144
Outras Actividades de Serviços	563	64	9	636
Cabo Verde	7 498	3 067	550	11 115

Fonte: INE (2020)

Gráfico 2: Número de PME com e sem contabilidade organizada em Cabo Verde, entre 2016 e 2020



Fonte: Elaboração Própria, dados da INE (2021)

O Gráfico 2 apresenta os dados sobre a utilização de contabilidade organizada pelas PME de Cabo-Verde, entre 2016 e 2020.

Dos dados constates no Gráfico 2 é notória a predominância, em Cabo-Verde, de PME sem contabilidade organizada, representando mais da metade das PME ativas no país. No entanto, observa-se um crescimento, embora ligeiro, no número de empresas com contabilidade organizada ao longo dos anos em análise no gráfico.

A Tabela 11 apresenta os dados das empresas com contabilidade organizada por ilha e verifica-se que, em praticamente todas as ilhas de Cabo Verde as PME com contabilidade organizada aumentaram entre 2017 e 2020, mas, ainda, existia uma predominância acentuada de empresas sem a contabilidade organizada em todas as ilhas do arquipélago. É importante realçar que, segundo o artigo 31.º da Lei n.º 70/VIII/2014 de 26 de agosto, as micros e pequenas empresas não são obrigadas a ter contabilidade organizada nos termos do SNCRF.

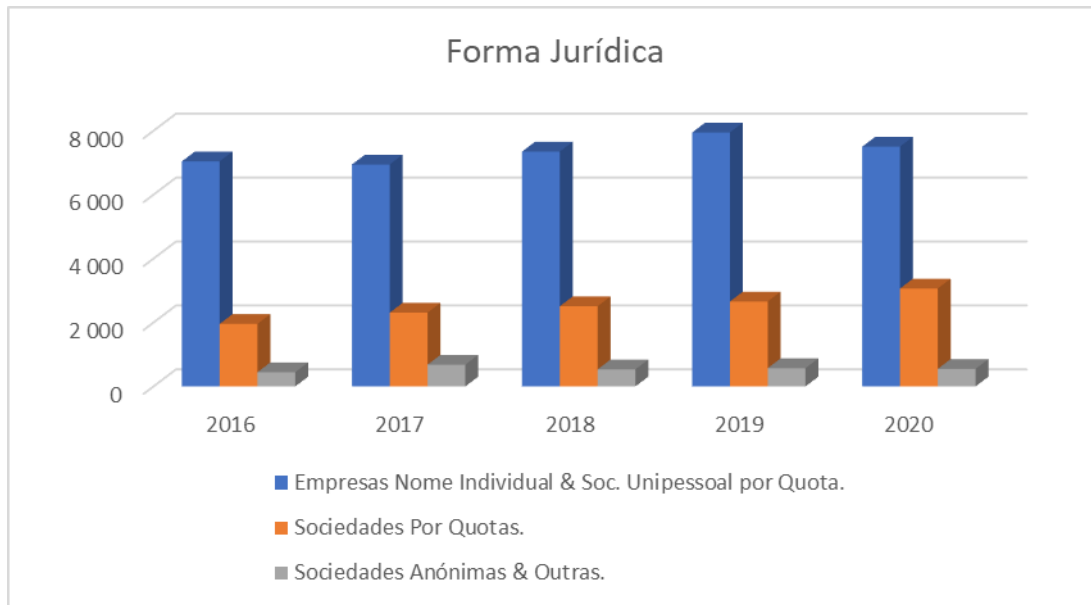
Tabela 11: Número de empresas ativas, pelo tipo de contabilidade, por ilha (2017-2020)

Ilha								
	Com Contabilidade				Sem Contabilidade			
	2017	2018	2019	2020	2017	2018	2019	2020
Santo Antão	68	90	87	125	696	739	740	737
São Vicente	720	700	822	857	1 279	1 371	1 378	1 268
São Nicolau	29	35	41	44	255	104	315	226
Sal	580	667	669	817	568	580	628	515
Boavista	252	286	316	323	347	305	194	278
Maio	22	20	25	32	101	117	57	85
Santiago	1 545	1 678	1 834	1 856	2 834	2 798	3 174	3 165
Fogo	48	61	74	68	487	664	566	526
Brava	9	8	10	9	92	168	244	184
Total	3 273	3 544	3 878	4 131	6 659	6 847	7 296	6 984

Fonte: INE (2021)

Estes dados são muito preocupantes, pois a informação contabilística fornecida aos empresários pela contabilidade não organizada é muito limitada, não existindo, nomeadamente DF, que são uma base muito importante, tal como já referimos previamente, para a tomada de decisão empresarial.

Os dados que se seguem (no Gráfico 3 e Tabela 12) referem-se à forma jurídica das empresas em Cabo-Verde, à sua evolução em número e em volume de negócios.

Gráfico 3: Evolução de Empresas Ativas em Cabo Verde, segundo a Forma Jurídica (2016-2020)

Fonte: INE (2021)

Nota-se, pelos dados constantes no Gráfico 3, que a maior parte das PME em Cabo Verde são empresas em nome individuais/sociedade unipessoais, o que é compatível com o facto de a maioria das empresas ser de pequena dimensão, tal como já tinha sido referido previamente. Em termos evolutivos, observou-se um maior crescimento dessas formas jurídicas ao longo do período em análise no gráfico (2016 a 2020).

Tabela 12: Evolução do Volume de Negócios (Em contos), segundo a Forma Jurídica (2016-2020)

Classes de forma jurídica	Ano				
	2016	2017	2018	2019	2020
Empresas Nome Individual & Soc. Unipessoal por Quota.	28 153 485	32 471 153	35 726 502	68 220 186	37 280 238
Sociedades Por Quotas.	77 597 597	80 806 138	88 224 635	97 547 765	69 056 643
Sociedades Anónimas & Outras.	156 485 267	162 977 102	173 157 059	171 975 665	130 557 383
Cabo Verde	262 236 350	276 254 394	297 108 195	337 743 616	236 894 264

Fonte: INE (2021)

Os dados apresentados na Tabela 12 permitem verificar que as “Sociedade Anónimas e outras” representam mais da metade do montante total do volume de negócio nos períodos em análise na tabela (2016 a 2020). Porém, as empresas em nome individual e sociedades unipessoal por quotas apresentaram a maior taxa de

crescimento entre 2018 e 2019, bem como maior taxa de decréscimo entre o período de 2019 e 2020 (ver Tabela 12).

2.3.2.2. Principais entidades e agências de apoio às PME em Cabo Verde

Como já foi referido anteriormente, o tecido empresarial cabo-verdiano é predominantemente constituído pelas PME, tendo em vista esse cenário o governo tem criado e desenvolvido meios que permitam o desenvolvimento dessas empresas e o aumento da sua competitividade no mercado. Segue abaixo um breve resumo sobre as entidades e agências, tanto do sector publico como privado, que apoiam o desenvolvimento e a evolução das PME no país.

ADEI - Agência para o Desenvolvimento Empresarial e Inovação

A ADEI é conhecida como sendo a principal agência do governo de Cabo Verde para promover o desenvolvimento e a competitividade das PME no país. A criação desse organismo foi publicada no boletim oficial de 2009, com a missão de implementar a política do governo nesse sector, através da implementação do programa de:

- Promoção do cluster TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação): o objetivo desse programa é criar dinamismo no sector de tecnologia de informação, trabalhando principalmente com jovens empreendedores e inclui apoios no desenvolvimento de planos de negócios.
- Acesso aos mercados: esse programa tem como objetivo apoiar e providenciar meios para que os produtos e serviços dos pequenos empresários sejam conhecidas em diferentes secções do mercado cabo-verdiano, através da promoção de contactos entre diferentes produtores e possíveis consumidores desses produtos e serviços.
- Capacitação/formação de curto e longo prazo: consiste na capacitação técnica concedida às PME de forma a apoiá-las na concretização dos seus objetivos/metast, otimizando os pontos fortes dos seus negócios e diminuindo as fragilidades internas.

- PME Express: é um programa de curto prazo que tem como objetivo tratar casos de problemas de marketing e de gestão nas PME, incluindo planos de negócio, assistência técnica direcionada para a contabilidade e gestão, bem como integração de sistemas de comunicação e informação.
- Incubadora de negócios: fornecer formação em como gerir uma empresa jovem, fornecendo espaço físico de trabalho, assistência técnicas e incentivos fiscais nos três primeiros anos de vida da empresa.

Cabo Verde Investimento

Esta instituição foi criada com vista a promover a exportação por parte das PME em Cabo Verde e tem como principal missão:

- Diagnosticar os pontos fortes, bem como as oportunidades de alavancar as PME em termos estratégicos, para entrarem nos mercados estrangeiros,
- Elaborar um plano de exportação de acordo com o sector de negócio de cada empresa, identificando os elementos relacionados com a suas atividades e os meios de pagamento.
- Aplicar e monitorizar o plano de exportação que tem uma duração de 18 meses.
- Criação do projeto de reconhecimento do sucesso e prémio de exportação para as PME.

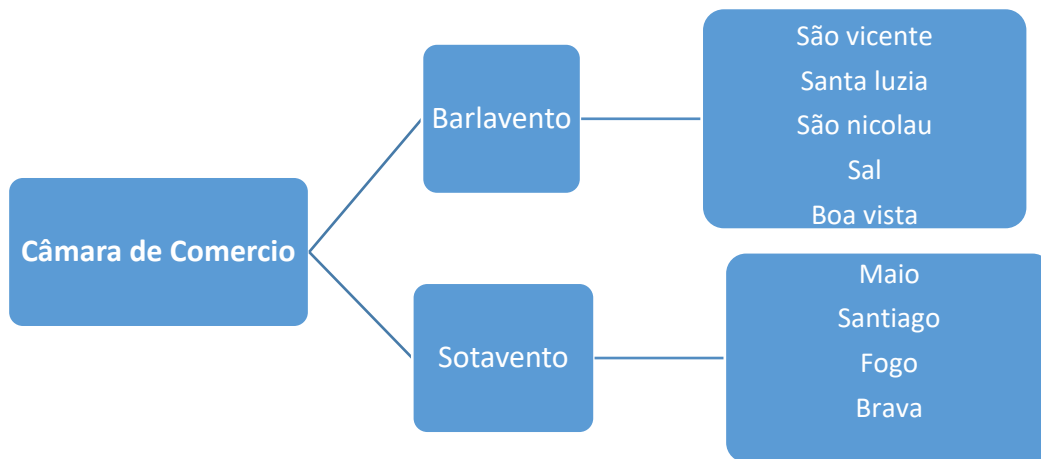
Câmara de Comércio

No país existem duas câmaras de comércio: uma do barlavento e outra do sotavento (ver Figura 5) e são o maior agregado do sector privado em Cabo verde. O seu objetivo é criar proximidade entre empresas locais e empresas em outros locais do país, através de intercâmbios. As câmaras de comércio desempenham as seguintes funções:

- Licenciamento de exportação/importação: o governo atribuiu a essa instituição a incumbência de fornecimento às PME das licenças de importação e de exportação;
- Apoiar as PME através do Fundo de crescimento e competitividade (FCC): o seu objetivo é melhorar a competitividade das PME em Cabo Verde, através do acesso à inovação, formação e transferência de tecnologia;

- Capacitação profissional: as câmaras identificam as necessidades de formação dos seus membros e promovem programas de formação, de modo a fortalecer as competências dos gestores das PME; esse plano é disponibilizado anualmente, porém não é gratuito.

Figura 5: Ilhas que compõem as câmaras de comércio do barlavento e do sotavento



Fonte: Elaboração Própria

Associação de Jovens Empresários de Cabo Verde (AJEC)

A AJEC é uma organização sem fins lucrativos fundada em 10 de fevereiro de 2009 (publicação no boletim oficial de 7 de agosto de 2009), com o objetivo de promover e representar os jovens líderes empresariais em Cabo Verde. A AJEC foi criada para atuar na:

- Promoção da Responsabilidade Social Empresarial;
- Aumentar a representação e participação empresarial na comunidade empresarial através da discussão e divulgação do conceito de responsabilidade social empresarial.

A AJEC tem dado um contributo significativo para colocar o empreendedorismo jovem na agenda dos principais órgãos de decisão do país e tem organizado/participado em diversas atividades importantes sobre o tema. Embora a AJEC já tenha alcançado resultados significativos, a associação não dispõe de recursos financeiros, logísticos ou humanos, mas conta com o importante apoio de

diversas organizações e instituições. A AJEC já é um órgão de referência para os principais centros de decisão sobre políticas e iniciativas para o sector privado e a juventude, sendo frequentemente consultada sobre questões relacionadas com estas áreas.

Essa organização tem como principal missão a representação de jovens empreendedores, defender os interesses dos jovens empreendedores perante os poderes Executivo e Legislativo, apresentando propostas, participando de discussões, fazendo a representação política de situações que afetam os micro e pequenos empreendedores e jovens empreendedores, bem como fornecer informações sobre o andamento dos acontecimentos económicos.

2.4. Estudo sobre os fatores que influenciam a utilização da informação financeira na tomada de decisões pelos gestores das PME

Há um conjunto de estudos que abordam a temática da importância da utilização da informação financeira nas PME, de entre os quais vamos destacar alguns.

Amoako (2013) conclui que existe uma grande dificuldade de as PME sobreviverem para além dos primeiros anos de vida e um dos fatores relacionado com esse insucesso é a falta da informação financeira, pois os seus recursos são bastante limitados e elas apresentam dificuldades diferentes das empresas de grande dimensão. Aragon-Sanchez e Sanchez-Marin (2005) e López e Hiebl (2015) relacionaram o elevado insucesso das PME à falta, ou utilização deficitária, da informação financeira por parte dos gestores das mesmas, visto que a informação financeira pode ser fundamental para prever o sucesso ou fracasso de uma entidade.

Perante tais constatações, com o decorrer dos anos muitos estudos foram realizados visando perceber os fatores que influenciam a utilização da informação financeira como fonte de informação para a tomada de decisões por parte dos gestores, como veremos seguidamente.

Autores como Alves (2008), Amoako (2013), Gouveia (2014), Santos (2014), Öztürk e Özçelík (2015) e Santos (2016) apresentam a dimensão da empresa como um dos fatores que influenciam a utilização da informação financeira pelos gestores na tomada de decisões, concluindo que as empresas de maior dimensão atribuem maior importância à informação financeira como instrumento de apoio à tomada de decisões de carácter económica do que as empresas de menor dimensão. Porém, Filzen e Peterson (2015) relacionaram esse fator aos conhecimentos limitados dos gestores das PME sobre os benefícios da utilização da informação financeira.

İbicioğlu *et al.* (2010), por sua vez, concluíram que a experiência dos gestores é, também, um dos fatores que influencia a utilização da informação contabilística pelos mesmos. Segundo este estudo os inquiridos consideram reconhecer a importância da informação financeira como ferramenta útil para esclarecer algumas questões durante o processo de tomada de decisão nas empresas, e como forma de prever acontecimentos futuros, mas consideram o fator experiência dos gestores o mais importante. A tomada de decisão com base na experiência e na intuição fazem com que os gestores das empresas de pequena dimensão negligenciem a utilização da informação financeira nos processos de decisão (Serrasqueiro & Nunes, 2004), principalmente quando os gestores são os proprietários das empresas (Amoako, 2013).

Já para Gouveia *et al.* (2015), os gestores com mais experiência atribuem maior importância às informações financeiras, pois eles fazem maiores exigências aos responsáveis pela elaboração e apresentação dessas informações, com o intuito de conseguirem informações necessárias e precisas para a tomada de decisões, acresce que os gestores que são simultaneamente proprietários atribuem maior relevância à informação financeira, às mesmas conclusões chegaram Pereira *et al.* (2021).

O nível de escolaridade dos gestores é apresentado por alguns autores como sendo fator que influencia a utilização da informação financeira como ferramenta de apoio na tomada de decisão. Segundo Amoako (2013) e Gouveia (2014), os gestores com maior nível de escolaridade atribuem maior utilidade à informação financeira na tomada de decisão, pois os gestores com menor nível de escolaridade apresentam maiores dificuldades em interpretar as informações financeiras (Dulamo, 2018); a esse fator Serrasqueiro e Nunes (2004) acrescentam o facto de que quando a

contabilidade é elaborada na própria empresa os gestores atribuem maior utilidade à informação financeira.

Além do nível de escolaridade outro fator de destaque é o conhecimento do gestor em contabilidade e outras áreas das ciências empresariais, pois os gestores com conhecimentos em contabilidade e áreas relacionadas atribuem maior utilidade à informação financeira na tomada de decisão (Amoako, 2013). Uma conclusão semelhante já tinha sido apresentada por Okoh e Uzoka (2012), em estudos realizados na Nigéria, país onde a cultura contabilística é, ainda, bastante deficitária, os autores concluíram que a maioria dos gestores das pequenas empresas não adotam nenhum sistema de contabilidade, nem possuem registos contabilísticos, devido à falta de conhecimentos. Segundo Cepênda (2017), os gestores com maior nível de escolaridade e que não são proprietários das empresas atribuem maior utilidade à informação financeira.

A finalidade da utilização da informação financeira é apresentada por alguns autores como sendo um factor que influencia a utilização da informação financeira como ferramenta de apoio à tomada de decisão. Segundo Rosa (2014), os gestores das PME em Portugal utilizam a informação principalmente para o cumprimento das obrigações fiscais. Santos (2014), um ano mais tarde, apresentou uma conclusão totalmente diferente, ao afirmar que os gestores consideram a informação financeira mais útil para tomada de decisões de financiamento do que para cumprimento das obrigações fiscais, registando-se, aqui, alguma discordância entre os autores. A utilização da informação financeira para o cumprimento das obrigações fiscais não é tida em conta como sendo a principal utilidade para o gestor, isso porque as obrigações com o Estado fazem parte do quotidiano das empresas (Gouveia, 2014).

Dos elementos que fazem parte das demonstrações financeiras, os gestores dão maior importância às demonstrações de resultados e ao balanço (Sobral, 2022). Segundo İbicioğlu *et al.* (2010) e Gouveia *et al.* (2015) o balanço e a demonstração dos resultados são as fontes de informação mais utilizadas pelos gestores como ferramenta de apoio na tomada de decisão. Relativamente ao tipo de decisões, segundo Santos (2016), embora os gestores considerem a informação financeira

importante para todos os tipos de decisões, apresentam-na como sendo a mais importante nas decisões estratégicas.

De acordo com o que foi referido destacam-se dois factos: existem estudos com conclusões distintas sobre esta temática e há uma lacuna de estudos sobre a realidade de Cabo-Verde, o que acentua a importância do estudo que nos propusemos desenvolver nos capítulos seguintes.

CAPÍTULO III - METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

3.1. Objetivos do Estudo e Hipóteses de Investigação

3.1.1. Objetivos do Estudo

Com esta pesquisa pretendemos identificar a utilidade/importância que os gestores das PME em Cabo Verde atribuem à informação financeira, utilizando como público-alvo do estudo os associados da AJEC. Para isso assumimos como objetivos específicos os seguintes, aplicados aos associados à AJEC:

- Compreender se os gestores reconhecem a utilidade da informação financeira como instrumento de apoio na tomada de decisões;
- Identificar qual dos elementos das demonstrações financeiras é utilizada com mais frequência como ferramenta de apoio nas tomadas de decisões;
- Compreender se no processo de tomada de decisões os gestores valorizam mais a informação financeira ou a experiência/intuição;
- Compreender se os gestores com menor compreensão das demonstrações financeiras tendem a desvalorizá-las;
- Verificar se há relações entre as características dos gestores e da IF e a utilidade/importância atribuída pelos gestores às IF e à sua utilização para a tomada de decisão.

3.1.2. Hipóteses de Investigação

As hipóteses de investigação para esse estudo foram fixadas tendo em conta os objetivos formulados as conclusões que alguns autores chegaram na realização das suas investigações sobre esse tema.

De acordo com Santos (2014), à medida que aumenta a experiência de um gestor ao longo dos anos, aumenta também a importância que o mesmo atribui à informação financeira nas tomadas de decisões, ou seja, os gestores com mais experiência valorizam mais a informação financeira (Gouveia *et al.*, 2015). Enquanto, Amoako (2013) defende que os gestores com menor formação nas áreas de gestão

empresarial, apresentam mais dificuldades em interpretar e analisar as IF, o que limita o seu uso no processo de tomada de decisão.

Numa outra perspetiva, Serrasqueiro e Nunes (2004) concluíram que os gestores que são simultaneamente proprietários tendem a utilizar a IF meramente para o cumprimento das obrigações fiscais, desvalorizando assim, a sua utilidade para a tomada de decisão a outros níveis. Enquanto Santos (2016) verifica que os gestores das PME que não têm departamento interno de contabilidade, atribuem menos utilidade/importância à IF.

Com base nos objetivos formulados, nas conclusões daqueles estudos e na experiência do investigador, formulámos as seguintes hipóteses a serem testadas no nosso estudo:

H1: Existe uma relação entre os anos de experiência dos gestores e a utilidade/importância atribuída à informação financeira no processo de tomada de decisão.

H2: Existe uma relação entre a idade dos gestores e a utilidade/importância atribuída à informação financeira no processo de tomada de decisão.

H3: Existe uma relação entre o nível de escolaridade dos gestores e a utilidade/importância atribuída à informação financeira no processo de tomada de decisão.

H4: Existe uma relação entre o conhecimento em contabilidade ou áreas afins dos gestores e a utilidade/importância atribuída à informação financeira na tomada de decisão.

H5: Existe uma relação entre o tipo de gestor (gestor-proprietário ou gestor contratado) e a importância que atribuem às IF no processo de tomada de decisão.

H6: Existe uma relação entre a subcontratação/não subcontratação de serviços de contabilidade e a utilidade/importância atribuída à informação financeira na tomada de decisão.

H7: Existe uma relação entre o conhecimento em contabilidade ou áreas afins do gestor com a utilização da IF no processo de tomada de decisão a nível operacional e estratégico.

H8: Existe uma relação entre o tipo de gestor (gestor-proprietário ou gestor contratado) com a utilização da IF no processo de tomada de decisão a nível operacional e estratégico.

H9: Existe uma relação entre situações de subcontração/não subcontratação dos serviços de contabilidade e a periodicidade de consulta da IF pelos gestores.

3.2. Metodologia de investigação e instrumento de recolha de dados

Tendo em vista os objetivos e as hipóteses da investigação anteriormente apresentados torna-se imprescindível descrever as metodologias que vamos seguir nesta investigação.

Segundo Ryan *et al.* (2002), a metodologia a ser utilizada num trabalho de investigação depende muito do assunto a ser investigado. Portanto, para alcançar os objetivos deste projeto optamos pela utilização do método quantitativo, concretizado através da realização de um inquérito (Raupp & Beuren, 2006), as vantagens da realização de inquéritos por questionário é o baixo custo, garantir o anonimato dos respondentes aos inquéritos, recolher uma variedade de dados e, acima de tudo, permitir, uma melhor gestão de tempo pelos inquiridos (Santos, 2014).

Para Dias (1994) embora as vantagens da utilização de um inquérito por questionário sejam superiores às suas desvantagens, as mesmas não deixam de existir. A probabilidade de a taxa de resposta ser baixa e a menor qualidade da informação recolhida são dois riscos associados à realização de questionários, os quais estão muito associados pela falta de motivação, bem como a falta de compreensibilidade de alguns inquiridos.

Tal como já foi referido, para a aplicação do questionário *online*, utilizámos o *google forms* e contámos com o apoio da secretaria da AJEC, que enviou o *link* do inquérito a todos os gestores das PME que constam nas bases de dados da associação, possibilitando, assim, uma recolha de dados sem custos e em maior quantidade possível e com garantia da confidencialidade dos inquiridos.

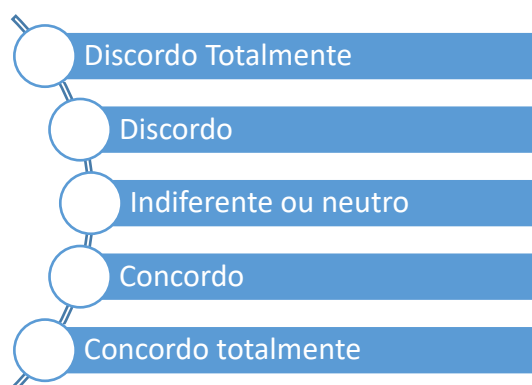
O questionário apresentado no Anexo 1 e 2 foi enviado aos 113 gestores das PME que fazem parte da AJEC, aplicando-se, assim, à totalidade do público-alvo, em vez de ser aplicado a uma amostra (consultar a ficha técnica na Tabela 13). O questionário esteve disponível para recolha de contributos entre maio e setembro de 2023 e obtiveram-se 52 respostas válidas (taxa de resposta 46%).

Tabela 13: Ficha técnica do questionário do estudo empírico

Universo de análise	Gestores das PME- AJEC
Âmbito geográfico de estudo	Cabo Verde
Dimensão da população	113 gestores
Dimensão da amostra	113 gestores
Respondentes	Gestores das PME que fazem parte da AJEC
Taxa de resposta	46%
Respostas validas	52
Taxa de respostas validas	46%
Período temporal do questionário	De 20 de maio 2023 a 20 de setembro de 2023

Fonte: Elaboração Própria

Figura 6: Exemplo de uma escala de 5 pontos da likert



Fonte: Elaboração Própria

No que respeito à construção do questionário, por pretendermos obter opiniões, utilizámos, principalmente, perguntas em escala de *Likert*, também denominada por escala de 5 pontos da *likert*. As escalas de *likert* permitem ter uma perceção mais quantitativa de uma pergunta com estrutura qualitativa através da junção de estatística com a psicologia (Frankenthal, 2022) e quanto maior é a categoria escolhida maior é a força do acordo (Bell, 2010). Na Figura 6 apresenta-se um exemplo daquilo que é, tipicamente uma escala de *likert* de 5 pontos.

Para perfeição o nosso instrumento de recolha e evitar erros de interpretação e ortografia, previamente ao envio do *link* ao público-alvo, realizamos um teste piloto

à aplicação do questionário, com uma amostra composta por cinco pós-graduados em educação, sendo que três destes também eram gerentes de PME. Desse pré-teste não resultou a necessidade de fazer nenhuma reformulação ou mudanças no questionário original e o questionário foi aplicado.

3.2.1. Estrutura de inquérito por questionário

O inquérito por questionário utilizado no nosso estudo encontra-se nos Anexo 1 e 2 e foi estruturado da seguinte forma:

Secção 1: define o âmbito de aplicação do questionário, a quem se destina, bem como as políticas de privacidade e tratamento dos dados pessoais dos inquiridos;

Secção 2: contém questões relacionadas com o perfil dos gestores e destina-se a obter informações referentes ao sexo, idade, habilitação literária, conhecimento nas áreas de contabilidade, gestão ou relacionadas, vínculo do gestor com a empresa e os anos de experiência que possuem como gestores.

Secção 3: contém questões relacionadas com o perfil da empresa onde exercem a profissão e destina-se a obter informações sobre a localização, forma jurídica, atividade, capital social e número de trabalhadores das empresas.

Secção 4: contém questões relacionadas a finalidade e importância que os gestores atribuem à informação financeira.

Secção 5: é um espaço optativo onde os inquiridos possam efetuar os comentários que lhe parecerem pertinentes.

3.2.2. Tratamento dos dados

Depois de lançado o questionário e recolhidos os dados, os mesmos foram analisados utilizando o software *Excel* e o programa SPSS versão 29.

Para a análise de fiabilidade da penúltima sequência de afirmações do grupo IV do questionário recorreremos ao cálculo do *Alpha de Cronbach*, sendo ele a medida mais utilizado para verificar a consistência interna de um grupo de variáveis.

Segundo Field (2009), o *Alpha de Cronbach* é classificado como:

- Alpha de Cronbach inferior a 0,6 - Inadmissível
- Alpha de Cronbach entre a 0,6 e 0,7 - Fraca
- Alpha de Cronbach entre a 0,7 e 0,8 - razoável
- Alpha de Cronbach entre a 0,8 e 0,9 - Boa
- Alpha de Cronbach superior a 0,9 - Muito boa

Sendo assim, para os sete itens da pergunta 19 foi analisada a confiabilidade usando o *Alpha de Cronbach*, apresentando-se os resultados na Tabela 14, a partir dos quais podemos concluir que a consistência das variáveis em estudo é considerada boa, pois o *Alfa de Cronbach* dos mesmos varia entre a 0,8 e 0,9.

Tabela 14: Teste de confiabilidade de Cronbach

Alpha de Cronbach	Alpha de Cronbach com base em itens padronizados	Nº de itens
0,889	0,849	7

Fonte: Elaboração Própria

Acresce que, com base numa análise aprofundada aos objetivos traçados e aos dados obtidos, definimos que técnicas estatísticas utilizar para dar resposta a cada um (ver Tabela 15).

Tabela 15: Objetivos específicos e técnicas estatísticas

Objetivo específicos da investigação	Técnicas estatísticas
OE1: Compreender se os gestores reconhecem a utilidade da informação financeira como instrumento de apoio na tomada de decisões	Análise descritivo exploratória (Gráfico/tabela de frequência)
OE2: Identificar qual dos elementos das demonstrações financeiras é utilizada com mais frequência como ferramenta de apoio nas tomadas de decisões	Análise descritivo exploratória (Gráfico/tabela de frequência)

Objetivo específicos da investigação	Técnicas estatísticas
OE3: Compreender se no processo de tomada de decisões os gestores valorizam mais a informação financeira ou a experiência/intuição	Análise descritivo exploratória (Gráfico/tabela de frequência)
OE4: Compreender se os gestores/proprietários com menor compreensão das demonstrações financeiras tendem a desvalorizá-las	Análise descritivo exploratória (Gráfico/tabela de frequência)
OE5: verificar se há relações entre as características dos gestores e da IF e a utilidade/importância atribuída pelos gestores às IF e à sua utilização para a tomada de decisão	Estatística bivariada (testes de hipóteses)

Fonte: Elaboração própria

Vamos, assim, utilizar o método descritivo exploratório, testes estatísticos para a análise inferencial, na estatística descritiva exploratória, produziremos frequências. Para a análise inferencial, que permitirá testar as hipóteses formuladas, vamos utilizar os seguintes testes:

- Teste de correlação de *Spearman*, para teste não paramétrico com variável dependente qualitativa ordinal e variável independente quantitativo nominal, variável independente quantitativa e variável qualitativa ordinal;
- Teste de correlação de *Pearson*, para teste paramétrico com variável dependente e independente qualitativa ordinal,
- Teste de U de *Mann-Whitney*, para teste não paramétrico, com variável independente qualitativa nominal e variável dependente qualitativa ordinal;
- Teste do Qui-quadrado, para testes paramétricos, com variável dependente e independente nominal.

CAPÍTULO IV- ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

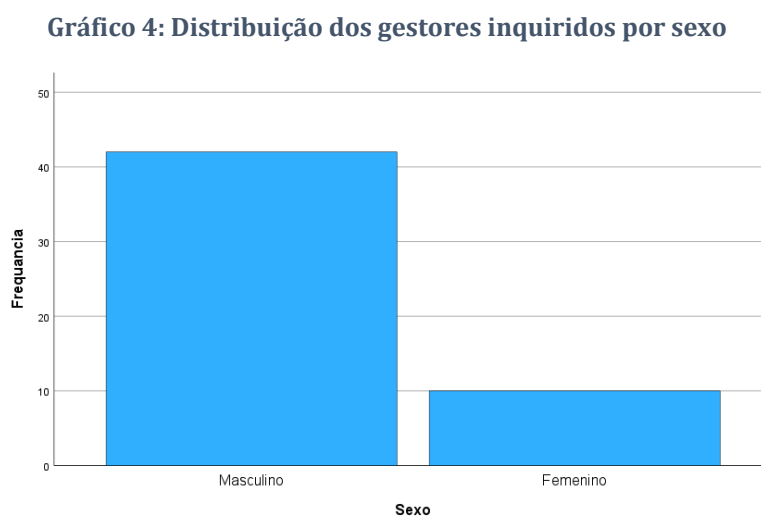
Este capítulo foi dedicado à análise e interpretação dos dados obtidos com a aplicação do questionário *online*, aplicado aos gestores da PME em Cabo Verde que fazem parte da AJEC.

Numa primeira fase procedemos à caracterização dos respondentes e, posteriormente, analisámos os resultados sobre a importância e finalidade da IF para os gestores inquiridos, bem como os resultados dos testes que suportam a resposta às hipóteses de investigação previamente formuladas.

Como oportunamente referido, este estudo dirigiu-se aos 113 gestores das PME em Cabo Verde que fazem parte da AJEC, dos quais foram rececionadas 52 respostas, sendo todas válidas para a produção de informação que permitirá realizar a análise dos resultados e hipóteses de investigação, bem como, as conclusões finais. Independentemente de o inquirido ser um gestor-proprietário/sócio, ou de ser um gestor contratado, sempre que essa questão não seja o foco da análise, ao longo do texto será sempre feita a referência a gestor(es).

4.1. Análise descritiva dos dados

4.1.1. Caracterização dos gestores respondentes



Fonte: Elaboração Própria

Com base nos dados apresentados no Gráfico 4 podemos constatar que a maioria dos gestores respondentes são do sexo masculino (42 inquiridos), sendo somente 10 as respondentes do sexo feminino.

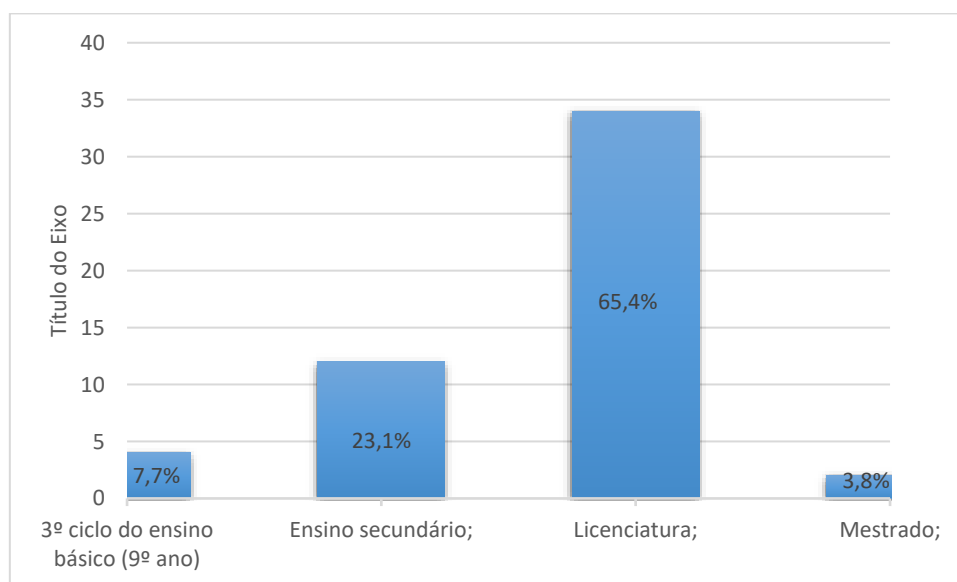
Como podemos verificar pelos dados apresentados na Tabela 16, a maior parte dos gestores inquiridos tem uma idade compreendida entre 30 e 40 anos, com uma percentagem total de 39%, o restante com até 29 anos de idade correspondendo a 25% dos inquiridos, não havendo inquiridos com mais de 40 anos. Estes dados são compatíveis com o facto de a população alvo ser associada de uma associação de jovens empresários.

Tabela 16: Distribuição dos gestores inquiridos por escalões etários

	Frequência	Percentagem
Até 29 anos	13	25%
Entre 30 e 40 anos	39	75%
Total	52	100,0

Fonte: Elaboração própria

Gráfico 5: Habilitação Literária dos gestores inquiridos

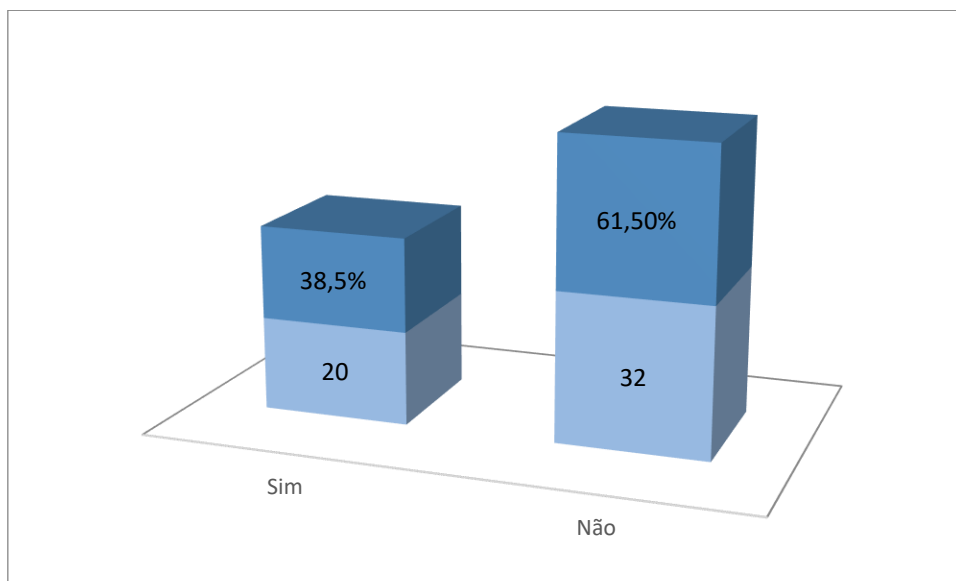


Fonte: Elaboração própria

Referente à habilitação literária dos gestores inquiridos, como pode ser verificado pela análise do Gráfico 5, prevalece os inquiridos com estudos superiores, divididos

entre os inquiridos que possuem licenciatura, e os detentores de mestrado, a representarem 65,4% e 3,8% dos inquiridos, respetivamente. Os que não possuem ensino superior representam cerca de 30% dos inquiridos, representando os que possuem escolaridade mais baixa (até ao 9º ano) só 7,7% dos inquiridos. Estes dados são de extrema importância e não serão alheios ao facto de a população em estudo ser, maioritariamente, jovem.

Gráfico 6: Existência de conhecimento dos gestores inquiridos em Contabilidade e áreas afins

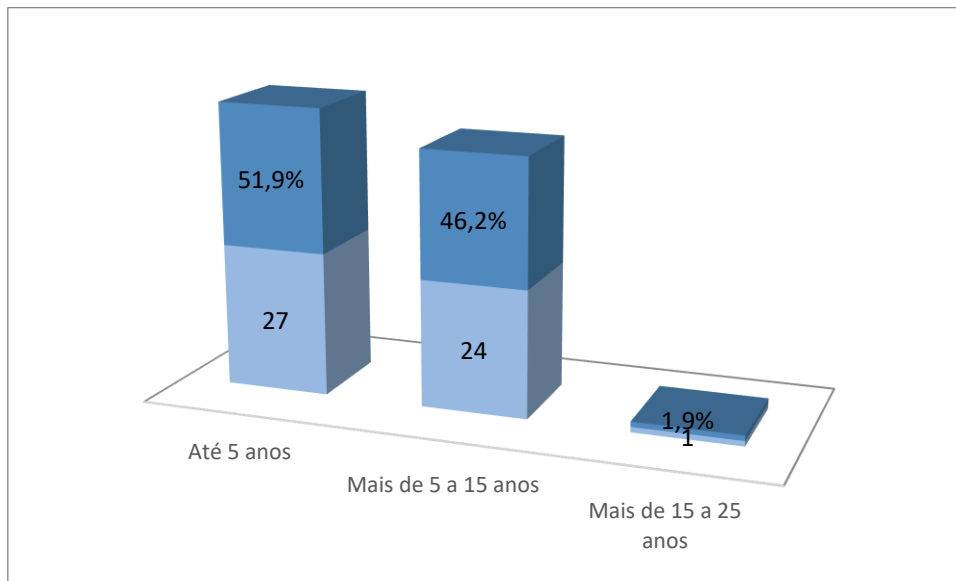


Fonte: Elaboração Própria

O número total de gestores que não possuem formação em gestão, contabilidade ou áreas afins (32 gestores) é superior ao dos gestores com formação naquelas áreas, com um total de 20 gestores, como podemos verificar pelos dados apresentados no Gráfico 6. Esta informação é relevante, considerando que há estudos que revelam que a falta de capacidade de compreensão do conteúdo da IF condiciona a sua utilização e a importância que lhe é atribuída pelos gestores.

Quanto à experiência dos gestores, os resultados encontram-se no Gráfico 7 e mostram que 51,9% dos gestores inquiridos possuem até 5 anos de experiência (27 gestores), e que o número de inquiridos com 15 a 25 anos de experiência é residual.

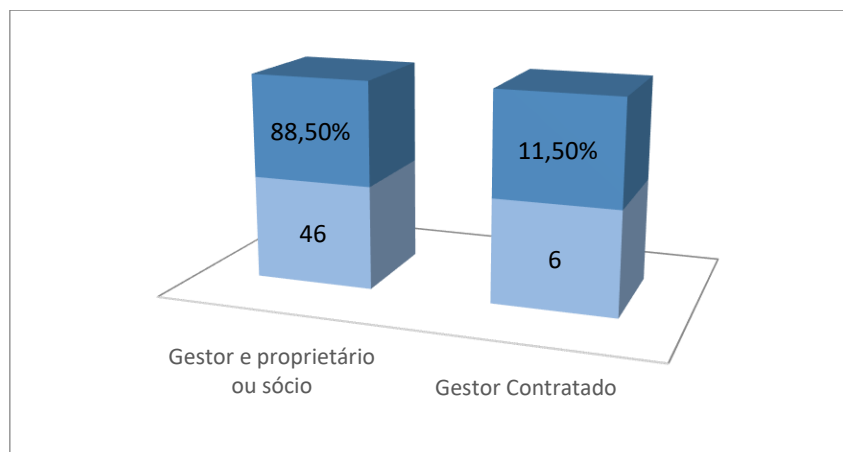
Gráfico 7: Anos de experiência dos gestores inquiridos



Fonte: Elaboração Própria

O Gráfico 8 apresenta os dados sobre o tipo de gestor, isto é: proprietário/sócio ou contratado. Do total de 52 gestores que responderam ao questionário, 46 são gestores proprietários/sócios das empresas que gerem e 6 são gestores contratados, o que em termos percentuais representam 88,5% de gestores proprietários e apenas 11,5% dos contratados.

Gráfico 8: Tipos de Gestor

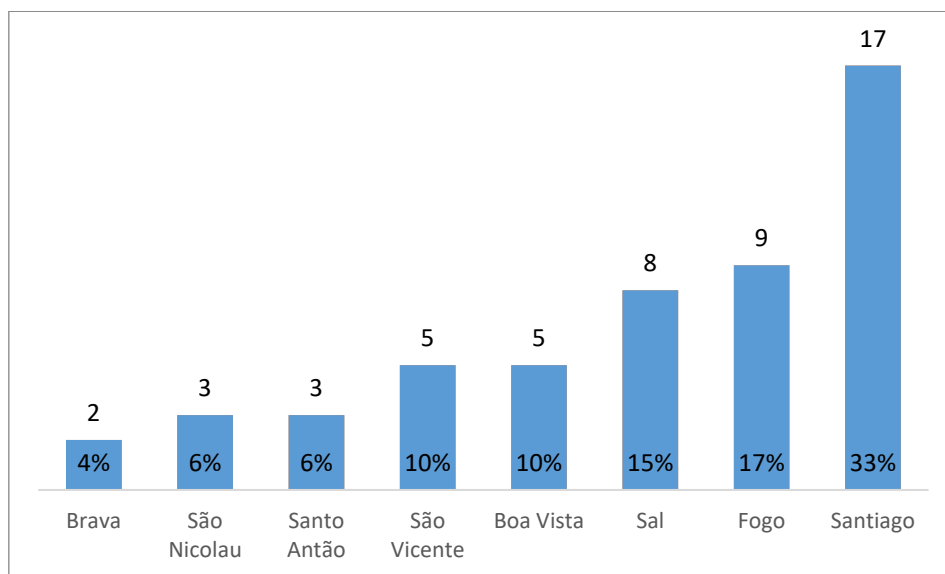


Fonte: Elaboração própria

4.1.2. Caracterização das empresas onde os inquiridos exercem funções

Os dados sobre a localização das empresas são apresentados no Gráfico 9. Assim, referente à localização das empresas, podemos constatar pelos dados do gráfico que a maioria dos respondentes são gestores de empresas que ficam localizadas na Ilha de Santiago, com um total de 33%. Os respondentes que gerem empresas nas Ilhas da Brava, de São Nicolau e de São Vicente surgem com um carácter residual, o que corrobora os dados prévios sobre a maior prevalência de atividade económica na Ilha de Santiago.

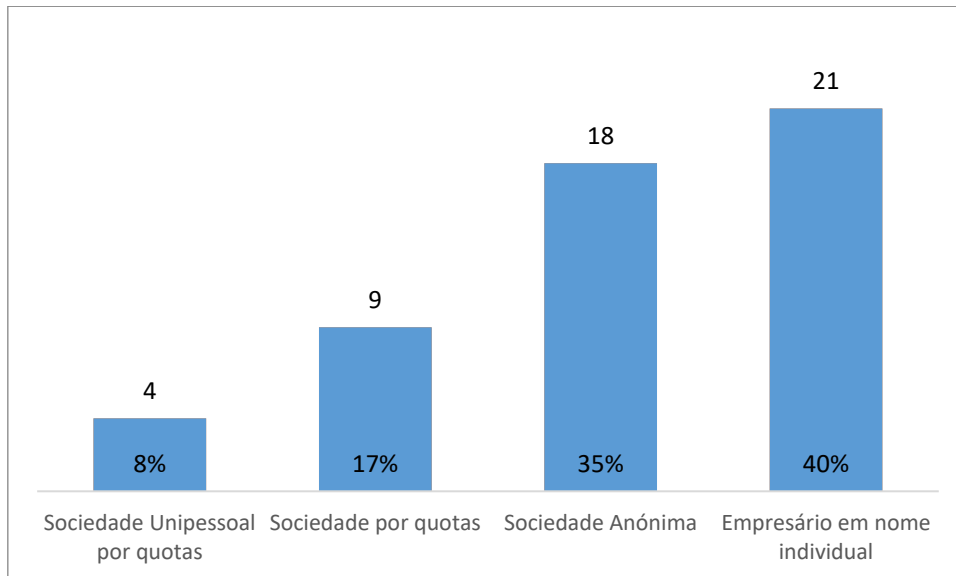
Gráfico 9: Localização das empresas geridas pelos inquiridos



Fonte: Elaboração Própria

Como se pode verificar pelos dados apresentados no Gráfico 10, quanto à forma jurídica das empresas geridas pelos inquiridos, a maioria são empresários em nome individual, como uma predominância de 40%, seguido das sociedades anónimas com 35%.

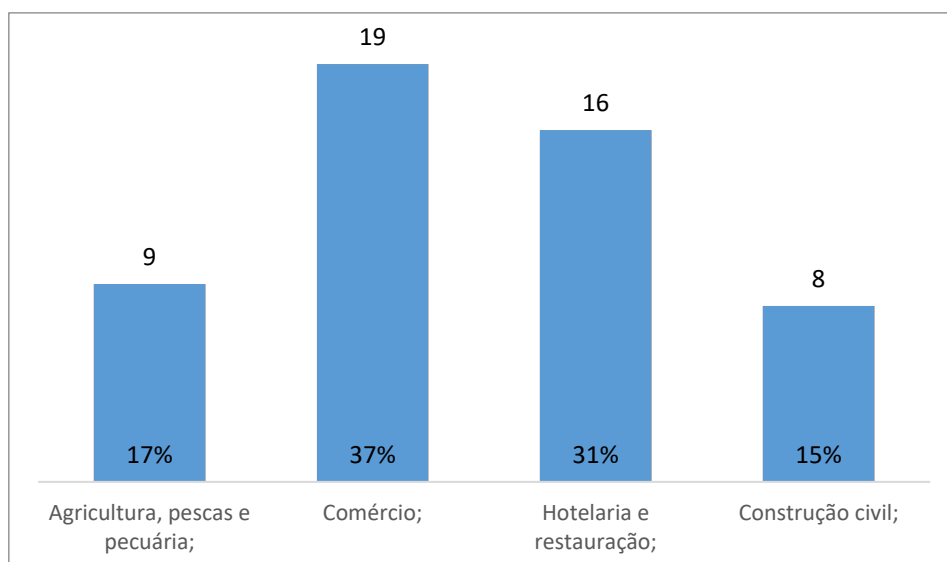
Gráfico 10: Forma Jurídica das empresas geridas pelos inquiridos



Fonte: Elaboração própria

Como se verifica pela análise do conteúdo do Gráfico11, relativamente ao tipo de atividade das empresas geridas pelos inquiridos, o sector predominante é o comércio, com 37%, seguido de sector da hotelaria e restauração, com 31%, e com menor percentagem temos o sector da construção civil.

Gráfico 11: Tipo de atividades das empresas geridas pelos inquiridos

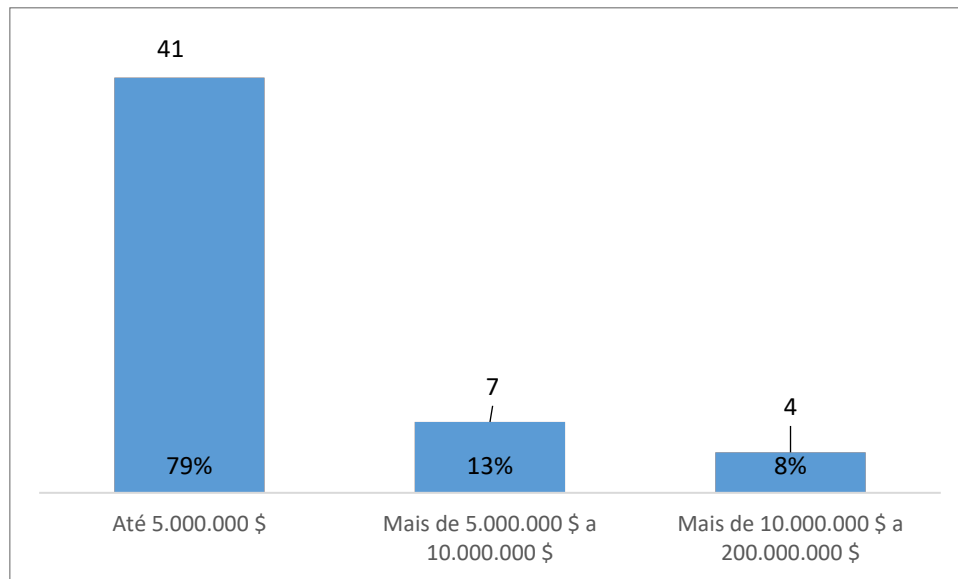


Fonte: Elaboração própria

Quanto à dimensão das empresas geridas pelos inquiridos, o nosso questionário tinha dois indicadores de dimensão: o capital social e o número de funcionários, cujos dados são apresentados nos Gráficos 12 e 13, respetivamente.

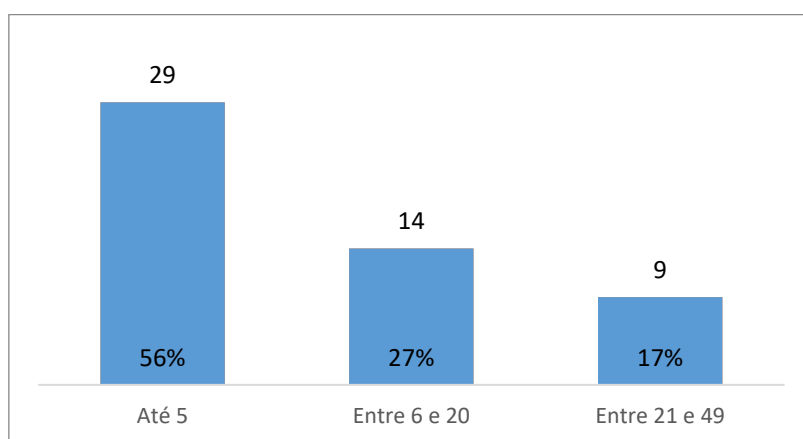
Em relação ao capital social das empresas geridas pelos inquiridos, prevalecem as empresas com menor capital (ver Gráfico 12).

Gráfico 12: Capital social das empresas geridas pelos inquiridos



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 13: Número de trabalhadores das empresas geridas pelos inquiridos



Fonte: Elaboração própria

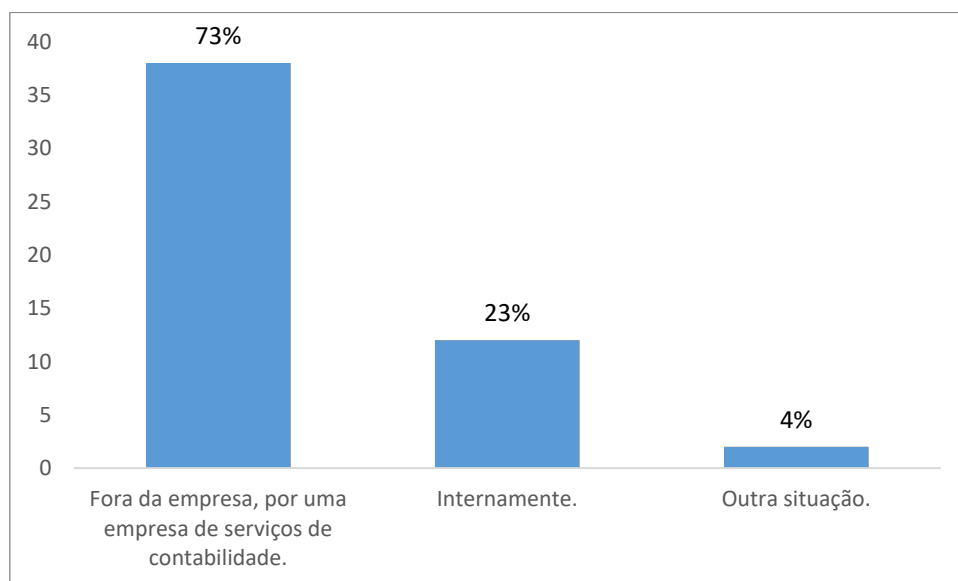
Relativamente ao número de trabalhadores, 56% das empresas possuem até 5 trabalhadores, 14% com entre 6 a 20 trabalhadores e, por último, 17% das empresas

possuem entre 21 a 49 trabalhadores (ver Gráfico 13); apontando, quer os dados do Gráfico 12, quer os do Gráfico 13, para empresas de pequena dimensão.

4.1.3. Utilidade e importância atribuídas à informação financeira

Quanto ao facto de as empresas geridas pelos inquiridos terem departamento de contabilidade, ou de contratarem externamente o serviço de contabilidade a outra empresa prestadora desse serviço, os dados obtidos encontram-se no Gráfico 14. Verifica-se que a informação financeira na maioria das empresas é gerada fora da empresa, por uma empresa que presta serviço de contabilidade (os dados obtidos apontam para 73% dos casos).

Gráfico 14: Local de elaboração da IF relativamente às empresas geridas pelos inquiridos



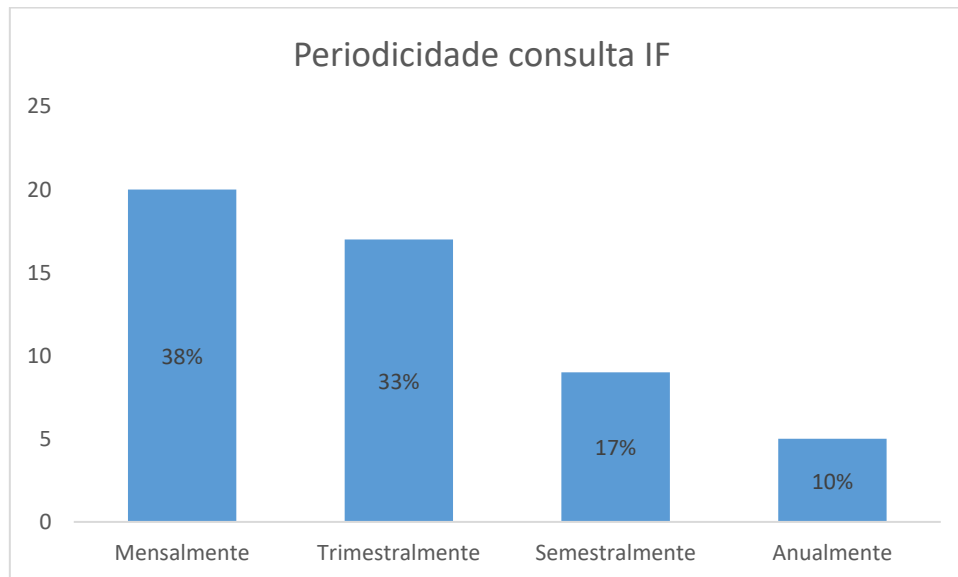
Fonte: Elaboração própria

Relativamente a frequência com que os gestores inquiridos consultam a IF proveniente da contabilidade, só 38% dos gestores afirmaram que o faziam mensalmente. Destaca-se que 2% referiram só o fazer anualmente (ver Gráfico 15).

Os dados recolhidos acerca da importância que os gestores inquiridos atribuem à IF encontram-se no Gráfico 16. Como se pode observar pelos dados do Gráfico, 54% dos gestores classificou a IF como sendo importante e 35% como sendo muito

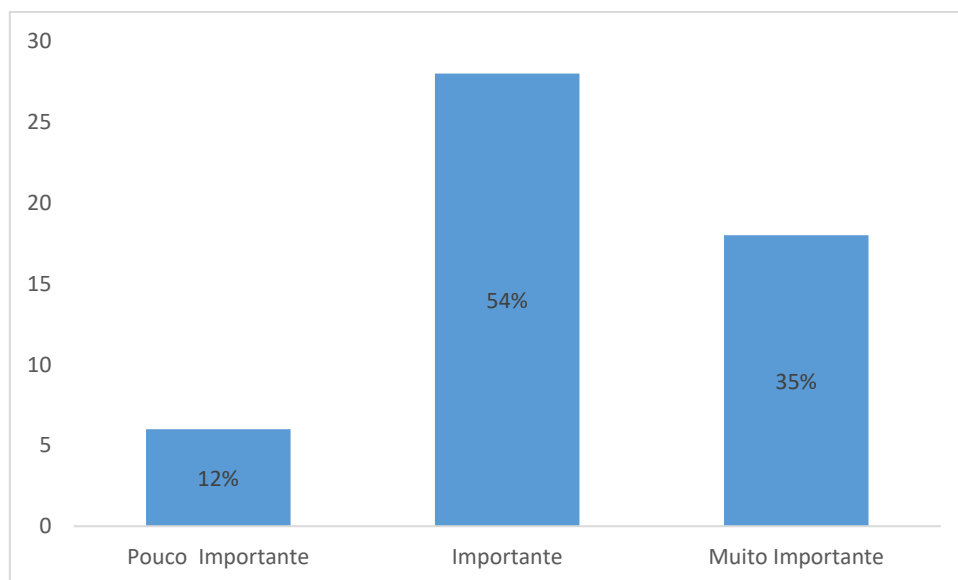
importante para a tomada de decisão, só 12% dos gestores classificaram a IF como sendo pouco importante para as decisões de gestão da empresa.

Gráfico 15: Periodicidade de consulta da IF pelos gestores inquiridos



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 16: Importância que os gestores inquiridos atribuem à IF na tomada de decisões de gestão

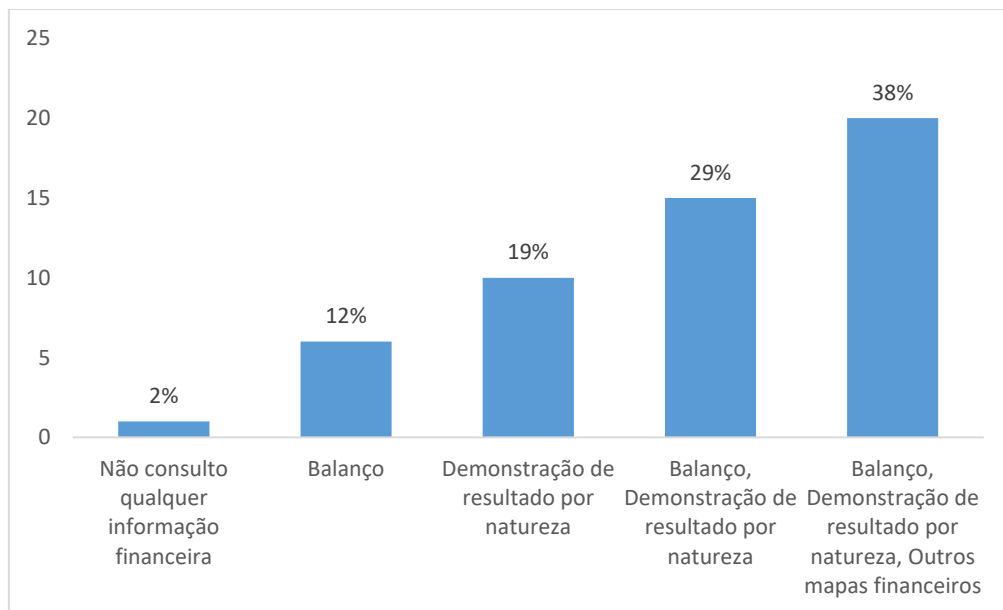


Fonte: Elaboração própria

Relativamente às demonstrações financeiras mais utilizadas pelos gestores inquiridos na tomada de decisões de gestão: destaca-se que só 2% dos gestores inquiridos não consulta nenhuma demonstração financeira como suporte das suas

tomadas de decisão, os restantes 98% afirmam consultar as DF para a tomada de decisões, alterando, porém, o leque mais alargado ou mais restrito de DF que consultam (ver Gráfico 17). O balanço e a demonstração de resultados, bem como outros mapas financeiros, são as DF mais utilizadas pelos gestores respondentes. Estes dados corroboram parcialmente as conclusões de İbicioğlu *et al.* (2010) e Gouveia *et al.* (2015) que defenderam que o balanço e a demonstração de resultados eram as DF mais usadas pela gestão na tomada de decisão.

Gráfico 17: DF mais utilizadas pelos gestores

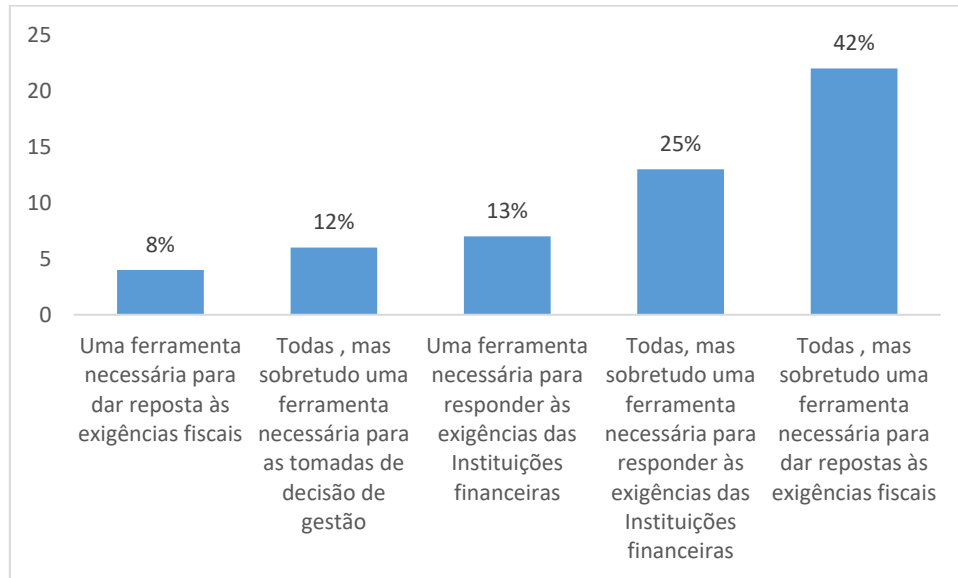


Fonte: Elaboração própria

Quanto ao tipo de uso que os gestores inquiridos dão à IF, os dados são apresentados no Gráfico 18. Na opinião de 42% dos gestores inquirido, a IF é uma ferramenta de base para todas as decisões empresariais (nomeadamente, de gestão, fiscais e de financiamento), porém dando maior enfoque na resposta às exigências fiscais, enquanto 12% deram resposta semelhante, mas com enfoque nas decisões de gestão. Apesar de só 8% dos inquiridos terem afirmado que, para eles, a utilidade da IF está em exclusivo relacionada com a necessidade de dar resposta às exigências fiscais, e a maioria dos inquiridos terem uma visão multiusos da IF, associam-na mais às exigências fiscais do que às decisões de gestão. Os dados obtidos no nosso estudo, relativamente à relação entre a IF e as obrigações fiscais, reforçam as

conclusões de Rosa (2014) e contrariam as conclusões de Santos (2014) e Gouveia (2014).

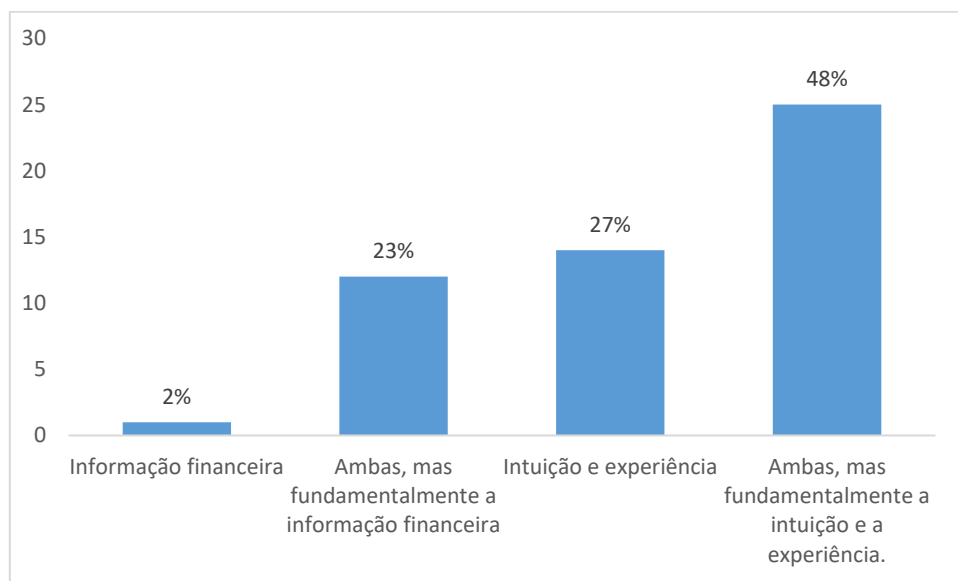
Gráfico 18: Tipo de utilidade que os gestores inquiridos atribuem à IF



Fonte: Elaboração própria

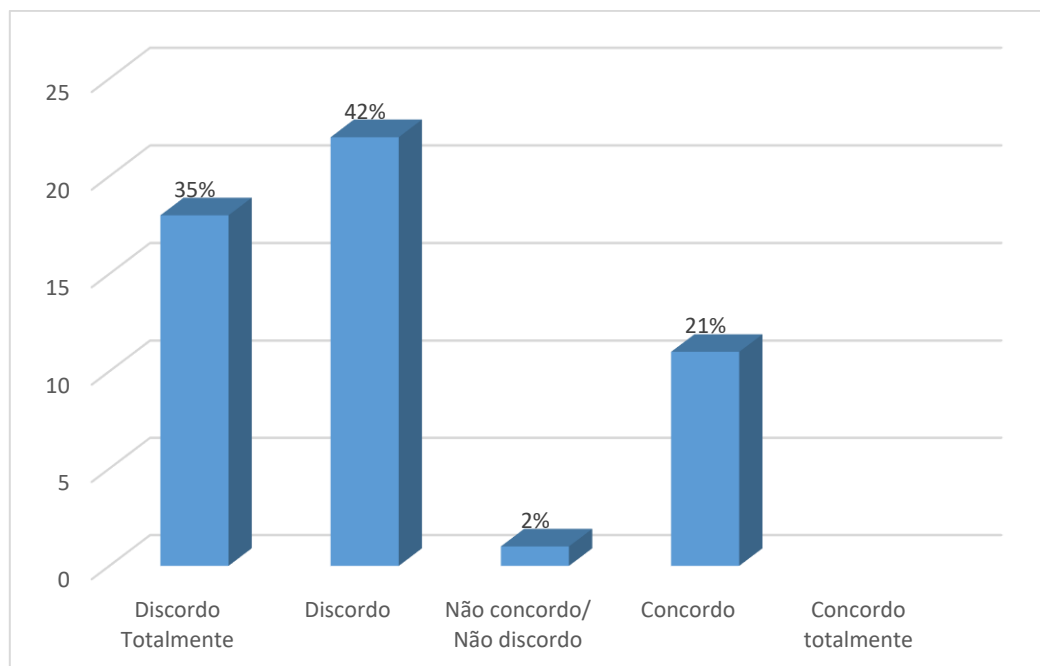
Como pode ser verificado pela análise dos dados apresentados no Gráfico 19, quase metade dos gestores afirmam utilizar a IF e a intuição e experiência como base na tomada de decisões empresariais e quase 30% afirma só ter como base a intuição e experiência. O uso da IF como foco das tomadas de decisão, quer em conjunto com a intuição e experiência, quer isoladamente, tem um peso muito reduzido.

Gráfico 19: Base para a tomada de decisão dos gestores inquiridos



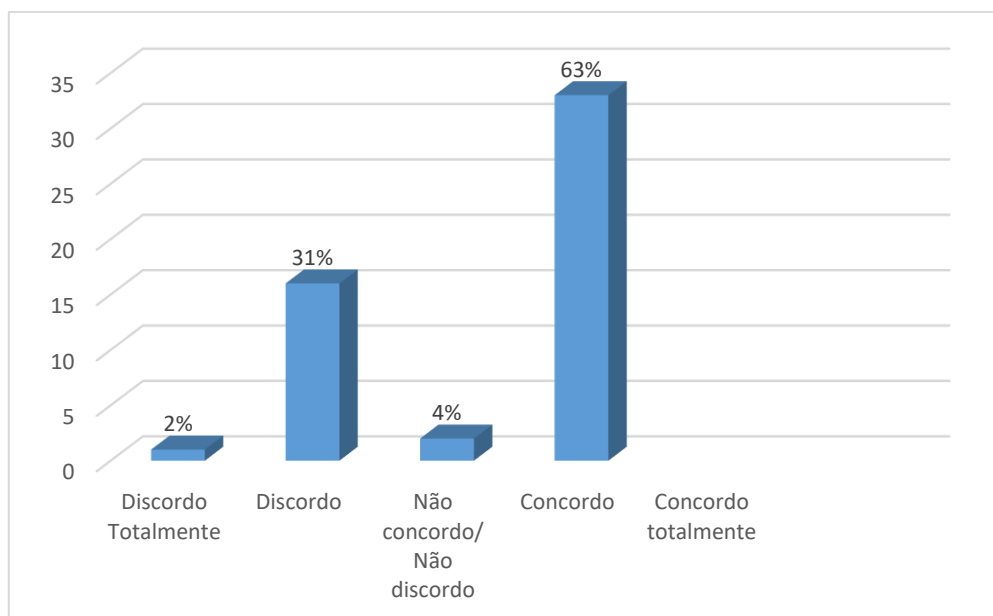
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 20: Opinião dos gestores inquiridos sobre a dificuldade/facilidade em interpretar a IF



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 21: Opinião dos gestores inquiridos sobre o custo de obtenção de IF atualizada permanentemente



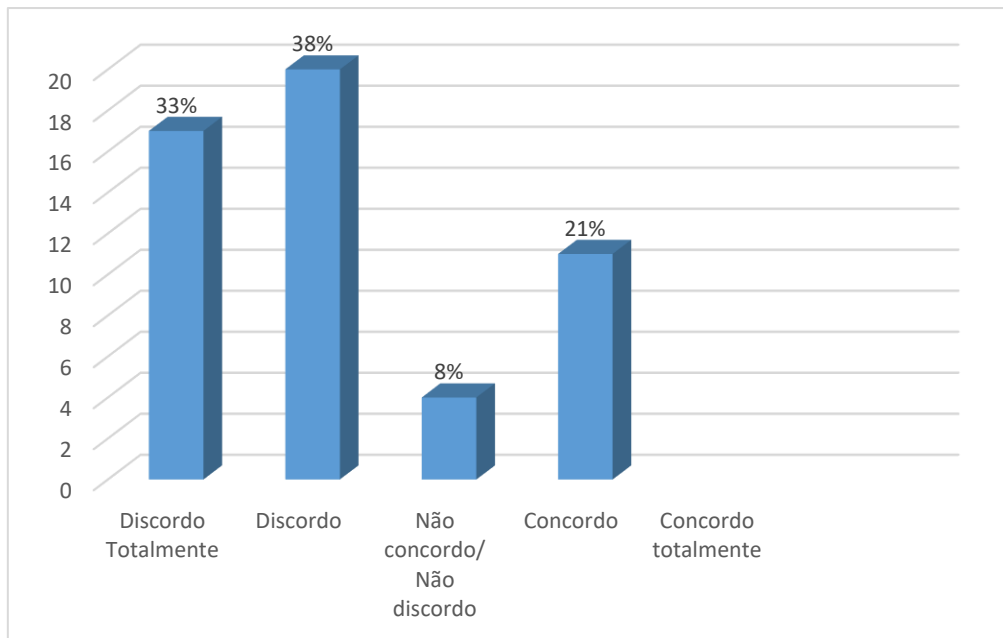
Fonte: Elaboração própria

No Gráfico 20 apresentam-se os dados sobre a facilidade/difícultades dos gestores inquiridos interpretarem a IF, de onde se destaca que 77% discordam e ou discordam totalmente que o motivo para não usarem a IF como base de decisões seja o facto de sentirem dificuldades na sua interpretação, pelo contrário, só 21 % dos gestores acreditam que esse seja um dos motivos da não utilização da IF como base nas suas tomadas de decisões.

Relativamente ao custo para a obtenção da informação financeira atualizada, cuja informação consta no Gráfico 21, destaca-se que a maioria dos inquiridos concorda que seja muito elevado (certa de 63%).

Em relação ao impacto negativo na utilidade da IF dos atrasos da sua disponibilização atempada, os dados obtidos encontram-se apresentados no Gráfico 22, de onde se destaca que 71% dos inquiridos discorda ou discorda totalmente, que a IF lhes seja entregue tardiamente, com prejuízo da sua utilização na tomada de decisão.

Gráfico 22: Opinião dos gestores inquiridos sobre o impacto do atraso na produção de IF



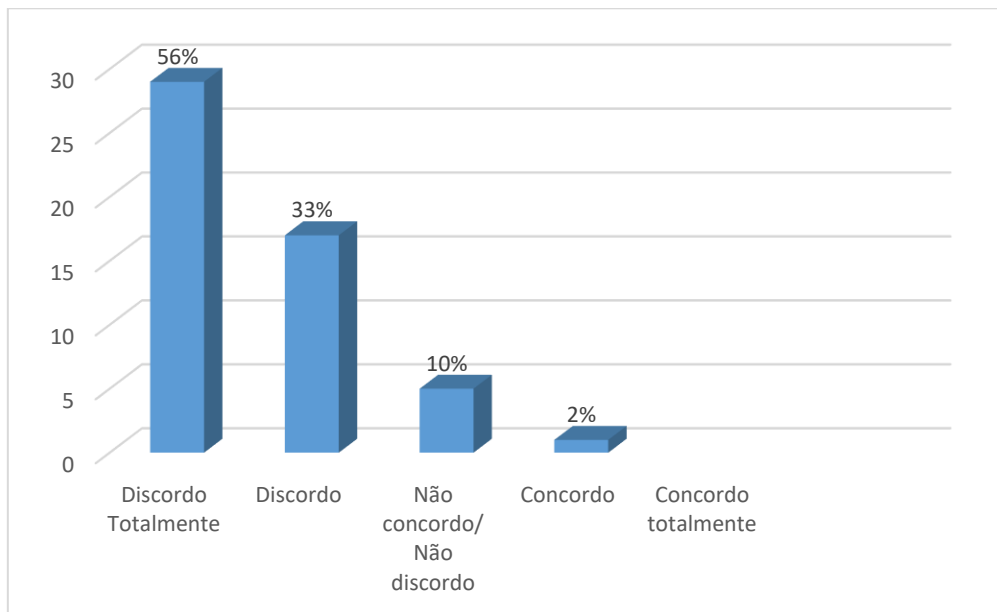
Fonte: Elaboração própria

Em relação à opinião dos inquiridos sobre a utilidade que atribuem à IF e motivos dessa opinião, os dados constam nos Gráficos 23 a 26. Nesta parte do questionário

foi pedido aos inquiridos que manifestassem a sua concordância ou discordância em relação a um conjunto de afirmações, para se posicionarem.

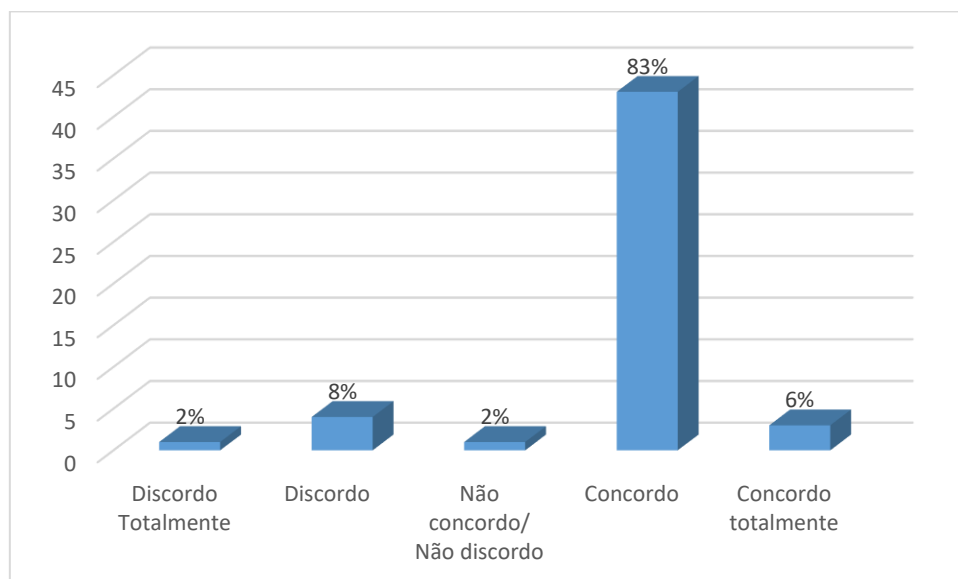
Destaca-se o facto de a generalidade dos gestores inquiridos não considerarem ser um problema na sua perceção da utilidade da IF o facto de a IF se remeter a momentos passados (ver Gráfico 23).

Gráfico 23: Atribuo pouca utilidade à informação financeira por só dar informação relativa a momentos passados



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 24: Associao a utilidade da informação financeira à necessidade de atrair investidores

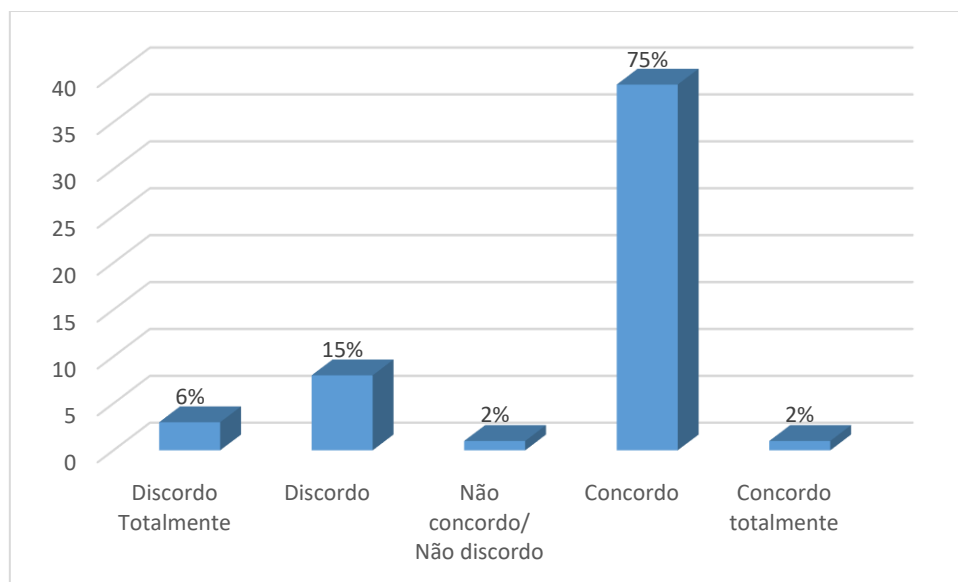


Fonte: Elaboração própria

Quanto à utilidade da IF para atrair investidores, quase 90% dos gestores inquiridos concordam que essa é uma das principais utilidades que atribuem à IF. Dos gestores inquiridos 83% concorda e 6% concorda totalmente que a IF está associada à necessidade de atrair investidores (ver Gráfico 24).

Relativamente à necessidade de utilizar a IF na tomada de decisão sobre o dia-a-dia da empresa, 77% dos gestores inquiridos concordam ou concordam totalmente com a afirmação (ver Gráfico 25).

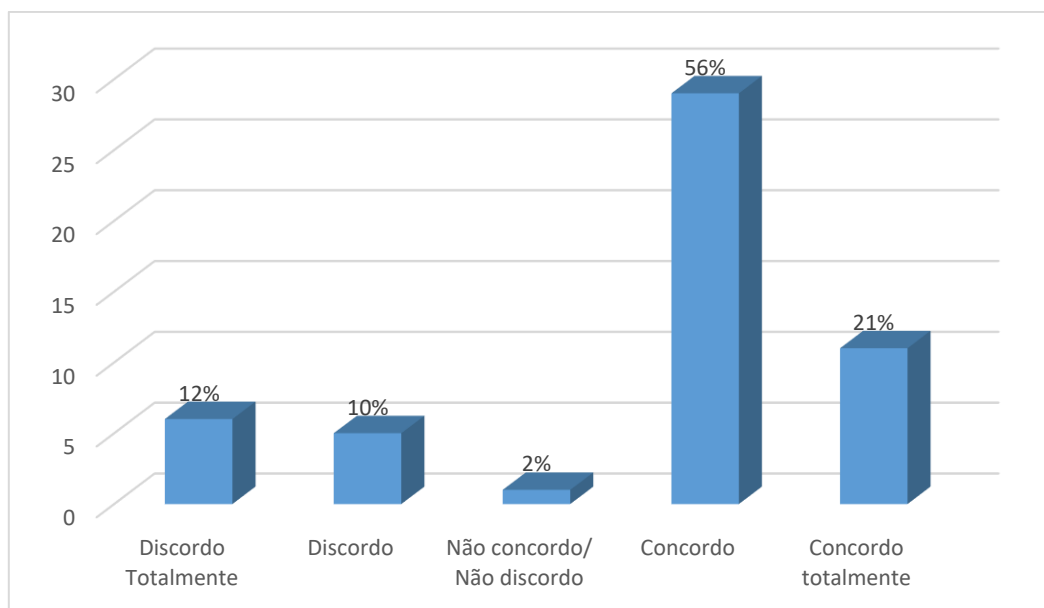
Gráfico 25: Necessito da informação financeira para tomar decisões do dia-a-dia da empresa



Fonte: Elaboração própria

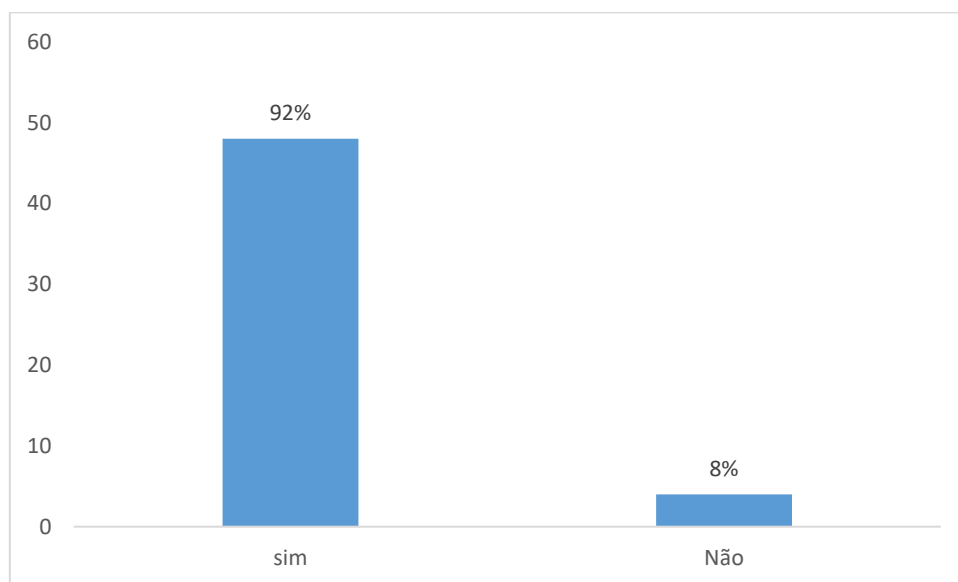
Quanto à interpretação da IF e o condicionamento da sua utilidade, dos gestores inquiridos, 56% concordam e 21% concordam totalmente que conseguem facilmente interpretar a IF, motivo pelo qual eles utilizam a mesma na tomada de decisão, destaca-se o facto de só 22 % manifestarem dificuldade na interpretação da IF, associando isso há pouca utilização (ver Gráfico 26).

Gráfico 26: Consigo facilmente interpretar as informações financeiras pelo que consigo utilizá-las como base de tomada de decisões



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 27: Importância atribuída pelos respondentes a um plano de formação acessível na área da gestão, contabilidade para os gestores das PME



Fonte: Elaboração própria

Apesar de a maioria dos respondentes não manifestar ter dificuldades na interpretação da IF, na opinião dos gestores inquiridos é importante criar um plano

de formação acessível nas áreas de gestão e contabilidade para os gestores das PME em Cabo Verde (Ver os dados do Gráfico 27).

Da análise descritiva dos dados quanto à importância e utilidade da informação financeira para os respondentes ao questionário, destacam-se dois factos contraditórios: os gestores das PME que responderam ao questionário referiram dar importância ou muita importância à IF nas tomadas de decisão de Gestão (Gráfico 16), porém, a maioria afirma ter em consideração muito mais a experiência e intuição nas tomadas de decisão, do que a IF (Gráfico 19), acresce que admitem que a sua utilidade é muito maior para a fiscalidade e para obter financiamento do que para as decisões de gestão (Gráfico 18).

4.2. Validação das hipóteses

Para validar as hipóteses de investigação levantadas, recorreremos a testes paramétricos e não paramétricos. O uso de testes não paramétricos está relacionado com o facto de estarmos a analisar, em muitos casos, respostas de opinião.

As Tabelas e informação que se seguem têm a informação simplificada, os *outputs* extraídos do SPSS podem ser consultados no Anexo 3.

Seguidamente, passamos a explicar e a analisar os resultados dos testes de validação de hipóteses efetuados.

Aplicámos o teste da correlação de *Speaman* com o objetivo de validar “H1: Existe uma relação entre os anos de experiência dos gestores e a utilidade/importância atribuída à informação financeira no processo de tomada de decisão.”, cujo resultado foi apresentado na Tabela 17.

Tabela 17: Resultados do teste de correlação de Speaman a H1

Hipótese de investigação	Valor da prova
H1: Existe uma relação entre os anos de experiência dos gestores e a utilidade/importância atribuída à informação financeira no processo de tomada de decisão.	>0,05

Fonte: Elaboração própria

A informação apresentada na Tabela 17 permitiu-nos concluir que não existem evidências estatísticas suficientes e significativas para validar a H1; como $VP > 0,05$, automaticamente validamos a H0 (Hipótese nula correspondente à hipótese estatística formulada). Estes resultados contrariam as conclusões de İbicioğlu *et al.* (2010) e de Gouveia (2015) que relacionaram positivamente a experiência dos gestores com a utilidade/ importância atribuída à IF.

Aplicámos, igualmente, o teste da correlação de *Spearman* com o objetivo de validar “H2: Existe uma relação entre a idade dos gestores e a utilidade/importância atribuída à informação financeira no processo de tomada de decisão”, cujo resultado foi apresentado na Tabela 18.

Tabela 18: Resultados do teste de Correlação de Spearman a H2

Hipótese de investigação	Valor da prova
H2: Existe uma relação entre a idade dos gestores e a utilidade/importância atribuída à informação financeira no processo de tomada de decisão	0,249

Fonte: Elaboração Própria

Com a informação disponibilizada na Tabela 18 foi possível constatar um valor de prova de 0,249, ou seja, superior ao nível de significância de 0,05, permitindo concluir que não existem evidências estatísticas significantes e suficientes para confirmar a H2. Com o valor da prova superior ao índice de significância de *Spearman*, validámos H0.

Aplicámos o teste de correlação de *Pearson* com o objetivo de validar “H3: Existe uma relação entre o nível de escolaridade dos gestores e a utilidade/importância atribuída à informação financeira no processo de tomada de decisão”, cujos resultados se encontram na Tabela 19.

Tabela 19: Resultados do teste de correlação de Pearson a H3

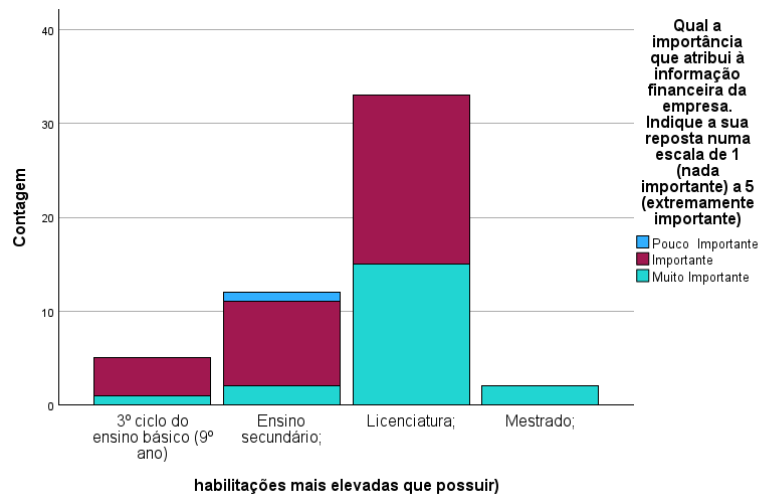
Hipótese de investigação	Valor da prova
H3: Existe uma relação entre o nível de escolaridade dos gestores e a utilidade/importância atribuída à informação financeira no processo de tomada de decisão	0,021

Fonte: Elaboração Própria

A partir dos dados apresentados na Tabela 19, pudemos verificar que existe uma relação estatisticamente significativa entre as duas variáveis, isso porque o $VP = 0,021$ é inferior ao nível de significância de 0,05, o que nos permite validar a hipótese formulada.

Para compreender qual a tendência da relação verificada com o teste *Pearson* a H3, foi feito um cruzamento das duas variáveis relacionadas (cujos dados se apresentam no Gráfico 28).

Gráfico 28: Cruzamento das variáveis testadas em H3



Fonte: Elaboração Própria

Dos dados do Gráfico 28 pudemos verificar que os gestores com maior nível de escolaridade (principalmente os licenciados) apresentam uma maior tendência para atribuir maior importância à IF do que aqueles que não possuem formação superior. Estes resultados permitem corroborar as conclusões de alguns estudos prévios, nomeadamente, Amoako (2013), Gouveia (2014) e Cepênda (2017).

Utilizámos o teste *U de Mann-Whitney* na análise de “H4: Existe uma relação entre o conhecimento em contabilidade ou áreas afins dos gestores e a utilidade/importância atribuída à informação financeira na tomada de decisão”, cujo resultados foram apresentados na Tabela 20.

Tabela 20: Resultados do teste de U de Mann-Whitney a H4

Hipótese de investigação	Valor da prova
H4: Existe uma relação entre o conhecimento em contabilidade ou áreas afins dos gestores e a utilidade/importância atribuída à informação financeira na tomada de decisão.	< 0,001

Fonte: Elaboração Própria

A partir dos dados da tabela 20 pudemos verificar que existe uma relação estatisticamente significativamente entre as duas variáveis, pois *Mann-Whitney* = 579; $VP < 0,01$, inferior ao nível de significância assumido de 0,05, pelo que podemos validar a hipótese formulada.

Através do valor da mediana e desvio padrão (cujo *output* pode ser consultado no Anexo 3), pudemos compreender qual a tendência da relação verificada com o teste de *U de Mann-Whitney* a H4, de onde pudemos constatar que os gestores com formação em gestão, contabilidade ou áreas económicas atribuem maior importância/utilidade à IF do que aqueles que não possuem essa formação. Estes resultados permitem-nos corroborar as conclusões de Okoh e Uzoka (2012) e de Amoako (2013).

Também utilizámos o teste de *U de Mann-Whitney* na análise de "H5: Existe uma relação entre o tipo de gestor (gestor-proprietário ou gestor contratado) e a importância que atribuem as IF no processo de tomada de decisão", cujos resultados foram apresentados na Tabela 21.

Tabela 21: Resultados do teste U de Mann-Whitney a H5

Hipótese de investigação	Valor da prova
H5: Existe uma relação entre o tipo de gestor (gestor-proprietário ou gestor contratado) e a importância que atribuem as IF no processo de tomada de decisão	0,04

Fonte: Elaboração Própria

Pelos resultados obtidos, verificámos que *Mann-Whitney* = 234; $VP < 0,05$, pelo que se pode concluir que existem evidências estatísticas significativas e suficientes para validar a H5 (ver Tabela 21).

Através do valor da mediana e desvio padrão (cujo *output* pode ser consultado no Anexo 3), pudemos compreender qual a tendência da relação verificada com o teste de *U de Mann-Whitney* a H5, de onde pudemos constatar que os gestores contratados apresentam uma tendência para atribuir maior relevância à IF do que os gestores proprietários/sócios. Os resultados obtidos neste contexto contrariam as conclusões de Pereira *et al.* (2021).

Aplicámos o teste de U de *Mann-Whitney* com o objetivo de validar “H6: Existe uma relação entre a subcontratação/não subcontratação de serviços de contabilidade e a utilidade/importância atribuída à informação financeira na tomada de decisão”, cujos resultados se encontram na Tabela 22.

Tabela 22: Resultados do teste de U de Mann-Whitney a H6

Hipótese de investigação	Valor da prova
H16: Existe uma relação entre a subcontratação/não subcontratação de serviços de contabilidade e a utilidade/importância atribuída à informação financeira na tomada de decisão	0,101

Fonte: Elaboração Própria

A informação apresentada na Tabela 22 permitiu-nos concluir que não existem evidências estatísticas suficientes e significativas para validar a H6, porque *Mann-Whitney* = 175; $VP > 0,05$, consequentemente validamos a H_0 .

O facto de não validarmos H6 contraria as conclusões de Serrasqueiro e Nunes (2004), que defendem a existência de uma relação entre as duas variáveis, pois verificaram que quando a contabilidade é feita internamente os gestores têm maior tendência a atribuir importância/utilidade à IF gerada.

Utilizámos o teste *Qui-quadrado* para validar “H7: Existe uma relação entre o conhecimento em contabilidade ou áreas afins do gestor com a utilização da IF no processo de tomada de decisão a nível operacional e estratégico” (Tabela 23).

Tabela 23: Resultados do teste de Qui-quadrado a H7

Hipótese de investigação	Valor da prova
H7: Existe uma relação entre o conhecimento em contabilidade ou áreas afins do gestor com a utilização da IF no processo de tomada de decisão a nível operacional e estratégico	< 0,001

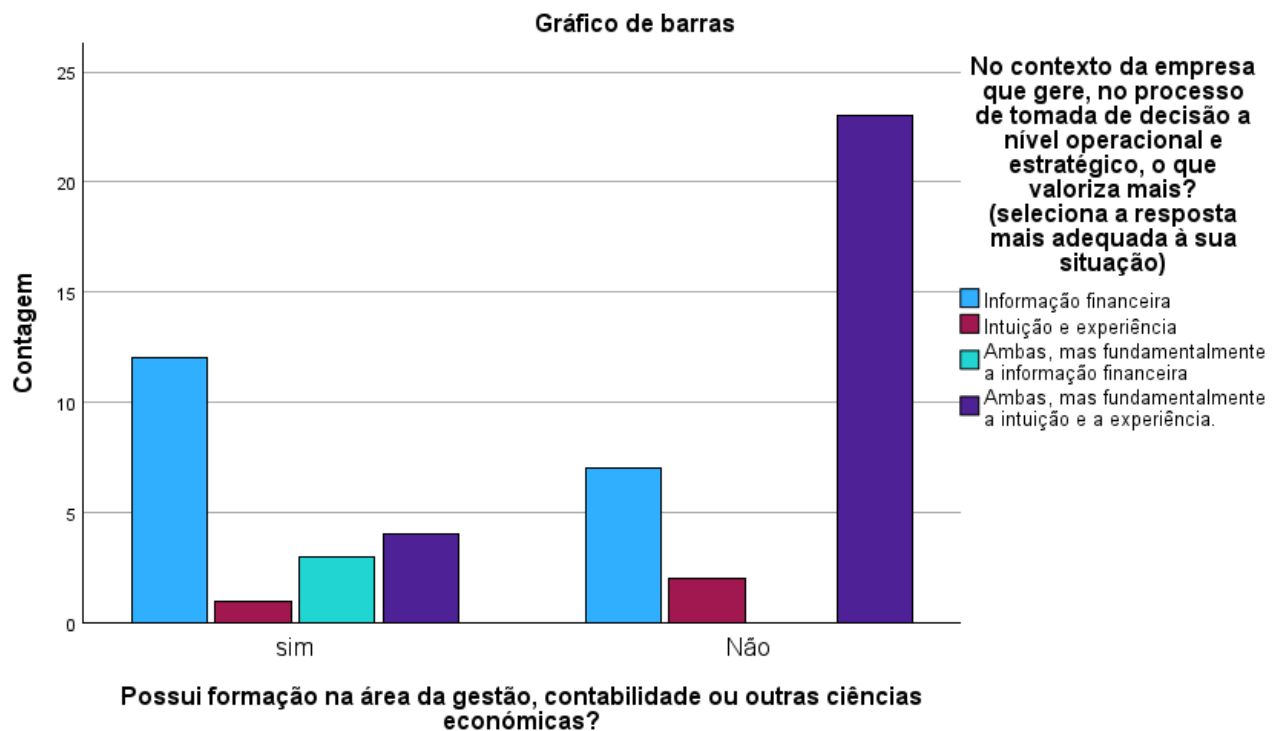
Fonte: Elaboração Própria

De acordo com a Tabela 23, onde os resultados da validação foram apresentados, o valor da prova ($VP < 0,001$) é inferior ao nível de significância assumido de 0,005, pelo que se pode concluir que existem evidências estatísticas significativas e suficientes para validar a H7.

Para compreender qual a tendência da relação verificada com o teste *Qui-quadrado* a H7, foi feito um cruzamento das duas variáveis relacionadas (cujos dados se

apresentam no Gráfico 29). Verificou-se, assim, que os gestores que não possuem formação na área de gestão, contabilidade ou outras ciências económicas, são aqueles que apresentam uma maior tendência para utilizarem mais a intuição e a experiência no processo de tomada de decisão a nível operacional e estratégico do que a IF.

Gráfico 29: Cruzamento das variáveis testadas em H7



Fonte: Elaboração Própria

Aplicámos o teste de *Qui-quadrado* com o objetivo de validar “H8: Existe uma relação entre o tipo de gestor (gestor-proprietário ou gestor contratado) com a utilização da IF no processo de tomada de decisão a nível operacional e estratégico”, cujos resultados se encontram na Tabela 24.

Tabela 24: Resultados do teste de Qui-quadrado a H8

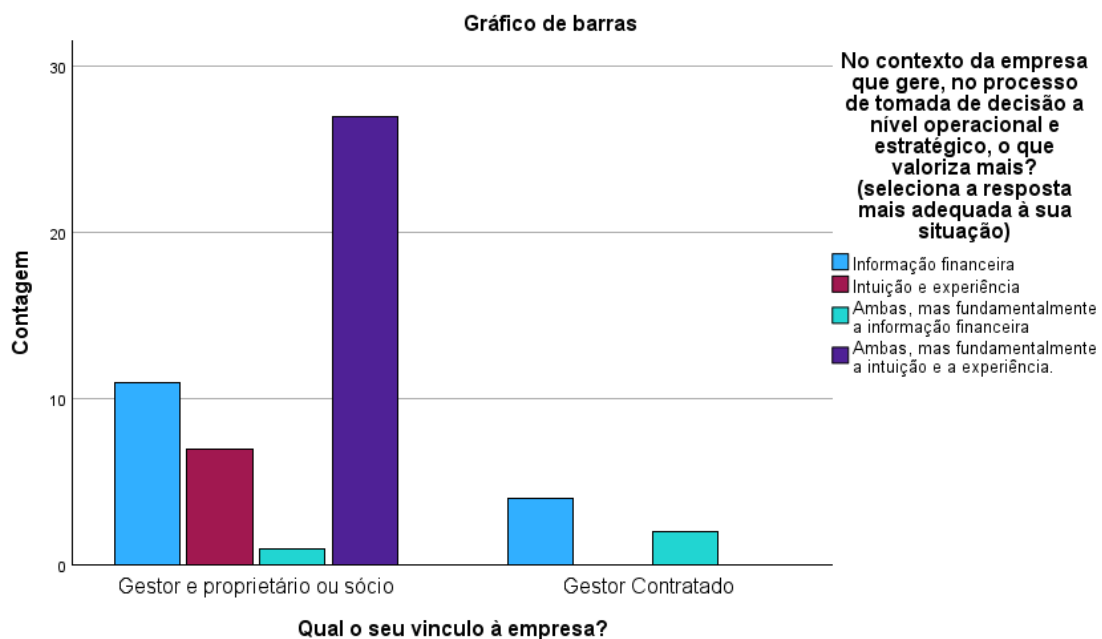
Hipótese de investigação	Valor da prova
H8: Existe uma relação entre o tipo de gestor (gestor-proprietário ou gestor contratado) com a utilização da IF no processo de tomada de decisão a nível operacional e estratégico	< 0,001

Fonte: Elaboração Própria

Analisando valor da prova ($VP < 0,001$), apresentado na Tabela 24, verificámos que o mesmo é inferior ao nível de significância assumido de 0,005, pelo que se pode concluir que existem evidências estatísticas significativas e suficientes para validar a H8.

Para compreender qual a tendência da relação verificada com o teste *Qui-quadrado* a H8, foi feito um cruzamento das duas variáveis relacionadas (cujos dados se apresentam no Gráfico 30). Como se pode constatar no Gráfico 30, os gestores que são proprietários são aqueles que apresentam maior tendência para basear as suas decisões a nível operacional e estratégico fundamentalmente na intuição e experiência do que na IF.

Gráfico 30: Cruzamento das variáveis testadas em H8



Fonte: Elaboração Própria

Utilizando o teste de *correlação de Spearman* na análise da “H9: Existe uma relação entre situações de subcontratação/não subcontratação dos serviços de contabilidade e a periodicidade de consulta da IF pelos gestores.”, obtivemos os resultados que apresentamos na Tabela 25.

Tabela 25: Resultados do teste de correlação de Spearman a H9

Hipótese de investigação	Valor da prova
H9: Existe uma relação entre situações de subcontratação/não subcontratação dos serviços de contabilidade e a periodicidade de consulta da IF pelos gestores	< 0,001

Fonte: Elaboração Própria

Analisando o valor da prova ($VP < 0,001$), apresentado na Tabela 25, o qual era inferior ao nível de significância assumido de 0,005, pelo que se pode concluir que existem evidências estatísticas significativas e suficientes para validar a H9.

Através do valor da mediana e desvio padrão (cujo *output* pode ser consultado no Anexo 3), pudemos compreender qual a tendência da relação verificada com teste de correlação de *Spearman* a H9, de onde pudemos constatar que os gestores das empresas que não subcontratam os serviços de contabilidade, isto é, empresas em que a IF é produzida internamente, apresentam maior tendência para consultar a IF com maior frequência.

Após a realização dos testes a cada uma das hipóteses, fizemos um quadro resumo com o resultado de cada teste, com as respetivas validações ou não validações das hipóteses e tendências (ver Tabela 26).

Tabela 26: Síntese dos resultados das hipóteses de investigação

Descrição das hipóteses de investigação	Resultado obtido	Tendência
H1: Existe uma relação entre os anos de experiência dos gestores e a utilidade/importância atribuída à informação financeira no processo de tomada de decisão.	Não suportado (H1 não validada)	---
H2: Existe uma relação entre a idade dos gestores e a utilidade/importância atribuída à informação financeira no processo de tomada de decisão.	Não suportado (H2 não validada)	---
H3: Existe uma relação entre o nível de escolaridade dos gestores e a utilidade/importância atribuída à informação financeira no processo de tomada de decisão.	Suportado (H3 validada)	> a escolaridade do gestor > a importância atribuída à IF
H4: Existe uma relação entre o conhecimento em contabilidade ou áreas afins dos gestores e a utilidade/importância atribuída à informação financeira na tomada de decisão.	Suportado (H4 validada)	Com formação em contabilidade e áreas afins > a importância atribuída à IF
H5: Existe uma relação entre o tipo de gestor (gestor-proprietário ou gestor contratado) e a importância que atribuem às IF no processo de tomada de decisão.	Suportado (H5 validada)	Gestor contratado > importância à IF
H6: Existe uma relação entre a subcontratação/não subcontratação de serviços de contabilidade e a	Não suportado (H6 não validada)	---

Descrição das hipóteses de investigação	Resultado obtido	Tendência
utilidade/importância atribuída à informação financeira na tomada de decisão.		
H7: Existe uma relação entre o conhecimento em contabilidade ou áreas afins do gestor com a utilização da IF no processo de tomada de decisão a nível operacional e estratégico.	Suportado (H7 validada)	Sem formação em contabilidade e áreas afins > o uso da experiência e intuição nas decisões em detrimento da IF
H8: Existe uma relação entre o tipo de gestor (gestor-proprietário ou gestor contratado) com a utilização da IF no processo de tomada de decisão a nível operacional e estratégico.	Suportado (H8 validada)	Gestor proprietário > o uso da experiência e intuição nas decisões em detrimento da IF
H9: Existe uma relação entre situações de subcontratação/não subcontratação dos serviços de contabilidade e a periodicidade de consulta da IF pelos gestores.	Suportado (H9 validada)	Contabilidade interna > Periodicidade de consulta da IF

Fonte: Elaboração Própria

Os dados contidos na Tabela 26 ajudam-nos a ter uma visão geral e de conjunto dos resultados do estudo realizado, no que se refere à validação de hipóteses.

Pudemos verificar que as hipóteses que tinham como base a idade e a experiência dos gestores não foram validadas.

As variáveis explicativas da importância/utilidade atribuída pelos gestores inquiridos à IF são: a escolaridade e a formação em contabilidade e áreas afins.

Relativamente à subcontratação/não subcontratação dos serviços de contabilidade, verificámos que embora não seja uma variável explicativa da importância e da utilidade atribuída pelos gestores à IF, condiciona a periodicidade de consulta da informação, pois os gestores das empresas que produzem internamente a sua IF tendem a consultar a informação com maior frequência.

As variáveis explicativas do uso da IF nas tomadas de decisão de gestão, por oposição ao uso da intuição e da experiência, são a área de formação do gestor e o tipo de gestor (proprietário-sócio ou contratado).

Os dados sugerem que os gestores com formação em contabilidade, gestão e áreas afins atribuem maior importância/utilidade à IF, fazendo maior uso da mesma nas

tomadas de decisão, enquanto os gestores sem formação naquelas áreas atribuem menor importância/utilidade à IF, fazendo mais uso da sua intuição e experiência nas decisões de gestão do que da IF.

Os resultados obtidos também sugerem que os gestores contratados tendem a atribuir maior importância/utilidade à IF, fazendo maior uso da mesma nas tomadas de decisão, enquanto os gestores-proprietários tendem a atribuir menor importância/utilidade à informação e a tomar decisões mais com base na sua intuição e experiência do que com base na IF.

CONCLUSÃO

O presente estudo buscou avaliar a relevância/utilidade da informação financeira na perspetiva dos gestores das PME em Cabo Verde, associados da AJEC. Para uma compreensão mais aprofundada do objetivo principal da investigação, foram definidos objetivos específicos e formuladas várias hipóteses de investigação. Foi empregue uma abordagem quantitativa para atingir os objetivos formulados, utilizando como método de recolha de dados o questionário direcionado aos gestores das PME em Cabo Verde que fazem parte da AJEC.

No que diz respeito às PME, conclui-se que elas desempenham um papel muito importante na economia de Cabo Verde, onde o tecido empresarial é composto essencialmente por aquela tipologia de empresas, com foco principal nas microempresas, que são as maiores criadoras da riqueza do país; pelos dados disponibilizados pelo INE a maioria das PME existentes no país não possui contabilidade organizada, o que se consubstancia, potencialmente, como um problema, devido à IF de reduzida quantidade e qualidade que pode ser obtida a partir da contabilidade não organizada.

Também de acordo com o INE, o nível de sobrevivência da PME em Cabo Verde é reduzido e há estudos que relacionam, em outros países, o problema de sobrevivência das PME com a falta de utilização da IF nas tomadas de decisão de gestão.

Esta envolvimento, bem como o facto de não se conhecerem estudos sobre esta temática em Cabo Verde, justificaram a relevância da realização deste estudo.

Em relação ao estudo empírico realizado, os resultados do mesmo permitiram-nos começar por caracterizar os gestores, as empresas, bem como a utilidade/importância que os gestores atribuem à IF. Verificámos, então, que a maioria dos gestores que responderam ao questionário são do sexo masculino com a idade compreendida entre os 30 e os 40 anos, com licenciatura e com até 5 anos de experiência. Os gestores inquiridos são, na sua maioria, gestores-proprietários das empresas e sem formação em contabilidade, gestão e áreas relacionadas e a maioria concorda com a necessidade de elaboração de um plano de formação

acessível nas áreas relacionado à gestão e contabilidade, dirigido aos gestores das PME cabo-verdianas.

No que diz respeito à utilidade/importância atribuída à informação financeira no contexto da tomada de decisões de gestão, verificámos que os gestores afirmaram reconhecem a importância da IF nesse contexto, porém, depois de aprofundada a sua efetiva utilidade/importância para os respondentes, verificou-se que a consideram mais como uma ferramenta necessárias para responder às exigências fiscais e às exigências das instituições de crédito, do que para servir de base à tomada de outras decisões de gestão, as quais são tomadas, para a maioria dos respondentes, muito mais com base na intuição e experiência do gestor do que na IF gerada pela contabilidade.

Os dados relativos ao tipo de DF consultadas pelos gestores permitem concluir, ainda, que os gestores tendem a desvalorizar a demonstração do fluxos de caixa e consultam mais as demonstrações de resultados e o balanço e outros mapas financeiros.

Relativamente às hipóteses de investigação testadas, os resultados não demonstraram evidências estatísticas significativas e suficientes para validar relações entre a experiência dos gestores e a importância/utilidade atribuída à informação financeira (H1); a idade dos gestores e a importância/utilidade atribuída à informação financeira (H2); os gestores das PME que subcontratam serviços de contabilidade e a utilidade/importância atribuída à IF (H6).

Porém, os resultados mostraram evidências estatísticas significativas e suficientes para validar as seguintes relações: o nível de escolaridade dos gestores e a utilidade/importância atribuída à informação financeira no processo de tomada de decisão (H3); conhecimento em contabilidade, gestão ou áreas afins e a atribuição de utilidade/importância à IF na tomada de decisões (H4), tipo de gestor (gestor-proprietário ou gestor contratado) e a importância que atribuem à IF no processo de tomada de decisões (H5); conhecimento em contabilidade ou áreas afins com a utilização da IF no processo de tomada de decisão a nível operacional e estratégico (H7); tipo de gestor (gestor-proprietário ou gestor contratado) com a utilização da IF no processo de tomada de decisão a nível operacional e estratégico (H8);

subcontratar/não subcontratar os serviços de contabilidade e a periodicidade que os gestores consultam a IF (H9).

Analisando essas hipóteses concluímos que os gestores com maior nível de escolaridade e com conhecimento em contabilidade, gestão e áreas relacionadas tendem a atribuir maior importância/utilidade à IF e a utilizar essa informação no processo de tomada de decisão operacional e estratégico, os gestores com menor escolaridade atribuem menor importância/utilidade à IF e aqueles que não têm formação em contabilidade, gestão e áreas afins tendem a basear as suas decisões fundamentalmente na intuição e experiência. Relativamente à produção da IF internamente ou externamente à empresa (por subcontratação), embora essa variável não seja explicativa da utilidade/importância atribuída pelos gestores à IF, a mesma explica a frequência de consulta da informação pelos gestores, sendo mais frequente quando a contabilidade é feita internamente.

Este estudo apresenta algumas limitações, nomeadamente ao nível da dimensão da população inquirida, bem como pelo facto de só terem sido inquiridos associados da AJEC, uma vez que o estudo foi feito só sobre uma parte da população, fazendo com que os resultados obtidos não retratem a realidade de todos os gestores de PME em Cabo Verde como um todo.

Em termos de investigação futura, sugerimos que, seja feito um estudo sobre a perceção da utilidade da IF na tomada de decisões de gestão, na perspetiva das empresas que prestam serviços de contabilidade em Cabo Verde, comparando com a utilidade atribuída pelos gestores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADEI. (2015). Agência para o Desenvolvimento Empresarial e Inovação Oficina de empreendedorismo de Cabo Verde.
- AICEP. (2016). Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal - Mercados Externos- Praia, Achada Santo António.
- Almeida, M. (2012). *Aprender a gerir as organizações no século XXI: novos contributos*, Áreas Editora.
- Almeida, R.M.P. (2009). *O sistema de normalização contabilístico e de relato financeiro- SNCRF de Cabo Verde*, Edição Técnica
- Alves, M. C. G. (2008). A Contabilidade Nas Decisões De Gestão Dos Dirigentes Portugueses. *Revista Universo Contábil*, 4(3), 124-137. Disponível em : https://www.researchgate.net/publication/42437659_A_CONTABILIDADE_NAS_DECISoes_DE_GESTAO_DOS_DIRIGENTES_PORTUGUESES_ACCOUNTING_IN_DECISIONS_MADE_BY_PORTUGUESE_MANAGING_DIRECTORS
- Amoako, G. (2013). Accounting Practices of SMEs: A Case Study of Kumasi Metropolis in Ghana. *International Journal of Business and Management*, 8 (24). Disponível em: Accounting Practices of SMEs: A Case Study of Kumasi Metropolis in Ghana | Amoako | International Journal of Business and Management | CCSE (ccsenet.org)
- Aragon-Sanchez, A., Sanchez-Marin, G. (2005). Strategic orientation, management characteristics, and performance: A study of Spanish SMEs. *Journal of Small Business Management*, 43(3), 287-308.
- Ball, R. (2006). International Financial Reporting Standards (IFRS): pros and cons for investors, *Accounting and Business Research*, 36(sup1), 5-27. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=929561
- Banco Mundial (s.d.). *Cabo Verde Aspectos gerais*. Disponível em <https://www.worldbank.org/pt/country/caboverde/overview>.
- Bell, J. (2010). *Doing your Research Project: A guide for first-time researchers in education, health and social science*, Open University Press. Disponível em:

<https://handoutset.com/wp-content/uploads/2022/07/Doing-Your-Research-Project-Judith-Bell.pdf>

Borges, A., Rodrigues, A., Rodrigues, R. (1998). *Elementos da contabilidade geral*, Áreas Editora, 16^a edição, Lisboa

Borges, A., Rodrigues, A., Rodrigues, R. (2014). *Elementos da contabilidade geral*, Áreas Editora, 26^a edição, Lisboa

Botheon, Y. (2020). *Elucidação do conceito de gestão e administração e sua associação com o esporte*. In XXVIII Congresso de Iniciação Científica da Unicamp. Disponível em <https://www.prp.unicamp.br/inscricao-congresso/resumos/2020P17572A3536205336.pdf>

Buesa, N. (2010). A evolução e história da contabilidade como ramo do conhecimento, *Revista Eletrónica de Gestão e Negócios*, pp. 1-15. Disponível em: http://docs.uninove.br/artefac/publicacoes/pdfs/natasha_adm.pdf

Caiado, A. (1997). *Contabilidade de Gestão: contém 77 exercícios e casos práticos*, Texto Editora. Alfragide.

Camargo, F. (2017). *Diferença Padronização x Convergência x Harmonização Contábil* (treasy.com.br). Disponível em: <https://www.treasy.com.br/blog/diferenca-padronizacao-x-convergencia-x-harmonizacao-contabil/>

Carmona, S., Trombetta, M. (2008). On the global acceptance of IAS/IFRS accounting standards: The logic and implications of the principles-based system. *Journal of accounting and public policy*, 27(6), 455-461.

Carvalho, J. (2016). *Gestão de empresas - princípios fundamentais*, Silaba Editora, Lisboa.

Cascais, D., Farinha, J. (2011). *O encerramento e a apresentação de contas em SNC*, Texto Editores, Alfragide.

Cepêda, C. (2017). *Fatores que determinam a utilidade da informação financeira na tomada de decisão*, dissertação de mestrado, ISCAP Porto. Disponível em https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/11266/1/Catatina_Cepeda_MCF_2017.pdf

Choi, F., Meek, G. (2005). *Internacional Accounting*, Pearson prentice hall publishers

Choo, C. (2003). *Gestão de Informação para a Organização Inteligente*, Texto Editora, Lisboa

Comissão europeia. (2012). *Programas de apoio da União Europeia para as PME: Panorâmica das principais oportunidades de financiamento acessíveis às PME europeias*. Disponível

em:http://www.pofc.qren.pt/ResourcesUser/2012/Noticias/20120328_ProgramaApoioPME.pdf

Costa, C., Alves, G. (2014). *Contabilidade financeira*, Editora letras e conceitos, 9ª edição

Costa, C., Alves, G. (2021). *Contabilidade financeira*, Editora letras e conceitos, 10ª edição

Dias, C. (1994). *O inquerido por questionário: problemas teóricos e metodológicos gerais*, Universidade do porto. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/104265/2/193141.pdf>

Dulamo, T. (2018). *O Impacto da informação Contabilístico nas micro, pequenas e medias empresas*. Projeto de Mestrado do ISCTE, Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/16830/1/master_timoteo_dulamo.pdf

Epstien, B., Mirza, A. (2003). IAS - *Interpretation and application of International accounting Standards*, In Wiley IAS 2003: Interpretation and Application of International Accounting Standards, John Wiley & Sons. Disponível em: http://www.untagsmd.ac.id/files/Perpustakaan_Digital_1/ACCOUNTING%20Interpretation%20and%20Application%20of%20International%20Accounting%20Standards.pdf

Ferreira, D., Caldeira C., Asseiceiro J., Vicente J. (2017). *Contabilidade de Gestão Estratégia de custo e de resultado: Casos Práticos*, Editora letras e conceitos.

Ferreira, J., Neves, J., Caetano, A. (2011). *Manual de Psicossociologia da Organizações*, Lisboa: Escolar Editores

Field, A. (2009). *Descobrimo a estatística usando o SPSS*, 2ª edição. Editora Penso. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6423968/mod_resource/content/1/Descobrimo%20a%20Estat%20C3%ADstica%20usando%20o%20SPSS.pdf

Filzen, J., Peterson, K. (2015). *Financial Statement Complexity and Meeting Analysts' Expectations*. *Contemporary Accounting Research*, 32(4), 1560-1594.

Fonseca, A. (2011). *Contabilidade em Cabo Verde*, In V Congresso dos TOC: Uma nova atitude. Disponível em: <https://www.occ.pt/fotos/editor2/caboverdefinal.pdf>

- Frankenthal, M. (2022). *Entenda a escala Likert e saiba como aplicá-la em sua pesquisa*. Disponível em <https://mindminers.com/blog/entenda-o-que-e-escala-likert/>, pesquisado em 04/07/2023.
- Furtado, M. (2018). *Manual da contabilidade financeira: teoria e pratica*. ISE editorial Cidade da Praia
- Gencia, A., Sandu, A., Puscas, A., Mates, D. (2016). An International Perspective Upon The Impact of Financial Statemnt Formon The Business Decision Making Process, *Lucrări științifice management agricol*, 18(1), 109. Disponível em: <http://lsma.ro/index.php/lsma/article/view/954/pdf>
- Glautier, M., Underdown, B. (sd). *Teoria e Prática de Contabilidade e Gestão*, Rés- Formal press, Lisboa
- Gouveia, H., Fernandes, J., Gonçalves, C. (2015). A utilidade da contabilidade para os gestores das Microempresas, *Revista de Gestão dos Países da Língua Portuguesa*, 16, 77-105. Disponível em <https://www.redalyc.org/journal/5680/568060412004/>
- Gouveia, L., Ranito, J. (2004). *Sistema de informação de apoio à gestão*. Editora Sociedade Portuguesa de Inovação
- Gouveia, H. (2014). *A Utilidade da Contabilidade para as Microempresas*. Dissertação de Mestrado da Universidade do Algarve. Disponível em <https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/7229/1/A%20utilidade%20da%20Contabilidade%20para%20as%20Microempresas.pdf>.
- İbicioğlu, H., Kocabiyik, T., Dalğar, H. (2010). Financial Statement Utilization During Decision Making Process In SMEs: A Comparative Study On European An Turkish Managers, *I.I.B.F Dergisi*, XXVIII, 209–226. Disponível em: <https://www.acarindex.com/pdfler/5213-8989.pdf>
- INE (2021). *Censo 2021*, disponível em Censo 2021 - INE consultado a 12 de julho de 2023
- INE (2017). *Anuário estatístico de Cabo Verde*, Praia.
- Jacquinet, M. (2019). *O que é a gestão? Uma breve Introdução*. Sebenta. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/8616/1/MarcJacquinet2019bDEE%20Gest%C3%A3o.pdf>
- Jornal Expresso das ilhas (2020). *Recessão histórica de Cabo Verde*. Disponível em: <https://expressodasilhas.cv/economia/2021/03/31/cabo-verde-com-recessao-historica-de-148-em-2020-ine/74100>

- Lauwers, L., willekens, M. (1994). Five hundred year of bookkeeping a portrait of Luca Pacioli, Tijdschrift voor Econornie en Management, XXXIX. (3). Disponível em: <file:///C:/Users/malop/Downloads/TEM1>
- Lejeune, G. (1994). *Contabilidade das Empresas*. Francisco Lyon, Mira-sintra-Mem Martins.
- Lemos, E. F. (2006). *Diferenças conceptuais entre a normativa contabilística internacional e a portuguesa*. Monografia. Disponível em <https://www.monografias.com/pt/trabalhos/normativa-contabilistica/normativa-contabilistica.shtml>
- Lima, A. (1945). *Histórias da contabilidade*, Pod Editora, Rio de Janeiro.
- Lopes, C., Oliveira, D., Pires, J., Malaquias, R., Covane, S., Rabaça B. (2013). *Manual da contabilidade, Teoria e casos práticos*. Escolares editores, Lisboa.
- Lopes, F. J. D. (2011). *A Adopção, pela primeira vez, do SNCRF – Constrangimentos Encontrados na Adopção na óptica financeira*. Monografia de Licenciatura em Contabilidade e Administração. Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais.
- López, O., Hiebl, M. (2015). Management accounting in small and medium-sized enterprises: Current knowledge and avenues for further research. *Journal Management Accounting Research*, 27(1), 81-119.
- Machado, J. (2000). *Contabilidade Financeira da perspetiva da determinação dos resultados*, 2ª edição, Editora Gráfico Ruopam, Mem Martins.
- Magro, N. (2014). *Comparabilidade das DF na europa*, Tese de Doutoramento do ISCTE, Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/8695/1/phd_nuno_silva_magro.pdf
- Markelevich, A., Riley, T., Shaw, L. (2015). Towards Harmonizing reporting standard and communication of internacional financial information: the status and the roles of IFRS and XBRL. *Journal of knowledge globalization*, 8 (2), 23-39.
- Marques, M. (2010), *Auditoria e gestão*, Editorial Presença, Lisboa.
- Marta, V. (2016). *Financiamento Bancário às Pequenas e Médias Empresas em Cabo Verde*. Banco de Cabo Verde. Disponível em: <https://www.bcv.cv/pt/Estatisticas/Publicacoes%20e%20Intervencoes/Working%20Papers/Documents/Financiamento%20Banc%C3%A1rio%20%C3%A0s%20>

Pequenas%20e%20M%C3%A9dias%20Empresas%20em%20Cabo%20Verde,%20V%C3%A2nia%20Cardoso%20Marta,%202016.PDF

Martins, C. (2001). *Controlo de gestão e a contabilidade*, Vislis Editores, Lisboa.

Martins, I., Fernandes, B., Gonçalves, C., Góis, C. (2022). *Entre a contabilidade e a história- o suspeito do costume: Luca Pacioli (1446/7-1517)*, Coimbra business school, disponível em: https://www.apotec.pt/fotos/editor2/jornal/boletim_cehc76.pdf

Monteiro, S. (2013). *Manual de contabilidade financeira*, Vida Económica, Porto.

Moreira, M. (2019). *Modelos de Financiamento Empresarial: O Financiamento das Pequenas e Médias Empresas (PMEs) em Cabo Verde*. Dissertação de Mestrado, ISG. Disponível em

<https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/29388/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Maria%20Nelita%20Moreira%20%20Vers%C3%A3o%20Final%2015%20julho.pdf> Nabais, C., Nabias, F. (2005). *Pratica Contabilística I*, Edições Técnicas,

Lisboa

Nobes, C., Parkes, R. (2008). *Comparative International Accounting*, Pearson Education Limited. Disponível em:

<http://196.188.170.250:8080/jspui/bitstream/123456789/138/1/comparative-international-accounting-10th-edition%20%282%29.pdf>

Okoh, L., Uzoka, P. (2012). The role of accounting information in the survival of small scale businesses in Warri, Delta State, Nigeria. *International Journal of Economic Development Research and Investment*, 3(1), 40-44. Disponível em: http://www.icidr.org/doc/ICIDR%20PDF%20contents/journal%20of%20research%20in%20education%20and%20society/IJEDRI_Vol3No1_April2012/The%20Role%20of%20Accounting%20Information.pdf

Öztürk, B., Özçelik, F. (2015). Financial performance evaluation of firms in Bist chemical petroleum plastic sector by using an integrated multi-criteria decision-making method, *Paradoks Ekonomi Sosyoloji ve Politika Dergisi*, 11(2), 34-62. Disponível em: <https://dergipark.org.tr/tr/download/article-file/836994>

- Pereira, A., Vaz, A., Rocha, A. (2021). *A utilidade da informação financeira e não financeira para a tomada de decisão*, In Congresso da AECA. Disponível em: <https://aeca.es/wp-content/uploads/ixjor/6.pdf>
- Pinho, C., Martis, E., Silva, J., Lopes, M., Carvalho, M. (2010). *Sistema de normalização contabilística: Abordagem geral e aplicação prática*, Edições Profissionais, Lisboa.
- Pires, A. (2010). *Os Efeitos e Implicações da Atual Reforma Contabilística (SNC) nos Quadro das Relações de Coexistência entre a Contabilidade e a Fiscalidade*, In XIV Encontro AECA 2010 Innovación y responsabilidad: desafíos y soluciones. Disponível em: <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/2626/1/Encontro%20AECA%20Coimbra%20II%202010.pdf>
- Pires, J., Gomes, J. (2010). *Sistema de normalização contabilística-teoria e pratica*, 3ª edição, Vida Económica, Porto.
- Prazeres, D., Gomes, F., Azevedo, T. (2002). *Contribuição da contabilidade na gestão ambiental*, In Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC.
- Rascão, J. (2004). *Sistema de informação para as organizações - a informação chave para a tomada de decisão*, 2ª edição, Edição Símbolos, Lisboa.
- Raupp, F. M., Beuren, I. M. (2006). *Metodologia da pesquisa aplicável às Ciências Sociais*, Atlas, São Paulo.
- Reis, J. (2013). *A Adoção da IAS 16 na União Europeia - Estudo da Harmonização Material*. Tese de Doutoramento da Universidade de Évora. Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/16321/1/A%20aplica%C3%A7%C3%A3o%20da%20IAS%2016%20na%20Uni%C3%A3o%20Europeia%20-%20Pires%20dos%20Reis%20-%20J.pdf>
- Rodrigues, V., Rodrigues, M. (2007). *Gestão organizacional em empresas aprendizes, a arte de gerir mudanças*. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 4(7), 172-177.
- Rodrigues, J. (2021). *Sistema de Normalização Contabilística Explicado*, 8ª edição, Porto Editora, Porto.
- Rosa, S. (2014). *A importância da Informação financeira nas PME: mensuração do Ativo Fixo Tangível*. Tese de doutoramento da Universidade Lusófona de Lisboa.
- Ryan, B., Scapens, R. W., Theobald, M. (2002). *Research Method and Methodology in Finance and Accounting. Second Edition*, Typeset by Dexter Haven Associates Ltd, London. Disponível em: <https://sac3a018d40842d43.jimcontent.com/download/version/1403296296/module/9808234360/name/Ryan%2C%20Scapens%20%26%20Theobald%20%2>

82009%29%20Research%20Method%20and%20Methodology%20in%20Finance
%20and%20accounting.pdf

Sá, A. (1998). *História geral e doutrinas da contabilidade*, Vislis editores.

Santos, A. (2016). *A utilização da informação contabilística no processo de tomada de decisão: Um estudo sobre as PME Portuguesas*. Dissertação de Mestrado da UBI.
disponível em:
https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/6301/1/5283_10229.pdf

Santos, C. (1996). *Gestão Empresarial*, Bertrand Editora.

Santos, M. (2014). *A relevância e utilidade das demonstrações financeiras: A perceção dos gestores das PME*, Dissertação de mestrado, Instituto Politécnico de Lisboa.
Disponível em :
[repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/4591/1/Dissertação_Mónica
Santos_2011152.pdf](https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/4591/1/Dissertação_Mónica_Santos_2011152.pdf)

Serrasqueiro, Z., Nunes, L. (2004). *A informação contabilística na tomada de decisão dos empresários e/ou gestores: Um estudo sobre pequenas empresas*. In X Congresso de Contabilidade Relato Financeiro e Responsabilidade Social, Centro de Congressos do Estoril, Lisboa, Portugal. Disponível em:
<https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/1640/1/A%20informa%c3%a7%c3%a3o%20contabilistica.pdf>

Silva, M., Matos, H. (1993). *A empresa e a contabilidade*, 2ª edição, Texto Editora.

Silva, E., Martins, Q. (2014). *Demonstração de fluxo de caixa*, 2ª edição, Vida Editorial, Porto.

Silva, E. (2005). *Normas internacionais de contabilidade: da teoria à prática*, Editora Vida Económica, Porto.

Sobral, A. (2022). *A utilidade reconhecida à informação financeira na perspetiva dos contabilistas certificados*. Dissertação de Mestrado, Instituto politécnico de Bragança.

Teixeira, S. (2013). *Gestão das organizações*, 3ª edição, Escolar Editora.

Warren, C., Reeve, J., Duchac, J., Padoveze, C. (2009): *Fundamentos da contabilidade: Princípios*, Camera Brasileira de Livros, São Paulo, Brasil.

Zeff, S. (2014). A evolução da IASC para IASB e os desafios enfrentados, *Revista Contabilidade & Finanças*, 25, 300-320.

ANEXOS

ANEXO 1 – Política de proteção de dados e finalidade do questionário

O presente inquérito surge no âmbito da dissertação de mestrado em contabilidade e finanças no Instituto Politécnico de Portalegre e tem como objetivo perceber a utilidade da informação financeira para os gestores das PME que fazem parte da Associação dos jovens empresários de Cabo Verde (AJEC).

Só deve responder a este questionário se for gestor de PME em Cabo Verde. Caso seja gestor de mais do que uma PME em Cabo Verde deve responder a um questionário diferente para cada empresa.

Com o preenchimento do questionário serão utilizados os seus dados para este estudo e eventuais atividades científicas subsequentes. Em cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados, a Política de Privacidade e de Tratamento de Dados Pessoais do Instituto Politécnico de Portalegre, deve ser consultada em:
<https://pae.ipportalegre.pt/policy/rgpd>

☒ Tomei conhecimento da referida Política

ANEXO 2 – Questionário

I. Caraterização do gestor inquirido

2. Sexo:

- ☐ Masculino
- ☐ Feminino
- ☐ Não binário

3. Idade do gestor:

- ☐ Até 29 anos
- ☐ Entre 30 a 40 anos
- ☐ Entre 41 a 51 anos
- ☐ Mais de 52 anos

4. Habilitação Literárias (indique a habilitação mais elevada que possuir):

- ☐ Até 2º ciclo de ensino básico (6º ano)
- ☐ 3º ciclo e ensino básico (9º ano)
- ☐ Ensino secundário;
- ☐ Licenciaturas
- ☐ Mestrado;
- ☐ Doutoramento ou pós-doutorado

5. Sou Gestor:

- ☐ Proprietário ou sócio
- ☐ Gestor Contratado
- ☐ Outra situação

6. Quantos anos de experiência tem como gestor de empresas? (considere, também, o tempo de experiência em outras empresas ou instituições)

- ☐ Até 5 anos
- ☐ Entre 5 a 15 anos

☐ Entre 16 a 25 anos

☐ Entre 26 a 35 anos

☐ Mais de 36 anos

7. O gestor da empresa possui formação em contabilidade ou áreas relacionadas.

☐ Sim

☐ Não

I. Informação sobre a empresa que gere

8. Localização da empresa:

☐ Santo Antão

☐ Boa Vista

☐ São Vicente

☐ Maio

☐ São Nicolau

☐ Santiago

☐ Sal

☐ Fogo

☐ Brava

9. Forma Jurídica da empresa:

☐ Sociedade Por quota

☐ Sociedade Anónima

☐ Sociedade Unipessoal por quota

☐ Sociedade em nome coletivo

☐ Sociedades em Comandita

☐ Cooperativas

☐ Empresários em nome individual

☐ Outra situação.

10. Principal atividade da empresa:

☐ Agricultura, Pesca, pecuárias;

☐ Indústrias transformadoras;

☐ Comercio;

☐ Hotelarias, Restauração

- ☐ Outros serviços relacionados com o turismo;
- ☐ Serviço de transporte;
- ☐ Construção civil;
- ☐ Atividades relacionado a saúde e bem-estar;
- ☐ Outras atividades

11. Capital Social da empresa:

- ☐ Até 5.000.000 \$
- ☐ Mais de 5.000.000 \$ a 10.000.000 \$
- ☐ Mais de 10.000.000 \$ a 200.000.000 \$

12. Número de Trabalhadores da empresa:

- ☐ Até 5
- ☐ Entre 6 e 20
- ☐ Entre 21 e 49

III. Utilidade da Informação Financeira

13. Onde é elaborada a contabilidade da empresa?

- ☐ Fora da empresa, por uma empresa de serviços de contabilidade.
- ☐ Internamente.
- ☐ Outra situação

14. Enquanto gestor, com que Frequência solicitas a informação financeira a contabilidade.

Mensalmente

- ☐ Trimestralmente
- ☐ Semestralmente
- ☐ Anualmente
- ☐ Nunca

15 Qual a importância que atribui à informação financeira da empresa (indica a sua reposta numa escala de 1 nada importante a 5 extremamente importante):

- ☐ Nada importante
- ☐ Pouco importante
- ☐ Importante
- ☐ Muito importante
- ☐ Extremamente importante

16. Enquanto gestor da empresa, que tipo de informação financeira consulta com mais frequência (pode selecionar mais do que uma opção)

- ☐ Balanço
- ☐ Demonstração de resultado por natureza
- ☐ Demonstração de fluxo de caixa
- ☐ Outras mapas financeiros
- ☐ Não consulto qualquer informação financeira

17. No contexto da empresa que gere, na sua opinião/percepção a informação financeira é (seleciona a resposta mais adequada à sua situação)

- ☐ Uma ferramenta de necessária para responder às exigências das Instituições financeira (Bancos e outras instituições de crédito)
 - ☐ Uma ferramenta necessária para dar repostas às exigências fiscais
 - ☐ todas, mas sobretudo uma ferramenta necessária para responder às exigências das Instituições financeira (Bancos e outras instituições de crédito)
 - ☐ todas, mas sobretudo uma ferramenta necessária para dar repostas às exigências fiscais
 - ☐ É uma ferramenta necessárias para as tomas de decisões de gestão
 - ☐ todas, mas sobretudo uma ferramenta necessária para dar repostas às exigências fiscais
 - ☐ todas, mas sobretudo uma ferramenta necessária para as tomadas de decisões de gestão
- não tenho opinião.

18. No contexto da empresa que gere, no processo de tomada de decisão a nível operacional e estratégico, o que é mais valorizado? (seleciona a resposta mais adequada à sua situação):

- ☐ Informação financeira
- ☐ Intuição e Experiência
- ☐ Ambas, mas fundamentalmente a informação financeira
- ☐ Ambas, mas fundamentalmente a intuição e experiência.
- ☐ Nenhuma

19. Classifique, de 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente), as afirmações seguintes com a sua opinião/percepção:

	1	2	3	4	5
A forma e a linguagem como a informação financeira é apresentado, é difícil de entender, motivo pelo qual não consigo utilizá-la como base de tomada de decisões					
O custo de obter informação financeira atualizada permanentemente é muito elevado					
A informação financeira é-me entregue muito tardiamente, motivo pelo qual não consigo utilizá-la como base de tomada de decisões					
Atribuo pouca utilidade à informação financeira por só dar informação relativa a momentos passados					
Necessito da informação financeira para tomar decisões do dia-a-dia da empresa					
Associo a utilidade da informação financeira à necessidade de atrair investidores					
consigo facilmente interpretar as informações financeiras; motivo pelo qual consigo utilizá-las como base de tomada de decisões					

20. Na sua opinião, considera que seria importante ter no país um plano de formação acessível na área da gestão, contabilidade ou outras ciências económicas para os gestores das PME?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Comentários

ANEXO 3 – Outputs do SPSS dos Testes das Hipóteses

Outputs do SPSS para H1

Output do SPSS da Correlação de Spearman para H1

Correlações				
		Quanto anos de experiência tem como gestor de empresas?		Qual a importância que atribui à informação financeira da empresa. Indique a sua resposta numa escala de 1 (nada importante) a 5 (extremamente importante)
rô de Spearman	Quanto anos de experiência tem como gestor de empresas?	Coefficiente de Correlação	1,000	,250
		Sig. (2 extremidades)	.	,073
		N	52	52
	Qual a importância que atribui à informação financeira da empresa. Indique a sua resposta numa escala de 1 (nada importante) a 5 (extremamente importante)	Coefficiente de Correlação	,250	1,000
		Sig. (2 extremidades)	,073	.
		N	52	52

Fonte: Elaboração Própria

Outputs do SPSS para H2

Output do SPSS da Correlação de Spearman para H2

Correlações				
		Qual a importância que atribui à informação financeira da empresa. Indique a sua resposta numa escala de 1 (nada importante) a 5 (extremamente importante)		Idade do Gestor
rô de Spearman	Qual a importância que atribui à informação financeira da empresa. Indique a sua resposta numa escala de 1 (nada importante) a 5 (extremamente importante)	Coefficiente de Correlação	1,000	,163
		Sig. (2 extremidades)	.	,249
		N	52	52
	Idade do Gestor	Coefficiente de Correlação	,163	1,000
		Sig. (2 extremidades)	,249	.
		N	52	52

Fonte: Elaboração Própria

Outputs do SPSS para H3

Output do SPSS da Correlação de person para H3

Correlações			
		Qual a importância que atribui à informação financeira da empresa. Indique a sua resposta numa escala de 1 (nada importante) a 5 (extremamente importante)	habilitações mais elevadas que possuir
Qual a importância que atribui à informação financeira da empresa. Indique a sua resposta numa escala de 1 (nada importante) a 5 (extremamente importante)	Correlação de Pearson	1	,320*
	Sig. (2 extremidades)		,021
	N	52	52
habilitações mais elevadas que possuir	Correlação de Pearson	,320*	1
	Sig. (2 extremidades)	,021	
	N	52	52

*. A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

Fonte: Elaboração Própria

Outputs do SPSS para H4

Output do SPSS do Teste de U de Mann-Whitney para H4

Estatísticas de teste^a

Qual a importância que atribui à informação financeira da empresa. Indique a sua resposta numa escala de 1 (nada importante) a 5 (extremamente importante)

U de Mann-Whitney	51,000
Wilcoxon W	579,000
Z	-5,916
Significância Sig. (2 extremidades)	<,001

a. Variável de Agrupamento: Possui formação na área da gestão, contabilidade ou outras ciências económicas?

Fonte: Elaboração Própria

Output do SPSS para o descritivo das medidas de tendência central de H4

Descritivas				Estatística do teste Padrão	
Possui formação na área da gestão, contabilidade ou outras ciências económicas?		Estatística			
Qual a importância que atribui à informação financeira da empresa. Indique a sua resposta numa escala de 1 (nada importante) a 5 (extremamente importante)	sim	Média		4,9000	,06882
		95% de Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	4,7559	
			Limite superior	5,0441	
		5% da média aparada		4,9444	
		Mediana		5,0000	
		Variância		,095	
		Erro Padrão		,30779	
		Mínimo		4,00	
		Máximo		5,00	
		Amplitude		1,00	
		Amplitude interquartil		,00	
		Assimetria		-2,888	,512
		Curtose		7,037	,992
	Não	Média		4,0000	,07777
		95% de Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	3,8414	
			Limite superior	4,1586	
		5% da média aparada		4,0139	
		Mediana		4,0000	
		Variância		,194	
		Erro Padrão		,43994	
		Mínimo		2,00	
		Máximo		5,00	
		Amplitude		3,00	
		Amplitude interquartil		,00	
		Assimetria		-2,425	,414
		Curtose		15,500	,809

Fonte: Elaboração Própria

Outputs do SPSS para H5

Output do SPSS do teste de U de Mann-Whitney a H5

Amostras Independentes de Resumo de Teste U de Mann-Whitney	
N total	52
U de Mann-Whitney	234,000
Wilcoxon W	255,000
Estatística de teste	234,000
Erro padrão	29,861
Estatística de Teste Padronizado	3,215
Sinal assintótico (teste de dois lados)	,001
Exact Sig.(teste de dois lados)	,004

Fonte: Elaboração Própria

Output do SPSS para o descritivo das medidas de tendência central de H5

Descritivas				Estatística do teste Padrão	
Qual o seu vínculo à empresa?		Estatística			
Qual a importância que atribui à informação financeira da empresa. Indique a sua resposta numa escala de 1 (nada importante) a 5 (extremamente importante)	Gestor e proprietário ou sócio	Média		4,2609	,08475
		95% de Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	4,0902	
			Limite superior	4,4316	
		5% da média aparada		4,2826	
		Mediana		4,0000	
		Variância		,330	
		Erro Padrão		,57483	
		Mínimo		2,00	
		Máximo		5,00	
		Amplitude		3,00	
		Amplitude interquartil		1,00	
		Assimetria		-,789	,350
		Curtose		3,871	,688
	Gestor Contratado	Média		5,0000	,00000
		95% de Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	5,0000	
			Limite superior	5,0000	
		5% da média aparada		5,0000	
		Mediana		5,0000	
		Variância		,000	
		Erro Padrão		,00000	
		Mínimo		5,00	
		Máximo		5,00	
		Amplitude		,00	
		Amplitude interquartil		,00	
		Assimetria		.	.
		Curtose		.	.

Fonte: Elaboração Própria

Outputs do SPSS para H6

Output do SPSS para o teste de U de Mann-Whitney a H6

Estatísticas de teste ^a	
Qual a importância que atribui à informação financeira da empresa. Indique a sua resposta numa escala de 1 (nada importante) a 5 (extremamente importante)	
U de Mann-Whitney	175,500
Wilcoxon W	995,500
Z	-1,638
Significância Sig. (2 extremidades)	,101

a. Variável de Agrupamento: Onde é elaborada a contabilidade da empresa?

Fonte: Elaboração Própria

Outputs do SPSS para H7

Output do SPSS do teste do Qui-quadrado para H7

Testes qui-quadrado

	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	38,480 ^a	3	<,001
Razão de verossimilhança	41,169	3	<,001
Associação Linear por Linear	28,235	1	<,001
N de Casos Válidos	52		

a. 4 células (50,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é ,69.

Fonte: Elaboração Própria

Outputs do SPSS para H8

Output do SPSS para do teste do Qui-quadrado a H8

Testes qui-quadrado

	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	16,730 ^a	3	<,001
Razão de verossimilhança	15,977	3	,001
Associação Linear por Linear	4,891	1	,027
N de Casos Válidos	52		

a. 5 células (62,5%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é ,35.

Fonte: Elaboração Própria

Outputs do SPSS para H9

Output do SPSS do teste de Spearman a H9

Correlações

		Onde é elaborada a contabilidade da empresa?		Com que periodicidade recebe informação financeira (balanços, demonstrações de resultados, etc) da contabilidade?
rô de Spearman	Onde é elaborada a contabilidade da empresa?	Coefficiente de Correlação	1,000	-,693**
		Sig. (2 extremidades)	.	<,001
		N	52	52
	Com que periodicidade recebe informação financeira (balanços, demonstrações de resultados, etc) da contabilidade?	Coefficiente de Correlação	-,693**	1,000
		Sig. (2 extremidades)	<,001	.
		N	52	52

** . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

Fonte: Elaboração Própria

Output do SPSS para o descritivo das medidas de tendência central de H9

Descritivas ^a						
Com que periodicidade recebe informação financeira (balanços, demonstrações de resultados, etc) da contabilidade?			Onde é elaborada a contabilidade da empresa?		Estatística	Estatística do teste Padrão
Mensalmente	Com que periodicidade recebe informação financeira (balanços, demonstrações de resultados, etc) da contabilidade?	Internamente.	Média		1,0000	,00000
			95% de Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	1,0000	
				Limite superior	1,0000	
			5% da média aparada		1,0000	
			Mediana		1,0000	
			Variância		,000	
			Erro Padrão		,00000	
			Mínimo		1,00	
			Máximo		1,00	
			Amplitude		,00	
			Amplitude interquartil		,00	
			Assimetria		.	.
			Curtose		.	.
Trimestralmente	Com que periodicidade recebe informação financeira (balanços, demonstrações de resultados, etc) da contabilidade?	Fora da empresa, por uma empresa de serviços de contabilidade.	Média		2,0000	,00000
			95% de Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	2,0000	
				Limite superior	2,0000	
			5% da média aparada		2,0000	
			Mediana		2,0000	
			Variância		,000	
			Erro Padrão		,00000	
			Mínimo		2,00	
			Máximo		2,00	
			Amplitude		,00	
			Amplitude interquartil		,00	
			Assimetria		.	.
			Curtose		.	.
		Internamente.	Média		2,0000	,00000
			95% de Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	2,0000	
				Limite superior	2,0000	
			5% da média aparada		2,0000	
			Mediana		2,0000	
			Variância		,000	
			Erro Padrão		,00000	
			Mínimo		2,00	
			Máximo		2,00	
			Amplitude		,00	
			Amplitude interquartil		,00	
			Assimetria		.	.
			Curtose		.	.
Semestralmente	Com que periodicidade recebe informação financeira (balanços, demonstrações de resultados, etc) da contabilidade?	Fora da empresa, por uma empresa de serviços de contabilidade.	Média		3,0000	,00000
			95% de Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	3,0000	
				Limite superior	3,0000	
			5% da média aparada		3,0000	
			Mediana		3,0000	
			Variância		,000	
			Erro Padrão		,00000	
			Mínimo		3,00	
			Máximo		3,00	
			Amplitude		,00	
			Amplitude interquartil		,00	
			Assimetria		.	.
			Curtose		.	.

a. Com que periodicidade recebe informação financeira (balanços, demonstrações de resultados, etc) da contabilidade? é constante quando Onde é elaborada a contabilidade da empresa? = Fora da empresa, por uma empresa de serviços de contabilidade. em um ou mais arquivos divididos. Foi omitida.

Fonte: Elaboração Própria